

**ANAIS DA V CONFERÊNCIA
NACIONAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS

**ANAIS DA V CONFERÊNCIA
NACIONAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Brasília
2004





“Na roda do mundo, mãos dadas aos homens, lá vai o menino rodando e cantando, cantigas que façam o mundo mais manso, cantigas que façam a vida mais doce, cantigas que façam os homens mais crianças.”

Thiago de Mello

Agradecemos a todas as pessoas que contribuíram para a realização da V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Conanda – Gestão 2003/2004



**COMISSÃO ORGANIZADORA DA V CONFERÊNCIA NACIONAL
DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

COORDENADORA:

ELIZABETE BORGIANNI

Representante do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS

CONSELHEIROS:

JOSÉ FERNANDO DA SILVA

Representante da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais – ABONG

MARIA DAS GRAÇAS FONSECA CRUZ

Representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB

MARIA IZABEL DA SILVA

Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT

MARI LANE DE CARVALHO

Representante do Ministério da Educação

IVANILDO TAJRA FRANZOSI

Representante da Casa Civil da Presidência da República

REGINA CELESTE BEZERRA AFFONSO DE CARVALHO

Representante do Ministério da Saúde

MARGARIDA MUNGUBA CARDOSO

Representante do Ministério do Trabalho e Emprego

CHRISTIANO SÁVIO BARROS FIGUERÔA

Representante do Ministério das Relações Exteriores – MRE

MARIA DE LOURDES ALVES RODRIGUES

Representante da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança – ABRINQ

BEATRIZ HOBOLD

Representante da Pastoral da Criança/Organização de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

MIGUEL ANGEL CAL GONZÁLEZ

Representante do Conselho Federal de Psicologia

MARCELO GENTIL NASCIMENTO DA CRUZ

Representante do Instituto de Pesquisa, Ação e Mobilização – IPAM

ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA FILHO

Representante da Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT

JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE

Representante da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Ivanildo Tajra Franzosi

Primeiro Suplente:

Kátia dos Santos Pereira

Segundo Suplente:

Tereza Cristina Silva Cotta

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Embaixador:

Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares

Primeiro Suplente:

Christiano Sávio Barros Figuerôa

Segundo Suplente:

André Sabóia Martins

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Maria José Vieira Féres

Primeiro Suplente:

Nájla Veloso Sampaio Barbosa

Segundo Suplente:

Mari Lane de Carvalho

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Regina Celeste Bezerra Affonso de Carvalho

Suplente:

Zenilce Vieira Bruno

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Regina Helena Dantas Simões Chacur

Suplente:

Patrícia Abrahan Cunha da Silva

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Ruth Beatriz Vasconcelos Vilela

Primeiro Suplente:

Margarida Munguba Cardoso

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – CUT
Maria Izabel da Silva

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA – SBP
Rachel Niskier Sanchez

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS - ABONG
José Fernando da Silva

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB
Marcos Antonio Paiva Colares

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL - CNBB
Maria das Graças Fonseca Cruz

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAE's
Laura Nazareth de Azevedo Rossetti

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA - MNMMR
Alessandro Victor Gama da Silva

• • •

CONSELHEIROS E CONSELHEIRAS
REPRESENTANTES DE ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS – SUPLENTES

PASTORAL DA CRIANÇA – ORGANIZAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL
DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB
Irmã Beatriz Hobold

UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO - UBEE
Pedro Vilmar Ost

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
Miguel Angel Cal González

VISÃO MUNDIAL
Welinton Pereira da Silva

SALESIANOS - INSPETORIA SÃO JOÃO BOSCO
Jessimar Dias Pereira

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO
À INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA - ABRAPIA
Vânia Izzo de Abreu

INSTITUTO DE PESQUISA, AÇÃO E MOBILIZAÇÃO – IPAM
Marcelo Gentil Nascimento da Cruz

Sumário

Apresentação	15
I Introdução	17
II Pronunciamentos	19
III Palestras	35
a) Conferência Magna	35
b) Análise da Conjuntura Nacional com Ênfase na Criança e no Adolescente	42
IV Mesas: Ações do Conanda, do Governo e do Fórum Nacional DCA na Construção do Pacto pela Paz	79
V Assinatura de Decretos e Protocolos	183
• Termo de Parceria Secretaria Especial de Direitos Humanos e Ministério do Esporte	183
• Acordo de Cooperação	183
VI Ato Público	185
VII Lançamento de Publicação	199
VIII Deliberações: Pacto Pela Paz	201
IX Moções	235
Anexos	
1. Programação	249
2. Regimento Interno	251
3. Metodologia	255
4. Mobilização Social	258
5. Relatório de Cobertura da Imprensa – ANDI	261
6. Avaliação	297
7. Texto para a Miniplenária	302

Apresentação

É com grande satisfação que o Governo brasileiro e a sociedade civil organizada apresentam os Anais da V CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, que teve como tema o “PACTO PELA PAZ – UMA CONSTRUÇÃO POSSÍVEL”. A Conferência reuniu em Brasília, de 1 a 5 de dezembro de 2003, 822 delegados de todo o Brasil (incluindo adolescentes), representantes de entidades governamentais e não-governamentais que trabalham direta ou indiretamente com os direitos infanto-juvenis, e 480 convidados de todo o país. A abertura oficial foi feita pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Ao longo do encontro, nove ministros de Estado discutiram políticas públicas voltadas para a infância e a adolescência, revelando a prioridade dada à questão pelo Governo Federal.

O Brasil, integrado à arquitetura internacional desenvolvida para defender, promover e proteger os direitos humanos, tem criado mecanismos para efetivação desses direitos. Para o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é prioridade assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes, bem como promover medidas e políticas públicas que ampliem o apoio institucional e social para a consolidação do Princípio da Prioridade Absoluta, preconizado na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

As informações constantes neste documento referem-se aos debates ocorridos nas Conferências Estaduais, nos grupos de trabalho, nas plenárias e nas miniplenárias. Procurou-se nesta sistematização apresentar o novo quadro político e de mobilização nacional pela criança e pelo adolescente. Buscou-se mostrar um balanço dos avanços e das dificuldades para a efetivação do Pacto Pela Paz e avaliar os resultados alcançados após a IV Conferência Nacional.

Para alcançar-se a efetiva implantação do Pacto Pela Paz, é necessário um amplo esforço de articulação e de integração intergovernamental e de toda a nação, capaz de promover a sinergia entre as várias ações que afetam a qualidade de vida das crianças e dos adolescentes. As almejadas transformações nas condições de vida das crianças e adolescentes brasileiros não serão colhidas, apenas, com a prioridade concedida à questão pelo Governo Federal. O sucesso desse desafio dependerá, em muito, do apoio e do engajamento dos diversos entes da federação e de parcerias criativas com a sociedade civil organizada.

Assim, os resultados apresentados no presente documento devem ser assumi-

Introdução

1

V CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE “Pacto Pela Paz - Uma Construção Possível”

*“Poderemos assumir a angústia da incompletude de
nossas vidas e da incerteza do destino humano?
Poderemos aceitar ser abandonados pelos deuses?
Poderemos abandoná-los?
Saberemos suficientemente que só a vivência
do amor e da poesia é capaz de afrontar
a angústia e a mortalidade?
Poderemos inibir a megalomania humana
e regenerar o humanismo?
Poderemos fortificar as mais preciosas, as mais
frágeis manifestações, que são o amor e a amizade?
Poderemos recalcar os monstros que nos habitam,
pela virtude do amor e da fraternidade?
Poderemos praticar a reforma
interior que nos tornaria melhores?”*

EDGAR MORIN, L'IDENTITÉ HUMAINE

A V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – “Pacto pela Paz - Uma Construção Possível”, ocorrida em Brasília entre os dias 01 a 05 de dezembro de 2003, objetivou realizar um balanço dos avanços e dificuldades na implantação do Pacto pela Paz aprovado em 2001, bem como apontar perspectivas para efetivar sua implementação nos próximos dois anos.

A tarefa de avaliar a implantação e a implementação do sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente torna-se árdua e instigante em um cenário em que dados do IBGE¹ apontam um aumento da concentração de renda em 2000, quando 10 % dos mais ricos detinham renda 46 vezes superior aos ganhos dos mais pobres. O IBGE também apresenta dados de que 90% das crianças entre 7 e 14 anos freqüentam a escola e de que, por outro lado, 44 % da população só concluiu até a 3ª série do ensino fundamental. Quase um terço dos que vivem na área rural não teve acesso à educação e só 3% dos brasileiros têm curso superior concluído. As

¹ Estatísticas do século XX . IBGE. 2003

Pronunciamentos

2

LUANA RAQUEL COSTA PORTO

Representante dos Delegados Adolescentes

Primeiramente, eu quero dizer “Boa noite” a todos vocês e agradecer por estarem participando da V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Esse é um momento muito importante na vida, não só das crianças e dos adolescentes, mas de todos vocês, porque nós estamos aqui começando a construir um mundo melhor, um Brasil melhor, nossos estados melhores, nossas cidades melhores e nossas vidas melhores.

Como já foi dito, eu sou Luana, sou de Teresina, Piauí. Sou do Movimento Nacional de Meninos de Rua, mas, neste momento, eu não quero falar que sou do Movimento, ou sou da cidade; eu quero falar que eu estou representando todos os adolescentes e crianças do Brasil e agradecer aos que me confiaram de estar aqui os representando. Eu estou muito feliz por isso e espero estar aqui transmitindo e falando da realidade, dos sentimentos, da vida deles, e se eu não conseguir falar isso, de eu estar falando da minha realidade, da minha vida, dos meus sentimentos, porque eu tenho certeza que é, pelo menos, um pouco parecida com a realidade de todas as crianças e adolescentes do Brasil.

Eu acho que, a cada dia, a gente vê o Estatuto da Criança e do Adolescente sendo descumprido; vê as nossas vidas se tornando cada vez mais difíceis; e vê os sonhos das crianças e dos adolescentes sendo destruídos. Se, por acaso, uma criança, ou uma adolescente mata, ou rouba, ou faz algum ato infracional, vai preso. Eu sempre me pergunto por que é que as pessoas e os poderes que descumprem o Estatuto da Criança e do Adolescente não vão. Essa também é uma forma de descumprir a lei. A lei não está escrita só para ser bonitinha e para dizer que existe o Estatuto da Criança e do Adolescente para proteger as crianças e os adolescentes. A lei está aí para ser cumprida e o Estatuto da Criança e do Adolescente não tem apenas privilégios para as crianças e os adolescentes; tem os deveres e os direitos. Tanto os deveres como os direitos têm que ser cumpridos. A gente fala tanto que as crianças precisam praticar esportes, precisam de lazer, precisam de cultura, educação, saúde, habitação. Nós precisamos de tudo isso sim, mas eu acho que a base de tudo é dar assistência à família. Se o pai e a mãe têm condições de criar um filho, vão ter condições de dar educação, de dar comida, de dar uma boa casa para morar, de botar numa escola para estudar e, mais na frente, ele estará repassando isso para seus filhos, netos, bisnetos, e assim sucessivamente.

RUBENS NAVES

Representante da Rede de Monitoramento Presidente Amigo da Criança

Boa noite a todos e a todas! Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; autoridades do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário aqui presentes, e das Forças Armadas; meus queridos companheiros de luta em defesa dos direitos da criança e dos adolescentes; adolescentes e crianças do Brasil,

Depois dessa fala emocionada da Luana Raquel, eu não poderia deixar de dizer que são adolescentes como esses que certamente farão um Brasil melhor nos próximos anos. Eu queria falar de uma rede, que não é a rede de um pescador. Foi uma rede construída com todo o carinho, uma rede que foi construída para que não haja furos, para que essa rede seja uma rede eficaz e eficiente. Trata-se da Rede de Monitoramento Amiga da Criança, que vai monitorar o programa que está sendo lançado nessa noite.

Hoje é dia de lançar a rede nesse mar e nesse território imenso que é o Brasil. Nesse caso, ela se chama Rede de Monitoramento Amiga da Criança. É um amplo movimento da sociedade civil, envolvendo 25 organizações nacionais e internacionais. Num mar de estatísticas, planos de ação e peças orçamentárias, ela deve ser capaz de reter o que está acontecendo de significativo nas principais propostas contidas no plano de ação do Governo para a população infantil e juvenil. Para isso, reunimos um grande número de especialistas, nas quatro principais áreas de atuação que fazem parte dos compromissos assumidos pelo Estado brasileiro com a ONU: a promoção de vida saudável; de uma educação de qualidade; a proteção contra o abuso, exploração e violência contra as crianças, e o combate ao vírus HIV/AIDS.

A Rede de Monitoramento Amiga da Criança atuará por meio de comitês temáticos, articulando informações que, até então, encontravam-se dispersas. Ela será horizontal e democrática, inclusive contando com um braço jovem, a rede “Sou de Atitude”, formada por adolescentes e crianças de todo o Brasil que atuam em projetos de protagonismo juvenil. Temos, assim, um feixe de situações inéditas, entrelaçando-se nesse ano histórico de 2003. Acreditamos que quando o, então candidato, Luiz Inácio Lula da Silva, assinou o Termo de Compromisso do Presidente Amigo da Criança, naquele memorável setembro de 2002, na presença de Oded Grajev e dos demais dirigentes da Fundação ABRINQ, o Presidente tinha absoluta consciência do desafio que ali estava proposto. Mas não é para fugir dos problemas que alguém se lança candidato. E é como Presidente, agora, que poderá enfrentar nossas mazelas históricas e resgatar a dívida social que o país tem com suas crianças e jovens.

Esse plano se configura o melhor tipo de resposta à sociedade, em um momento delicado como este, quando, por conta da atitude chocante de um adolescente, levanta-se novamente a discussão sobre a redução da maioridade penal. Sobre

índices de violência que estão presentes na sociedade brasileira, que não são de responsabilidade da criança e do adolescente, porque eles são muito mais vítimas do que acusados por violência.

É importante registrar nesse momento, com a presença do Presidente da República, de Ministros, de Secretários, enfim, de todos os que operam o Estatuto da Criança e do Adolescente, a necessidade e a firmeza que todos temos que ter na consolidação do sistema de garantia de direitos, que passa pela criação, em todos os municípios do Brasil, de Conselhos Tutelares, em condições de funcionamento, de Conselhos de Direitos, deliberando sobre as políticas municipais, e de fundos, tanto no âmbito municipal como estadual, com recursos públicos orçamentários e recursos privados, para que a gente possa de fato ter políticas favoráveis à garantia e à aprovação dos direitos da criança e do adolescente. Essa é uma necessidade que a gente tem que ter como meta na construção desse Pacto Pela Paz. É necessário que tanto no âmbito federal, quanto no âmbito dos estados e municípios, a sociedade civil e os governos respeitem e levem em consideração as decisões do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, do Conselho Estadual, do Conselho Nacional, bem como do Conselho da Assistência Social, da Educação e da Saúde. É importante que a articulação desses Conselhos seja um caminho a ser percorrido na construção do Pacto Pela Paz.

Também é importante que, na definição de políticas, a gente leve em consideração que essa é a resposta mais efetiva que temos que ter em relação à violência. O caso que aconteceu recentemente em São Paulo não é um caso que aconteça todos os dias, no cotidiano. A gente entende a comoção da sociedade, mas a gente não pode aceitar pessoas defendendo pena de morte, pessoas defendendo a redução da maioria penal, ou propondo aumentar o tempo de internação como alternativa para enfrentar a violência. A alternativa para enfrentar a violência, certamente, será a construção do Pacto pela Paz e sua efetivação. Essa efetivação é responsabilidade articulada, tanto da sociedade civil, quanto do Governo, no âmbito da União, dos estados e municípios.

Para finalizar, eu escutei uma frase, Presidente, que eu acho que deveria ser o nosso caminho nos próximos anos : “O lugar da criança e do adolescente não é na escola, nem é na família. O lugar da criança e do adolescente é no orçamento público da União, dos estados e dos municípios”. Se a sociedade e o Estado brasileiros não tiverem capacidade de garantir orçamento público da União, dos estados e dos municípios, a gente não vai ter condições de dar uma resposta efetiva para todos da aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Muito obrigado.

lho, inclusive, retirando-os do convívio familiar. E o artigo 227 e o Estatuto da Criança promoveram a ruptura com tudo isso. Eles disseram o óbvio: que toda criança é igual perante a lei; que todos são sujeitos de direito; que todos têm que ter a proteção integral do Estado, com a convergência de todas as políticas públicas; e que as crianças e adolescentes são prioridade absoluta. É isso que está lá. É isso que o país quis colocar na Constituição.

No entanto, isso não aconteceu no Brasil totalmente, ficou no meio do caminho – o que cabia a muitos municípios não foi feito, o que cabia a muitos estados não foi feito, o que cabia também à sociedade não foi feito integralmente. O ECA e a Constituição diziam também que crianças e adolescentes são pessoas em formação e que, quando cometessem delitos e atos infracionais, deveriam ser punidos sim, porque não deve haver delito sem punição. O ECA sempre falou na severidade de nenhuma infração ficar sem punição, sem a medida correspondente. Mas no princípio da justiça, a cada infração deveria corresponder a uma medida adequada, e ao princípio da humanidade, entendendo-se que são pessoas em formação e, portanto, não estão corrompidas e podem perfeitamente voltar ao convívio social.

Vários países copiam a nossa lei. Vai chegar agora uma delegação de El Salvador. É a 15ª ou 16ª delegação de um país estrangeiro que vem copiar a nossa lei. No entanto, como disse a Luana, aqui no nosso Brasil, as pessoas falam dessa lei sem conhecê-la, sem nunca tê-la lido, sem sequer ter entendido seu sentido profundo. Quando o Presidente Lula iniciou este Governo, ele falou conosco que todo mundo sabia que o país estava em dificuldades, que ia faltar dinheiro, e pediu que ninguém ficasse “choramingando”, mas que buscasse criatividade, raça e articulação para poder fazer o máximo que pudesse, enquanto passava aquele período de “vacas magras”, que felizmente já passou. Nós fizemos isso. Nós conseguimos isso também por causa desse novo espírito que tomou conta do Brasil. O Banco do Brasil nos está garantindo que todos os Conselhos Tutelares do Brasil serão informatizados. Será implantada internet, e o Banco do Brasil vai ajudar, em cada município, a consolidar os Fundos Municipais da Criança e do Adolescente. A Petrobrás fez um acordo conosco, sem precedentes. Fez uma doação recorde para o Fundo do Conanda e vai fazer isso nesses próximos três anos. Ela é nossa parceira na questão das crianças desaparecidas; é nossa parceira para enfrentar a exploração sexual de meninas e meninos neste país; é nossa parceira para fortalecer os Conselhos em todo o país; assim como a Chesf, Furnas, etc. Eu poderia citar dezenas de instituições aqui, além das fundações privadas, como a Fundação Abrinq, em que o próprio Rubens Neves puxou essa coisa espetacular que é a atividade social das empresas.

Nós também, Presidente, procuramos trabalhar junto com o seu Ministério. Em muitos casos, isso nunca foi feito antes. O Ministério da Educação, apesar de ter feito muitas coisas importantes neste país, não era um parceiro para a

vergonha - os prefeitos, os governadores, todos os agentes públicos - com o apoio do Judiciário, com o apoio do Legislativo, e sobretudo, com o apoio da sociedade civil, eu tenho certeza que, daqui a quatro anos, a situação de violência vai ter outro tratamento neste país e vai funcionar.

O Presidente tem falado sempre que é preciso também investir nas famílias. É importante fazermos parcerias com as empresas, para os egressos. Nós não podemos simplesmente colocar um adolescente em uma instituição e, depois que ele sai, ele volta para o mesmo meio que provocou a violência. Tem que ter também um trabalho específico com o egresso, a profissionalização, a garantia do estudo até aos 21 anos. Por isso, o Conanda está discutindo, junto com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, e com todos os outros Ministérios, um Plano Nacional de Atendimento socioeducativo, à semelhança do Sistema Único de Segurança Pública. Nós vamos reforçar o Fundo do Conanda, os recursos orçamentários, e vamos pedir que cada estado faça um plano de implementação verdadeiro de medidas socioeducativas e nós vamos ajudá-los a fazer isso. O Governo Federal vai participar e o Conanda vai ajudar, desde que façam a coisa certa. Estamos também preparando um Regimento Único para esses centros de internação, que vão da pura repressão até instituições que estão virando referência estadual e nacional. Nós temos que ter uma certa unidade para tudo isso. Vamos também trabalhar pela implementação de um programa para os adolescentes ameaçados de morte. Está havendo um morticínio neste Brasil. Os adolescentes que vêm para a rede do bem são impiedosamente mortos por traficantes, por bandidos, e ficam sem proteção. O nosso Programa de Proteção de Testemunhas não os alcança, porque eles não são réus colaboradores, nem são testemunhas de crimes violentos. Eles são ameaçados de morte e, às vezes, por pequenas dívidas, eles são impiedosamente assassinados em todo o país. Nós temos que criar um programa para proteger esses adolescentes. Isso vai ser discutido aqui nesta Conferência. Aqui está o que de melhor existe neste país da militância da criança e do adolescente. O que sair daqui vai ser, realmente, o que o Brasil precisa.

Eu queria encerrar com um pensamento do seu querido amigo Nelson Mandela. Ele diz que ninguém nasce machista, ninguém nasce racista, ninguém nasce violento, ninguém nasce preconceituoso; a sociedade é que faz as pessoas assim. Se ela faz as pessoas assim, ela pode fazer também homens e mulheres de bem para que, daqui a dois anos, a Luana possa dizer que o Brasil avançou, que o Brasil caminhou. Viva o Brasil! Viva o povo brasileiro!

.....

Agora, o Estado não pode reagir emocionalmente. O Estado, por meio das suas instituições, tem que fazer justiça e precisa julgar sem nenhuma paixão, porque senão continuaremos a cometer erros neste país.

Eu já vi pessoas em estado de desespero, pessoas cristãs, daquelas que participam, na beira de um caixão, dizendo: “Não acredito mais em Deus. Se Deus existisse, meu filho não teria morrido, ou minha mulher não teria morrido, ou minha mãe não teria morrido.” É o mesmo estado emocional de alguém que acha que vamos resolver o problema da violência diminuindo a idade para que os nossos adolescentes sejam punidos mais duramente.

Essa é uma luta inglória. Nós, que lutamos contra a pena de morte no Brasil, sabemos que, se fosse feita uma pesquisa, a maioria do povo acha que, se for decretada a pena de morte, acabam os crimes. Da mesma forma, no estado emocional em que a sociedade está vivendo hoje, tem muita gente que acha: “Ah, vamos... Sabe...tem dezesseis anos. Vamos punir mais duramente. Vamos acabar com esse negócio de completar maioridade. Isso vai resolver o problema.”

Será que é isso? Se fosse só isso, será que nós teríamos os problemas que temos hoje, em vários lugares do mundo e não apenas no Brasil? Será que as pessoas pediram a condenação dos policiais à pena de morte, quando houve a chacina da Candelária? Será que as pessoas pedem uma pena abrupta quando um adulto estupra uma menina? Ou mesmo quando faz sexo nesses bordéis da noite espalhados por este país, tirando proveito de uma necessidade financeira, às vezes, até vendendo o corpo a troco de um prato de comida? Será que isso não é uma coisa bárbara que está acontecendo no nosso país?

Possivelmente, se fôssemos conversar com um especialista em cultura, como o Gilberto Gil, não o Gilberto Gil, mas uma outra pessoa, diria assim: “O problema será resolvido quando as crianças tiverem acesso à cultura”. Se fôssemos falar com o Cristóvam, ele falaria: “O problema será resolvido quando essa criança estiver na escola”. Se fôssemos falar com o Jacques Wagner, ele diria: “O problema dessa criança será resolvido quando ela tiver um emprego”. Se fôssemos falar com a Benedita, ela diria: “O problema dessa criança será resolvido se tiver uma boa assistência social”. Se fôssemos falar com um almirante ou com um general do Exército, eles diriam: “O problema será resolvido se essa criança puder servir às Forças Armadas”. E assim por diante. Tem até quem diga que esse problema se resolveria se ela pudesse ser deputada, governador ou alguma coisa.

O dado concreto é que existe um sem número de fatores que fazem com que cheguemos ao estado que estamos vivendo hoje, e eu acho que, sozinho, nenhum de nós poderia afirmar: “É tal coisa”. Não é só a pobreza também.

estrutura familiar na cidade. Às vezes têm o pai e a mãe, às vezes um tio e uma tia, às vezes um padrinho, e numa pequena cidade isso vale muito. Até uma relação de amizade vale muito. Então, essa pessoa é uma pessoa tranqüila, que está pobre, está passando necessidades, mas ainda tem a esperança, a fé, tem uma estrutura de sociedade que lhe permite um mínimo de expectativa.

Mas quando essa mesma pessoa pobre e tranqüila, que mora com quatro ou cinco filhos na casa do sogro ou da sogra, vem para um grande centro urbano, vai morar numa situação totalmente degradada, em que não se sabe onde é o espaço do banheiro ou o espaço da cozinha, muitas vezes dormindo juntos cinco ou seis pessoas. Eu digo isto porque eu tinha dez anos de idade e dormiam treze pessoas num quarto e cozinha. Treze! E, hoje, as pessoas não têm nem um quarto e cozinha na maioria dos lugares em que a gente vai pela periferia afora.

Quem é que conhece como é que se mora numa palafita, seja na Bahia, seja em Pernambuco, seja no Maranhão, seja no estado do Amazonas, em situação totalmente degradante, em que uma criança não tem uma única razão, um único motivo para dizer “Eu quero morar aqui”? Então, a rua passa a ser uma saída. A rua passa a ser uma tranqüilidade.

Nós devemos pensar nisso como um todo e tentar encontrar uma solução, porque as leis já existem. A Constituição de 1988 cuidou bem disso. O Estatuto da Criança e do Adolescente cuidou muito bem disso. E, de repente, a gente percebe que os problemas continuam e que, cada vez mais, nós estamos diante quase que de um fato consumado.

A gente nunca parou para discutir qual é o papel que alguns programas de televisão têm na formação das nossas crianças e dos nossos adolescentes. Quantos pais estão em casa para cuidar do tipo de programa que as crianças têm que assistir, do tipo de filme? Nós nunca pensamos nisso. Às vezes, cometemos um erro diante de uma barbárie qualquer, atacamos o vizinho, dizemos que foi culpa da escola, sempre os outros. Nós nunca olhamos para nós mesmos. Nunca.

Ontem, eu estava em São Paulo e a minha mulher pediu para fazer uma reunião com meus filhos para discutir onde que a gente ia passar o Natal. E eu comecei a conversar com meus filhos, mostrando para eles que, quando eu tinha dez ou doze anos de idade, estávamos quase que raiando a miserabilidade. Eu falei para os meus filhos: “Eu era mais feliz que vocês. Eu não tinha os aparelhos eletrônicos que vocês têm. Tênis? O que eu tinha era uma alpargata Roda, daquela que faltavam as cordas no pé e eu ia enchendo de jornal. Eu calçava 35 e a bota já ficava 39, 40. Mas a gente tinha o mundo aos pés da gente. Não tinha problema de acidente de carro, não tinha problema... Eu nunca tinha ouvido falar: “Sai da rua que

Nesses dias, num comício, entregaram-me um bilhete, que entreguei para o General Albuquerque. Um pai pedindo: “Pelo amor de Deus, Presidente, arrume um jeito de o meu filho servir ao Exército”. E é engraçado. Quarenta anos antes, era o que minha mãe pensava. Minha mãe achava que todos nós deveríamos servir ao Exército, para aprendermos a ser homens. Passados quarenta anos, ainda tem uma enorme gama de brasileiros neste país que quer um lugar. Hoje, essas crianças não têm nem um SENAI, como eu tive. O SENAI foi uma das melhores coisas que aconteceram na minha vida.

Nesses próximos dias, vocês estarão aqui. Vários ministros virão aqui assumir compromissos, assinar protocolos de coisas que cada Ministério vai fazer. Mas eu quero dizer para vocês, desde já, que eu espero, no ano que vem, ser convidado por vocês para voltar na VI Conferência que vocês vão fazer. Eu gostaria de vir aqui, não para ser aplaudido por tanta gente que conheço de tantos anos e de tantos lugares, mas vir aqui para que vocês, com a mesma honestidade, com o mesmo carinho com que me aplaudiram e gritaram o meu nome, digam-me: “Presidente, ainda falta fazer muita coisa. Por que não fez?” É preciso que vocês me cobrem, porque um político precisa ser cobrado, como um filho tem que ser cobrado pela mãe ou pelo pai para estudar, para fazer as coisas certas, para fazer aquilo que tem que ser feito, porque, se não, outras prioridades vão tomando conta da cabeça das pessoas.

E quero dizer para vocês, em nome do meu Governo, que eu acho que muitos Presidentes que eu conheço, quem sabe, tiveram a mesma preocupação que eu tenho, mas, quem sabe, a diferença seja na nossa formação política, na nossa origem de classe. Mas, para que a gente não cometa os erros que outros cometeram, tenham consciência de uma coisa: nós não sabemos de tudo e nós não podemos tudo. Somente a garra de vocês, companheiros, que se dispõem a sair, de ônibus, dos mais diferentes lugares deste país, e vêm, quem sabe, comendo pão com mortadela no ônibus - melhor do que eu, que vim comendo farinha e rapadura de Garanhuns para cá. Somente vocês é que podem ajudar a consertar este país. Essa dívida com as nossas crianças e com os adolescentes não é de nenhum de nós individualmente; é de muita gente deste país. E, portanto, eu gostaria que vocês não permitissem que eu cometesse o mesmo desatino, ou o mesmo erro, ou o mesmo esquecimento, ou a mesma má vontade que, ao longo de tantos anos, foi cometido com as crianças e com os adolescentes.

Na verdade, o que eu estou querendo dizer para vocês, ao invés da arrogância de um Presidente da República que poderia ter toda a sabedoria para todos os problemas, eu quero dizer humildemente para vocês: ajudem-nos a ajudar as crianças e os adolescentes, porque o Estado pode menos do que vocês imaginam e a sociedade organizada pode muito mais do que vocês imaginam. Muito obrigado!

a) CONFERÊNCIA MAGNA

EMIR SADER

Professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Boa noite. Eu vou falar aqui, não porque sejam coisas muito importantes, nem porque eu vou falar muito, mas pelo defeito da profissão de ser professor. Pelo adiantado da hora, mas, principalmente, pelas coisas tão importantes que foram ditas aqui, entre tantos outros, pela Luana, pelo Lula e pelo Nilmário, companheiro de combates de quatro décadas atrás, quando neste recinto se viviam coisas um pouco diferentes do que aquelas que a gente vive hoje.

Eu vou apenas ressaltar algumas coisas que eu acho que podem ajudar a refletir sobre algumas afirmações ditas aqui e podem-nos ajudar a avançar na compreensão das razões pelas quais nós temos o quadro atual, muito bem pintado pelo Lula, em relação ao tema “Direitos da Criança e do Adolescente”. Para começar, a idéia de juntar direitos com criança e com adolescente, vamos ter muita clareza, é um objetivo. Hoje em dia no Brasil, direitos não rimam com criança e com adolescente. Quando os direitos não são universais, eles são privilégios, não são direitos. O próprio episódio mencionado aqui, do assassinato cruel daqueles jovens em São Paulo, mostrou a forma tão diferenciada com que a opinião pública e a nossa imprensa tratam os crimes, conforme a classe social da sua origem. Parece que os jovens, que são chacinados, diariamente, na periferia de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte e de outras cidades, não têm nome, não têm pais, não têm mães, não têm sonhos, não teriam futuro. Como disse o Lula, é na hora em que a carne branca dos nossos filhos é vítima de cruéis atentados que se lembram da pena de morte. Mas a pena de morte existe no Brasil. Ela é praticada cotidianamente pelos grupos de extermínio contra os pobres da periferia das nossas cidades.

Vamos entender por que é que isso acontece. Não é por nenhuma natureza violenta do povo brasileiro; é porque o modelo de sociedade, construído ao longo de várias décadas, não precisa dessas crianças e desses jovens. Eles não são os operários qualificados que as grandes corporações multinacionais precisam amanhã; não são os grandes executivos dessas corporações; não pertencem ao mercado de consumo sofisticado que vai comprar as mercadorias dessas grandes corporações; não são as pessoas das elites que vão dirigir este país. Portanto, eles são excedentes. Eles morrem, são chacinados e, digamos, não causam indignação cotidiana na nossa sociedade. A imprensa escolhe casos que têm a ver com o estreito círculo daqueles que

Esta é a hora e este é o lugar. A transição foi feita, bem ou mal. Agora se trata de efetivamente realizar o privilégio do social. Esse privilégio social é que efetivamente vai fazer com que esses jovens e essas crianças sejam os protagonistas do nosso futuro. No entanto, até agora, nós olhamos para essas crianças, não como quem olha para um espelho, não como quem tem consciência de que, mesmo na sua pior cara, eles são produzidos pela nossa sociedade. Nós olhamos para eles como quem olhasse para uma janela trancada com cadeados; como se eles não tivessem que ver com o nosso mundo; como se não fosse o nosso cotidiano econômico e cultural que produziu, e reproduziu, esses jovens, mesmo na sua face mais cruel.

E essa não é uma face apenas nacional. Nós podemos olhar, com horror, para a política norte-americana de criminalização dos conflitos, resolução violenta dos conflitos, e mesmo de punição preventiva. Mas o que nós fazemos com as crianças e jovens pobres das nossas periferias? Nós não as estamos criminalizando? Não as estamos discriminando? Não estamos usando e pedindo mais violência contra eles? E os grupos de extermínio? Não são uma forma “Bushiana” de liquidação preventiva de riscos eventuais que essas crianças trariam para a sociedade da propriedade privada? Nós temos que pensar o que significa a nossa dinâmica cultural, social e econômica.

Teremos que pensar também que as duas piores heranças que nós recebemos são: por um lado, a “financeirização” da economia; e, por outro lado, a precarização do mundo do trabalho. “Financeirização” quer dizer que o tipo de capital hegemônico do Brasil não é o capital produtivo; é o capital financeiro na sua forma especulativa. Enquanto nós continuamos a governar, olhando para o espelho dos índices financeiros, para dizer se o Brasil vai bem ou vai mal, isso significa que nós estamos governando para o capital financeiro. Enquanto nós tivermos taxas de juros estratosféricas, estamos arrecadando do mundo da produção para transferir recursos para o mundo da especulação. O Estado continuará a ser um Estado indefensável, um Estado imoral, que arrecada do mundo do trabalho e transfere recursos para o capital financeiro; um Estado que trata mal o serviço público. E o serviço público não são funcionários; o serviço público é o braço social do Estado; é o braço esquerdo do Estado; é aquele que atende exatamente os setores da nossa população, incluindo as crianças e adolescentes pobres que não podem ser atendidos na economia de mercado.

Então, nós temos ainda muito que fazer para conseguir sair do mundo da especulação. O maior gasto financeiro do Estado brasileiro continua a ser o pagamento dos juros da dívida. Quando nós discutimos uma reforma tributária, passamos ao largo do problema fundamental no Brasil. É verdade que se pagam muitos impostos, mas a pergunta fundamental é: “Para onde vão esses impostos?”. Os funcionários são mal pagos, o serviço público é mal prestado. Então, para onde vão

O segundo elemento da maldita herança recebida por esse Governo foi a precarização do mundo do trabalho. Aquilo que é chamado de “terceirização”, mas cuja palavra fundamental é “precarização”. O que quer dizer isso? Quer dizer que a maioria dos brasileiros não tem mais carteira de trabalho assinada; não tem uma relação de direitos e deveres com a sociedade; não são cidadãos. Cidadão é sujeito de direito. Quem não tem, sequer, um emprego formal, não se pode abrigar na Justiça, não se pode organizar, não se pode sindicalizar, não tem uma ocupação permanente e não tem uma identidade social permanente. Essas são as duas piores heranças recebidas pelo Governo. Não é a herança da situação financeira - o “Risco Brasil”. É o fato de que o capital especulativo tornou-se hegemônico e o fato de que a maioria dos brasileiros não tem carteira assinada, não tem uma ocupação permanente e não tem uma relação de direitos e deveres com a sociedade. Que tipo de Estado de Direito pode existir, se a maioria dos brasileiros são excluídos? A exclusão não é uma exclusão física da pessoa; é uma exclusão de direitos; é o fato de não possuir identidade jurídica e, antes de tudo, não pertencer ao mundo do trabalho. Tudo isso tem a ver com a família. Hoje se diz que um terço das famílias do mundo pobre têm a mulher como cabeça de casal. Essa é uma maneira eufemística de dizer que a mulher está sozinha, cuidando das crianças, tendo que trabalhar o tempo todo, e as crianças não têm nem o convívio com adultos na casa. Isso significa um mundo precário no trabalho e um mundo precário da retaguarda da assistência social no Brasil. Isso é alguma coisa que não pode acontecer no nosso Governo. Essa crise da família não é uma crise civilizatória e cultural; é uma crise social; é uma crise econômica; é uma crise de direitos. Ela tem que ser atacada nas suas raízes fundamentais.

Como já disse muito bem a Luana, a maneira pela qual nós cuidamos das nossas crianças e adolescentes é a maneira pela qual nós pensamos o futuro do Brasil. No entanto, o futuro do Brasil hoje não está pensado nos espaços públicos; está pensado no “shopping center” - nesse espaço fundamental do neoliberalismo; nessa forma norte-americana de viver; nesse mundo em que tudo se vende, tudo se compra, tudo é mercadoria. É nessa forma de convivência segregada, onde não estão os pobres, onde não está a rua, onde não está o espaço público, em que eu me conecto não com o meu mundo, com a minha cidade, com o meu país; em que eu me conecto com a Califórnia, conecto-me com o Japão. Eu posso ir ao cinema. Posso fazer tudo dentro desse universo; mas é um universo segregado; é um universo que se faz à custa dos espaços públicos, destruindo a convivência nos centros da cidade. Eles mantêm a expressão “shopping center”, só que não é mais o centro público da cidade; é o centro do shopping, o centro do comércio, o centro da mercadoria. É isso que corrói a nossa sociedade. Eu diria que a família está corroída, mas não apenas a família. Os espaços públicos estão corroídos. A democracia, recentemente conquistada, está corroída pela mercantilização da política, pela mercantilização das campanhas eleitorais, pela ideologia do consumo, pela ideologia do individualismo

que existem por aí. Não há terceiras posições no Brasil. Nós temos que juntar o que de melhor nós temos, nossa fibra, nosso coração, nossa mente, para ajudar esses jovens que não têm tido capacidade de afirmar os seus direitos. Até porque esses jovens, infelizmente, não estão nos nossos partidos, não estão nos nossos movimentos, não estão nas nossas ações culturais; estão segregados num mundo outro. Eu temo que a nossa linguagem não chegue até a linguagem deles. Temo que os valores deles sejam valores distantes dos nossos valores. Se nós não chegarmos até eles, nós estaremos perdendo a possibilidade de construir uma democracia social no Brasil. Se o Brasil é uma democracia política, o Brasil é uma ditadura social. O país mais injusto do mundo é aquele que distribui, de forma mais desigual, os seus bens materiais e espirituais. Quem faz isso é uma ditadura social. E a nossa grande tarefa é aproveitar esse Governo democrático, que nós elegemos, para fazer do Brasil uma democracia social. É isso que vai fazer com que nós tenhamos um termômetro do quanto avançamos, que nível de democracia social nós construímos. Não basta ter eleições a cada dois anos, ter muitos partidos, ter Executivo, Legislativo e Judiciário, se isso não é um instrumento para construir a democracia social. Democracia social significa afirmação universal dos direitos, antes de tudo, das nossas crianças e dos nossos adolescentes. Muito obrigado.

Os que tiveram a oportunidade de olhar a televisão ontem, ou ler os jornais de hoje, tomaram o conhecimento de uma informação de que a população brasileira já está com uma expectativa média de vida de 71 anos, ou seja, os brasileiros estão vivendo, em média, 71 anos. Pela composição aqui da V Conferência, eu diria que a maior parte dos presentes aqui vai viver mais do que 71 anos de idade. Os brasileiros que estão nascendo, possivelmente, vão viver, em média, cem anos. Daqui a duas décadas, a se manter esse ritmo de transformações na vida humana, vai ser muito comum nós estarmos fazendo eventos com pessoas de 120 anos de idade. Esse é um fato que talvez a gente não leve em consideração, mas que é absolutamente fundamental para nós revermos conceitos sobre o que é criança, o que é adolescente, o que é juventude, o que é adulto, o que é velhice.

Imaginemos que nós estivéssemos fazendo um evento desta mesma natureza há cem anos atrás. Imaginemos que nós estivéssemos no Brasil de 1903. Qual era a expectativa média de vida dos brasileiros há cem anos atrás? Era de 36 anos de idade. Era isso que os brasileiros viviam, em média, há cem anos atrás. Portanto, o conceito de criança e adolescente era muito diferente do que nós temos hoje. Nós vivíamos num país essencialmente agrícola, com uma economia agrária exportadora, com 70% da população vivendo no campo, sem escolas, sem regulação pública do trabalho, sem previdência e assistência social. A maior parte da pequena atividade industrial que nós tínhamos em alguns centros urbanos, há cem anos atrás, era composta de mulheres e de crianças. Assim como havia sido a industrialização europeia, no século XIX, constituída basicamente com o trabalho infantil e feminino. Historiadores daquela época mostram, inclusive, o chamado “fenômeno das camas quentes”, que tínhamos em grande parte da indústria têxtil inglesa e francesa. O que eram as “camas quentes”? É justamente o fato de, nas fábricas, ter um local em que as pessoas dormiam. As crianças trabalhavam uma determinada jornada e, depois, acordavam aquelas que estavam dormindo para substituí-las no trabalho. E os que estavam terminando aquela jornada iam imediatamente dormir. Então, as camas estavam sempre quentes, porque sempre tinha gente dormindo face ao ciclo de atividade produtiva. Há cem anos, começava-se a trabalhar na agricultura com cinco ou seis anos de idade, ajudando em casa ou na lavoura. Era uma sociedade sem regulação pública do trabalho, o que significava dizer que as pessoas começavam a trabalhar muito cedo; trabalhavam durante a luminosidade do dia, porque não tínhamos energia elétrica para todo mundo; não tínhamos previdência e assistência social, portanto, não tínhamos férias, feriados, jornada de oito horas de trabalho, ou alguma regulação nesse sentido. As pessoas trabalhavam, basicamente, até morrer, porque não tinham outra forma de viver que não fosse dependendo do mercado de trabalho. Então, para quem vivia há cem anos atrás, se nós relacionarmos o trabalho com a vida humana, significaria que uma pessoa que vivia em média 35 anos de idade, iniciando o trabalho aos cinco ou seis anos de idade, trabalhando até quatorze

no mundo do trabalho, o conhecimento adquirido no ensino médio e na universidade é insuficiente para dar conta dos novos requisitos do mundo do trabalho. Os que saem da universidade já saem com o conhecimento defasado. Agora, isso significa dizer que as universidades, as escolas de ensino técnico e ensino médio estão despreparadas? Em parte sim, mas, por outro lado, é porque a velocidade das transformações é muito intensa. Por exemplo, um engenheiro que se formava há três ou quatro décadas atrás, ele estudava durante quatro ou cinco anos, dos dezoito aos vinte e dois anos de idade e, com esse conhecimento estabelecido e acumulado, ele exercia atividade por mais três ou quatro décadas. Isso é praticamente impensável nos dias de hoje. Isso significa dizer que nós estamos entrando numa etapa em que a educação vai ser algo recorrente ao longo da nossa trajetória de vida. Tende a ser cada vez mais comum as pessoas estarem estudando com mais idade, acompanhando as transformações da vida junto com o sistema educacional. Vai ser comum vermos pessoas com cem ou cento e vinte anos de idade estudando. Hoje isso nos parece algo fantástico. Os jornais e a televisão mostram, na chamada “terceira idade”, pessoas estudando. Isso vai ser algo recorrente. A educação tende a ser um elemento constante ao longo da vida do homem.

Do ponto de vista demográfico, eu diria que o Brasil, desde o final dos anos 70 para cá, consolidou a sua transição demográfica. Isso significa dizer que a criança, o adolescente e o jovem, a cada ano que passa, desde o final dos anos 90, representam uma menor parcela no total da população. Se nós olharmos friamente, do ponto de vista do conceito que nós construímos historicamente, para entendermos o que é criança, adolescente, juventude e assim por diante, isso nos levaria a ficarmos mais preocupados com as faixas etárias de idade mais avançada, porque essas faixas etárias serão aquelas que mais pesarão, em termos relativos, no conjunto da população brasileira. Isso significa dizer que será cada vez mais importante, no que diz respeito ao gasto e à orientação das políticas públicas, atendermos as pessoas com mais idade. Quais serão as áreas da saúde em expansão? Serão as áreas que atendem as pessoas de faixa etária mais elevada. Todo o equipamento público tenderá a olhar para o segmento etário mais envelhecido. É possível identificar isso, tranquilamente, do ponto de vista da demografia brasileira, em que se tem realmente uma perda da participação relativa dos mais jovens no total da população.

Agora, teremos esse entendimento se continuarmos a trabalhar com conceitos de criança, de adolescente, de juventude, de adulto e de velhice relativos a períodos anteriores, cuja expectativa de vida era muito menor do que é hoje. Por exemplo, não tem razão de ser identificar que o jovem seria uma fase intermediária da adolescência para a fase adulta, e que isso corresponderia a nove anos de idade, ou seja, entre os quinze e os vinte e quatro anos de idade. Isso até teria uma lógica para uma população que vivia até os 36 ou 40 anos de idade. Se nós estamos vivendo 71 anos

nações que participa deste grande momento. Nós temos um dos principais segmentos em termos de inovação na tecnologia, na biotecnologia. Seja qual for a área, há sempre um brasileiro, uma indústria brasileira, uma universidade, uma escola, que está trabalhando e participando desse grande momento. Então, do ponto de vista histórico, o Brasil nunca teve essa oportunidade como está tendo hoje.

A questão básica, como o Celso Furtado já chamou a atenção, é que, muitas vezes, o Brasil é o país das oportunidades perdidas. Nós temos as oportunidades, mas nós não as aproveitamos, porque temos feito opções erradas. Por exemplo, em 1980, o Brasil exportava um pouco mais do que a China, ou seja, a participação do Brasil na economia mundial era um pouco maior do que a da China. A participação do Brasil era em torno de 1% de todo o comércio mundial. Mas, 23 anos depois, o Brasil tem uma participação no comércio mundial em 0,9%, ou seja, participamos menos do que participávamos há 23 anos atrás, e a China quintuplicou as suas exportações. Então, nessas últimas duas décadas, nós perdemos uma oportunidade de termos uma participação mais efetiva na economia mundial. Na tecnologia, em 1984, o Brasil e a Índia tinham o mesmo nível de desenvolvimento tecnológico no que diz respeito às telecomunicações. Eram dois grandes países, em termos continentais, com uma grande população, e estavam basicamente integrados através das telecomunicações. Após dezessete anos, a Índia se transformou no maior exportador de “software” do mundo, e o Brasil ainda se encontra numa fase de equilíbrio entre importação e exportação de “software”. Até uns dois anos atrás, era deficitário, ou seja, comprava mais “software” do que exportava. Portanto, têm sido feitas opções equivocadas e que terminam fazendo com que o Brasil perca a oportunidade inédita de participar de uma grande onda de transformação que vai permitir, certamente, para alguns países, deixar claro que viver não é mais tão somente, ou exclusivamente, trabalhar, conectando a sociedade com uma outra possibilidade de convivência e de sociabilidade que é muito distinta daquela que nós estávamos acostumados a viver.

O que é preciso para o Brasil aproveitar as oportunidades e, de fato, romper com o anacronismo que tem feito as crianças, adolescentes, jovens abandonar a escola e desconstruir famílias para vincular-se fundamentalmente ao trabalho? No meu modo de ver, essa é uma questão de classe e, muitas vezes, não tem sido tratada assim. É muito diferente ser criança, pertencendo a uma família pobre, do que ser criança, pertencendo a uma família rica. Isso nos identifica uma questão de classe social. E precisa ser tratado dessa natureza; e não como sendo um mundo homogêneo. Por que é que eu estou dizendo isso? Porque se nós pegarmos crianças, adolescentes e jovens pertencentes a famílias ricas no Brasil, nós perceberemos que, em cada dez crianças, nove delas estudam. Se nós pegarmos o mesmo segmento para filhos de pobres, somente quatro, em cada dez, estudam. Então, de fato é uma questão de classe. E se isso é verdade, nós precisamos ter políticas que tratem dessa questão.

subir na trajetória ocupacional. De tal forma que quem entra muito cedo no mercado de trabalho com baixa escolaridade, vai ficar praticamente condenado às atividades de baixa produtividade e a baixos salários. Isso significa dizer que se, por ventura, nós tivéssemos uma situação de pleno emprego, o que nós teríamos? Os filhos de ricos entrando depois, com vinte e poucos anos de idade, ocupando os cargos de maior produtividade e maiores salários; e os filhos de pobres ocupando os cargos muito simples, com baixa produtividade e baixos salários. Portanto, mesmo numa sociedade de pleno emprego, nós teríamos uma profunda desigualdade numa sociedade que não descongela as diferenças.

O que é possível fazer? Não há outra alternativa que não seja um grande choque distributivo, uma grande transferência de renda para as famílias pobres, para que as famílias pobres, seus filhos, crianças, adolescentes e jovens permaneçam mais tempo na escola, com atividades comunitárias, de pertencimento, de protagonismo, etc., mas longe do mercado de trabalho. Do contrário, nós estaremos condenados a reproduzir o que nós sabemos fazer, e estamos fazendo, nesses últimos cinco séculos. Essa é a nossa oportunidade. Na verdade, ela depende de uma grande vontade, de uma grande convergência de distribuição de renda. A renda existe e ela é mal concentrada. Por quê? Porque este país não fez três reformas, que são clássicas no capitalismo contemporâneo: Nós não fizemos a reforma agrária, o que faz com que a terra seja muito concentrada para poucos; nós não fizemos a reforma tributária, o que faz com que os ricos não paguem impostos no Brasil - são os pobres que pagam impostos. Vocês podem ver que os aposentados no Brasil pagam mais impostos do que os empresários - e nós não fizemos a reforma social. Nós não temos saúde, educação, transporte, habitação, de boa qualidade para todos. Essas são áreas que nos permitiriam enfrentar a enorme mazela que nós temos no Brasil e, ao mesmo tempo, oferecer novas oportunidades em termos de trabalho na área da saúde, educação, transporte, e assim por diante.

Então, essas são saídas; essas são reformas que estruturariam o país em novas bases; essas são reformas que nos abririam condições de pensar conceitos, como criança, adolescência, juventude, adulto e velhice, sob outro ponto de vista, outro patamar. Isso não está muito distante. Se estivéssemos falando de um país agrário, como éramos há cem anos atrás, talvez isso fosse algo praticamente impossível. Hoje, o possível está muito próximo. Nunca tivemos um período de tanta democracia como temos hoje; nunca tivemos tanta vontade de mudar. Certamente, falta a construção dessa realidade. Isso é uma invenção do humano, é uma invenção possível, depende de nós.

Na XXII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, os que vierem aqui vão perguntar: “O que é que nós estávamos fazendo, lá em 2003,

partir do passado, do presente, mas, sempre, a partir de um espaço simbólico de luta e de ação social, realçando a esperança de um horizonte moral, pautado por uma gramática de inclusão, e invocando uma plataforma emancipatória do nosso tempo.

Se nós olharmos a linha da História, do marco zero até hoje, nós vamos perceber que a gramática dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes foi gestada no final da década de 80 e década de 90. Nós estamos em 2003. O chão ainda é extremamente reduzido. Eu lembro a vocês que, no marco jurídico, essa construção reinventou um paradigma a respeito dos direitos das crianças e dos adolescentes. Isso foi em 1988. O ECA é de 90 e a Convenção dos Direitos da Criança também é da década de 90. As grandes conquistas das mulheres centram-se a partir da década de 70. Há uma história do movimento de mulheres pré-70 e pós-70. Com relação à questão do racismo no país, houve a Celebração dos 500 Anos. Percorremos mais de 490 anos sem punir o racismo como crime. O crime de racismo foi decorrência da Constituição de 88 e da Lei de Racismo de 1989. A tortura, no Brasil, só foi ser criminalizada em 97. Então, com isso, eu quero semear esse terreno, tão tênue ainda, de construção da gramática da cidadania, de construção dos direitos humanos. São importantíssimas pautas como “desenvolvimento sustentável”, ou como pensar a infância, a juventude e a velhice em face do aumento da expectativa de vida. Quem leu o jornal hoje vê que o brasileiro vive mais e terá de trabalhar mais. E que, da década de 80 a 2000, nós ganhamos dez anos de expectativa de vida. Em 80, as mulheres viviam, em média, 65 anos; hoje, elas vivem, em média, 75 anos. Em 80, os homens viviam, em média, 60 anos; e hoje vivem 67 anos. Então, eu fazia os meus cálculos, enquanto o Márcio falava, apenas como especulação, e verificava que, em 2060, nesse crescimento, a expectativa de vida será, em média, 105 a 110 anos. Para não falar em 2100, em que a expectativa será, em média, de 135 a 140 anos. Então, o que significam os 70 anos? O auge, a metade do percurso de uma existência humana. Esse debelar-se contra a finitude humana é algo que tem sido pautado e é algo que vai impactar também na construção dos direitos, na qualidade de vida.

Quem defende direitos humanos, defende as potencialidades humanas, defende a expansão, o livre e pleno exercício das potencialidades humanas, quebrando essas âncoras, essas correntes que inibem e obstam o exercício da cidadania, mutilando-a em razão de gênero, raça, geração e seja o que for. Essa é a idéia de desenvolvimento como liberdade, como pregava Amartya Sen. E aqui eu trago o movimento de internacionalização dos direitos humanos. Cada vez mais, temos que pensar no local, mas também no global, e temos que dialogar com esses dois terrenos, essas duas arenas. A Segunda Guerra trouxe a idéia da ruptura com os direitos humanos e o Pós-Guerra trouxe a leitura da sua reconstrução. A partir daí, nós tivemos a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que trouxe um novo olhar,

mos num mundo em que a Organização Mundial de Saúde atesta que a principal *causa mortis*, hoje, no mundo, é a pobreza. Hoje, há cinqüenta mil mortes por dia no mundo, sendo que, dessas cinqüenta mil, 34.000 são mortes de crianças com menos de cinco anos de vida, em razão de fome e de má nutrição. Um bilhão de crianças no mundo em desenvolvimento sofrem os efeitos da pobreza.

Esse é o cenário global, e nesse cenário global, insere-se o Brasil. Eu reitero o que dizia o Márcio que nós somos a nona economia mundial. Somos um dos três países que mais cresceram nos últimos cem anos, ao lado da Coréia do Sul e do Japão; mas somos o quarto país mais desigual do planeta. Vexatoriamente, perdemos para Serra Leoa, República Centro Africana e Suazilândia. Dialoguem esse fato com a violência. O Brasil é o terceiro país mais violento do mundo, perdendo para El Salvador e Colômbia, e concentra 14% das taxas de homicídio no âmbito mundial. É por isso que, quando se fala em direitos humanos, nós temos que pensar em direitos humanos, democracia e desenvolvimento. E com isso, eu passo à minha segunda indagação.

Nesse contexto, como conceber os direitos humanos das crianças e dos adolescentes? Eu diria que a primeira fase da proteção de direitos humanos foi mapeada por uma proteção geral, genérica, abstrata. Eram protegidas todas e quaisquer pessoas - um vulto abstrato, sem rosto, sem idade, sem gênero, sem raça, sem etnia. O que se percebeu é que essa proteção genérica se fez precária e insuficiente. Portanto, haveria que se pensar no direito à diferença, o direito à igualdade, à luz do respeito à diferença e à diversidade, considerando as especificidades e as vulnerabilidades. É nesse contexto que surge, ao lado do direito à igualdade, o direito ao reconhecimento de identidades próprias. Nasceram os direitos humanos das mulheres, das crianças e adolescentes, das populações afrodescendentes, dos portadores de deficiência, dos migrantes, entre outros. O direito à visibilidade é um dos direitos mais preciosos e ele aponta a idéia de novos sujeitos de direito, o reconhecimento de identidades próprias, e isso faz com que sejam incorporadas as perspectivas de gênero, raça, etnia, geração, desigualdade, etc. Hoje, eu penso que o grande desafio na área de direitos humanos é repensar, revisitar e reconceptualizar os nossos direitos a partir desses olhares e dessas perspectivas, ou seja, como os diversos sujeitos de direito vivem os direitos humanos - saúde, educação, trabalho, etc. O Márcio fazia a relação entre pobreza, exclusão, a dimensão classe e a questão do trabalho infantil, por exemplo, e da evasão escolar. A pobreza tem um rosto no Brasil, que é o rosto negro. A pobreza alcança, de forma desproporcional, as populações afrodescendentes aqui - 66% das populações afrodescendentes são pobres. Portanto, é importante considerar todos esses recortes quando se pensa em direitos humanos, no modo pelo qual eles são respeitados ou violados. Eu lembro aqui o que dizia Proust, quando salientava que “a verdadeira viagem da descoberta não consiste em procurar novas paisa-

voice”, o direito à voz, como seres dotados de plena dignidade. É preciso que rompamos com essa teoria estatutista e uma prática ainda menorista.

O segundo desafio é conferir absoluta prioridade aos direitos das crianças e adolescentes, consolidando a doutrina da proteção integral. A Constituição de 88 também traz a doutrina da proteção integral, da absoluta prioridade, do interesse superior da criança e do adolescente. Temos que enfrentar importantes desafios. Temos que combater a violência, a exploração sexual, o abuso sexual, a cultura do bater, a mania de bater, que ainda existe, adotada até como prática pedagógica. Temos que romper com essa cultura do trabalho infantil. Lamentavelmente, nesse último mês de setembro, houve um aumento de 50% no número de crianças trabalhadoras na faixa dos dez aos quatorze anos.

Uma outra questão é a discussão sobre a maioridade penal. Eu já escrevi pareceres sobre o assunto e aqui antecipo a mais flagrante inconstitucionalidade dessa proposta, porque a idade penal está estabelecida no artigo 228 da Constituição e isso é cláusula pétrea. Para aqueles que não são da área jurídica, isso está petrificado na Constituição. Enquanto existir esse texto, não poderemos imaginar qualquer proposta de redução da maioridade penal. Além disso, os índices de crimes praticados contra as crianças e os adolescentes são muito superiores aos praticados por adolescentes. Nós devemos romper com esta cultura dos “filhos do Estado”: FEBEM – Carandiru – Rua - Rua - Carandiru. O índice de reincidência no nosso sistema carcerário chega à casa dos 70%. Lamentavelmente, a redução da maioridade penal, no estado de São Paulo, já existe. Basta percorrermos as nossas FEBEMs de Franco da Rocha e outras. Já existe com os mesmos problemas: superpopulação carcerária, tortura, maus tratos. É a mesma pauta. Portanto, eu penso que este espaço é fundamental para nós centrarmos todos os nossos esforços para evitar essa redução. Além disso, à luz desse mapeamento, eu ressaltaria a importância de se identificar as maiores violações e desenhar uma agenda com as prioridades e com as “best practices” - as políticas mais exitosas que têm sido adotadas.

E concluindo, como terceiro desafio, parece-me importante e fundamental incorporar o valor da diversidade para a defesa, proteção e promoção dos direitos humanos das crianças e adolescentes. Não há como pensar esses direitos senão sob a perspectiva de raça, de gênero, de etnia, de desigualdade econômica e social, dentre outros. Nós temos que desnaturalizar as desigualdades, bem como desnaturalizar esta violência estrutural, sistemática e persistente, que afeta, de forma desproporcional, crianças e adolescentes, dependendo da sua raça, da sua etnia, da sua região, do seu gênero, etc. No Brasil, crianças e adolescentes representam 61 milhões de brasileiros, ou seja, 35,9% da população brasileira é composta por crianças e adolescentes, sendo que quase a metade, ou seja, 29 milhões, são crianças negras. Eu lembro que

REGINA MENDES

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte

Eu teria uma pergunta para o Professor Márcio: Como você vê a atuação das entidades sem fins lucrativos que trabalham com adolescentes no encaminhamento ao trabalho e aprendizagem, bem como toda uma formação voltada para a cultura, esporte, lazer e formação profissional? Eu pergunto isso porque eu trabalho numa instituição em Belo Horizonte que, há 28 anos, tem o programa “Meu Primeiro Emprego”, e que tem toda uma preocupação com a formação desse adolescente, com cursos de língua estrangeira, informática, etc., para a inserção dele no mercado de trabalho. Nós temos uma preocupação com a formação integral desse adolescente. O Governo dialogou muito pouco com as entidades que já faziam esse trabalho, quando implantou o “Primeiro Emprego”. Ele paga o empresário quando ele coloca um adolescente na sua empresa, enquanto que essas entidades já cobravam dos empresários para investir nesses programas. Então, eu queria que você falasse um pouco sobre isso.

.....

EDSON

Delegação de Pernambuco

A minha primeira pergunta não está direcionada a nenhum dos palestrantes. Por que não foi registrada a presença dos adolescentes à Mesa? minha outra pergunta é direcionada ao Márcio. A gente vê muitas crianças e adolescentes trabalhando e, quando as famílias são questionadas a esse respeito, elas respondem normalmente que eles estão trabalhando para não viver no mundo das drogas, para não roubar, para não estarem nesse mundo que a gente chama de “irregular” para a vida das crianças e dos adolescentes. Como se ele não estivesse trabalhando, o único caminho fosse o mundo das drogas. Ou seja, eles têm uma visão muito negativa e, portanto, colocam suas crianças no trabalho, vendo como único caminho para eles o mundo da irregularidade. Enquanto que a prioridade para a criança e o adolescente é o seu desenvolvimento social, o seu desenvolvimento pessoal para a construção da sua cidadania, propiciando uma vida adulta saudável.

.....

que comentasse a proposta infeliz do nosso Governador lá do Estado de São Paulo com relação ao aumento do prazo de cumprimento das medidas socioeducativas.

.....

Conselheiro CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA
Fundação Fé e Alegria

Vamos agora ao primeiro bloco de respostas.

.....

MÁRCIO POCHMANN
Secretário Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade de São Paulo

Muito obrigado pelas questões e considerações. Como a própria Elisabete falou, a gente não tem necessariamente respostas, embora as questões devam ser feitas. De fato, o Governo Federal, recentemente, direcionado pelo Ministério da Fazenda, apresentou um documento que reconsidera teses que, desde o final dos anos 80, já têm sido apresentadas por instituições multilaterais no Brasil, e com seguidores aqui no país, informando que o Brasil já tem um gasto na área social elevado e que o caminho para nós reduzirmos a desigualdade e a exclusão não se daria pela ampliação do gasto social na área da saúde, da habitação, etc., mas que o enfrentamento melhor da desigualdade e da pobreza passaria pela mudança no gasto social, pela racionalização do gasto social. Essa avaliação parte do pressuposto que o gasto social não está direcionado aos que mais precisam. No Brasil, seriam justamente os mais ricos que se apropriariam desse gasto social. Essa é uma tese que vem sendo defendida recorrentemente. Inclusive, tem sido levantada por vários Governos desde os anos 80 e a equipe do Governo Federal valorizou novamente essa tese. A nossa Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade fez um documento, que está na página da internet, que comprova uma outra interpretação. A questão básica da exclusão social no Brasil não pode ser explicada pelo fato de estarmos gastando de forma inadequada. É claro que há equívocos no gasto social. Reconhecemos isso. Mas não que seja esse o aspecto que explique a desigualdade. Chamamos a atenção, porque há uma certa inversão no debate. Parece que agora a causa da exclusão social é justamente o gasto social. Nós não gastamos mais do que outros países, pelo contrário, gastamos relativamente menos do que outros países, considerando o seu Produto Interno Bruto. As causas da exclusão são históricas, já

mercado de trabalho. Segundo os demógrafos, até 2010, nós ainda teremos uma pressão demográfica significativa no Brasil. Quer dizer, para poder gerar um 1,5 milhão de postos de trabalho, o Brasil precisa crescer, no mínimo, entre 4% e 5% ao ano. Toda a vez que nós não crescemos 4% a 5% ao ano, nós geramos mais desempregados, porque são pessoas que chegam ao mercado de trabalho diante de um mercado de trabalho pouco aquecido. Então, a questão básica do desemprego passa pelo crescimento econômico. E, em segundo lugar, tirar jovens, crianças e adolescentes que estão no mercado de trabalho e, a meu ver, não deveriam estar. Nós temos quase cinco milhões de crianças e adolescentes que estão no mercado de trabalho, inclusive, considerando os jovens de quinze a dezesseis anos de idade. No mundo todo está havendo um movimento em que os jovens entram no mercado de trabalho mais tardiamente. De cada dez jovens, na faixa etária de quinze a vinte e quatro anos de idade, na França, somente um está no mercado de trabalho e nove estão estudando. No Brasil, de cada dez, seis estão no mercado de trabalho e apenas quatro estão de fora, preparando-se para entrar mais tardiamente. Então, nós temos uma pressão muito grande de jovens entrando no mercado de trabalho. Por que é que eles estão querendo trabalhar? Porque, como disse o Edson, muitas famílias acham melhor que eles estejam trabalhando do que vulneráveis às drogas e criminalidade. Nós estamos olhando a questão do trabalho como uma espécie de penalização para que os jovens, as crianças e adolescentes não sejam vulneráveis ao crime. Mas é justamente pelo fato da nossa carência enorme de educação e distribuição de renda. Nós não temos uma educação integral, porque não queremos; não é porque não temos recursos. Os ricos têm uma educação integral. Por que é que o Brasil pode ter uma educação integral para os filhos dos ricos e não pode ter para os pobres? É uma questão de vontade.

Então, é possível criarmos outras alternativas no que diz respeito ao enfrentamento do desemprego, da desigualdade e da vulnerabilidade que representa hoje a droga e o crime. Nós vivemos numa sociedade de consumo e, muitas vezes, a educação oferece uma possibilidade de vida com qualidade no médio e longo prazo; enquanto que o crime e a droga oferecem essa possibilidade, num curtíssimo prazo, da realização via consumo. Essa é uma constante ação que nós precisamos ter junto aos nossos jovens e às nossas crianças, demonstrando o que representa a ilegalidade e as alternativas que são criadas num país com pouca preocupação com a questão da educação.

O Walmir ainda perguntou se não há incoerência em associar qualidade de vida com desenvolvimento tecnológico e econômico. O desenvolvimento tecnológico é quase imparcial, depende de que uso o homem faça desse desenvolvimento tecnológico. Ninguém pode dizer, por exemplo, que os avanços tecnológicos da medicina sejam negativos. Eles têm possibilitado dar mais anos de vida a segmentos que, com a

FLÁVIA PIOVESAN

Professora de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)
e Membro do Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Humana

Eu começaria com a questão referente à Constituição. De fato, a Constituição busca ser a domesticação do domínio político pela via jurídica. A Constituição busca, de alguma forma, domesticar o político e transformar a realidade. Como alguns dizem, toda e qualquer Constituição traz um sentido forte no campo simbólico e ideológico. As Constituições simbolizam o que nós somos como sociedade, mas, sobretudo, o que nós pretendemos ser. Esse é o grande nó do constitucionalismo brasileiro. Nós temos uma Constituição democrática de 1988 que, de todas as que tivemos, foi a que mais contemplou a voz plural da sociedade civil nos seus movimentos sociais mais diversos, mas que hoje, antes mesmo de ser implementada, carrega um pesado legado de reformas - ao todo 46 emendas. Então, pelo menos na área do Direito Constitucional, há toda uma resistência buscando a sobrevida, buscando a prevalência e a vitalidade do texto.

Eu defendi aqui a inconstitucionalidade da redução da maioria penal em razão de três argumentos. O primeiro deles é que a Constituição adota esta visão de que crianças e adolescentes são sujeitos de direito em peculiar condição de desenvolvimento. Isso confere às crianças e aos adolescentes “o direito à proteção especial”. É assim que a Constituição chama. O segundo argumento é que esse direito à proteção especial prevê uma série de diretrizes, desde a idade mínima no campo trabalhista, entre outros. E dentre os princípios constitucionais está escrita “a obediência aos princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa de liberdade”. Então, vejam: brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de criança e adolescente. O terceiro argumento é que, à luz deste direito especial, com lastro constitucional, nós temos aqui o que estabelece o artigo 228: “são penalmente imputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas de uma legislação especial”. Em face desse direito à proteção especial, que prevê uma série de peculiaridades, é que eu defendo que esse direito ganhe uma super proteção. Na Constituição tudo pode ser mudado, tudo pode ser alterado, salvo o que nós chamamos de “cláusulas pétreas”. Tudo pode ser alterado, exceto as cláusulas pétreas, que são quatro: federação, separação dos poderes, o voto direto, secreto, universal e periódico, e direitos e garantias individuais. Os direitos e garantias individuais não podem ser abolidos, não podem ser restringidos e limitados. Esse é o meu argumento, esse é o meu raciocínio, pautado nesses três vértices: as crianças e adolescentes como sujeitos de direito, em condição peculiar de desenvolvimento; o direito à proteção especial; e esse direito à proteção especial contemplado e salvaguardado por essa cláusula de garantia dos direitos individuais. Então, se for aprovada - torcemos para que não - haverá uma outra Constituição que não essa. A nossa Constituição é um escudo para evitar a redução da maioria penal.

no nosso país. Desde o período colonial, nós ainda continuamos sendo escravos, porque nós não temos acesso a tudo o que produzimos aqui e essa burguesia internacional que está constituída dentro desse país leva tudo para fora do país. É isso que acontece com a distribuição de renda - a gente produz, mas não tem acesso à renda, porque ela não é distribuída. Daí o povo brasileiro continuar sendo escravo e haver uma grande exclusão social. Então, há a grande necessidade da formação da verdadeira Nação Brasileira por meio da revolução a partir dos trabalhadores, para que todas as pessoas tenham acesso ao que produzem. Então, a pergunta é “como é”: Como é que você avalia essa posição do pensador Caio Prado, que pensa a realidade brasileira do ponto de vista econômico? E eu quero me inscrever novamente para fazer a pergunta à Flávia. Obrigada.

.....

GERALDO GONÇALVES

Delegação de Minas Gerais

Professor Márcio Porchmann, eu gostaria que o senhor nos falasse a respeito de medidas preventivas. Eu queria saber o que nós precisamos fazer para que seja de fato ratificado o que está preconizado em lei, no que diz respeito à educação infantil. Qual é o motivo de tanta resistência da União e dos estados em não transferir para os municípios os recursos financeiros na mesma proporção em que se transfere a responsabilidade pela educação infantil? E eu gostaria que a Professora Flávia nos dissesse o que nós precisamos fazer para efetivamente tirar da mídia a situação de modelo da FEBEM/SP. Não é modelo de centro de internação. Por que toda essa comoção em cima desse modelo? O próprio estado de São Paulo tem coisa melhor em São Carlos. Por que não olhar, por exemplo, modelos de outros estados que efetivamente funcionam? Eu penso que a gente precisa mudar essa retórica e eu gostaria de saber da senhora, que é do estado de São Paulo, o que fazer para acabarmos com aquele modelo tão perverso que reina em nosso país. Muito obrigado.

.....

DIEGO

Delegação do Rio Grande do Norte

A minha pergunta é para a Professora Flávia. Antes de fazer o questionamento, eu gostaria de colocar o questionamento e o posicionamento de Paulo Freire quando diz: “Quem educa os nossos educadores?”. Nessa perspectiva, creio que existem alguns obstáculos a serem transpostos, no que diz respeito à política educacional.

pouco as questões do mundo imaginário. É por isso que eu estou pedindo à Flávia que acompanhe a minha preocupação, para que a gente procure também responsabilizar aqueles que estão trabalhando o mundo dos sonhos de todos nós, principalmente os das crianças e dos adolescentes. Há mensagens que promovem a individualidade, o egocentrismo, e que fragilizam os vínculos de famílias, de amigos e pessoas. Eu entendo que nós devamos começar a responsabilizar quem promove isso e que nos vem distanciando das nossas tradições, da preocupação com a fraternidade e com o coletivo. Eu estou defendendo que a gente trate dessas questões nos grupos de trabalho, para que possamos responsabilizar aqueles que podem também ganhar prêmios. Eu estou pedindo que a Flávia responda a essa questão do mundo dos sonhos, do imaginário, e não somente dos aspectos reais, porque nós não somos constituídos só da realidade, mas também da construção dos nossos desejos. Eu estou pedindo que ela comente isso.

.....

APINAGÉS

Delegação do Pará

A minha pergunta é para a Professora Flávia. Em 1948, foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos; em 1959, foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos da Criança, por meio de convenções internacionais. Mesmo após essas aprovações, os Estados Unidos continuaram a transgredir esses direitos. Na década de 60, eles conspiraram e financiaram as ditaduras militares no nosso continente; em 1968, estavam lá no Vietnã; em 1974, os militares estavam aqui matando estudantes nas ruas, no Araguaia, etc.; em 1999, houve aquele massacre na Iugoslávia; em 2001 no Afeganistão; e em 2003, os Estados estavam jogando as bombas democráticas nas crianças lá do Iraque. A pergunta é a seguinte: que tipo de comparação a senhora quis fazer entre os Estados Unidos e a Somália nas convenções internacionais sobre direitos humanos? Obrigado.

.....

GLAUCIANE

Delegação do Ceará

A minha pergunta perpassa um pouco a fala do Márcio, mas vai mais em direção à Flávia. Ela perpassa a fala do Márcio, quando ele coloca que os filhos dos

ARI AMORIM

Delegação de Pernambuco

Certa vez, um consultor da OIT afirmou que o emprego acabou, fazendo referência ao avanço tecnológico excludente. Eu gostaria de perguntar ao Professor Márcio como ele vê essa análise e como melhor preparar os jovens hoje para o mercado de trabalho, uma vez que Bernardo Toro, educador colombiano, apresenta a questão dos sete códigos da modernidade para inserir o jovem no mercado de trabalho. A outra pergunta é para a Professora Flávia. Nós defendemos que devemos cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente e não optar pela redução da maioria penal, mas a nossa sociedade não conhece o ECA. Muitas vezes nós temos que ter uma proposta efetiva e não ficarmos só na defensiva, porque a sociedade apresenta muitos questionamentos e nós temos que fazer propostas concretas.

.....

PARTICIPANTE NÃO-IDENTIFICADO

A minha pergunta é para a Flávia, sobre a questão da redução da maioria penal. A gente coloca que essa é uma questão extremamente perigosa e apresenta uma ameaça à vida de todas as crianças e adolescentes deste país. A redução da maioria penal significa um retrocesso da nossa sociedade em relação a tudo o que a gente já conquistou em defesa dos direitos da criança e do adolescente. A minha pergunta é a seguinte: Que estratégia o Movimento de Direitos Humanos está pensando para enfrentar as forças retrógradas da sociedade que insistem em defender a redução da maioria penal? Como enfrentar essas correntes que são contrárias aos direitos das crianças e dos adolescentes? Eu penso que o grande desafio desta Conferência seria a gente estar discutindo políticas de proteção social para o adolescente que comete ato infracional. Por meio dos instrumentos legais que temos hoje, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, como podemos destruir essas estruturas arcaicas e repressoras, como as FEBEMs, e construir uma política de proteção especial, com base no ECA, levando em consideração a questão do desenvolvimento da criança, do sujeito de direito, da proteção integral e da prioridade absoluta para as nossas crianças e adolescentes? Eu acho que esse é o grande desafio desta V Conferência. Muito obrigado.

.....

questões de classe. Nós sabemos que vivenciamos um sistema capitalista em que há, naturalmente, a luta de classes. Então, a minha pergunta é a seguinte: Que estratégias podem ser apontadas para que a gente, dentro dessa política da criança e do adolescente, para resolver essa questão? A outra pergunta é para a Professora Flávia. Eu queria saber qual é a avaliação que a senhora faz sobre o princípio da prioridade absoluta que está na Constituição Federal? Até que ponto nós conseguimos avançar na prática? Que avanços nós ainda precisamos dar em relação a essa questão da prioridade absoluta?

.....

LÚCIA

Delegação do Ceará

Bom dia a todos. Em cima do que já foi falado, não dá para se pensar em adolescente sem família. A família é a nossa base de sustentação da sociedade. Nós já estamos carecas de saber e falar na má distribuição de renda. Nós sabemos que esse é um sistema que já está implantado e que nós estamos tentando modificar. Eu pergunto: Será que não está na hora de se pensar na má distribuição dos projetos sociais, muitas vezes implantados apenas nos grandes municípios, esquecendo os pequenos municípios e esquecendo a questão do desenvolvimento sustentável local? Não podemos pensar em desenvolvimento sustentável sem pensar no desenvolvimento local. Agora, é justamente nos locais pequenos que está acontecendo o êxodo rural e tudo o mais. Vamos aqui juntos construir uma forma de ver a melhor destruição desses projetos sociais que se esqueceram que os pequenos também poderão se tornar grandes.

.....

MÁRCIO POCHMANN

Secretário Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade de São Paulo

Obrigado, mais uma vez, pelas perguntas e considerações. Eu reforço também que a minha avaliação de que as questões devem ser feitas e, muitas vezes, nós estamos à procura das respostas. Eu não tenho aqui a pretensão de responder a todas elas, mesmo porque tenho dúvidas a respeito da complexidade das respostas. É absolutamente impossível, em cinco ou dez minutos, dar respostas consistentes a muitas dessas questões.

Por exemplo, a Lúcia coloca aqui a questão regional no Brasil. Esse é um dos

pectiva de concorrência entre estados e municípios. Essa foi a grande saída para os municípios tentarem vislumbrar alguma perspectiva melhor, por meio da guerra fiscal, ou seja, reduzindo impostos para atrair empresas. Só que essa é uma equação de soma zero, porque quando um município ganha, um outro perde. Quantos tiveram a oportunidade de fazer um estudo sobre a experiência da guerra fiscal no Brasi? Há um município que fez da guerra fiscal uma possibilidade de atrair uma grande empresa montadora de automóveis. Essa cidade, por esse instrumento, conseguiu, de fato, que a grande empresa multinacional se instalasse montando automóveis lá. Com isso, foram gerados mil postos de trabalho. E atraiu cinco mil famílias. A cidade não tinha favelas e nem mendigos, mas hoje ela tem. Se não houver um projeto nacional, não há saídas individuais, porque nós estamos tratando de um país cuja equação é zero - um cresce e outro não. Portanto, a questão regional é fundamental e precisa ser olhada dentro de uma estratégia brasileira, de um país como um todo.

Em relação ao que fazer, eu queria colocar algumas questões. Até agora nós estamos discutindo transferências de renda e não transferências de riquezas. Renda é o fluxo; não é o estoque da riqueza. Mas, como sabemos, é muito difícil até mesmo ter políticas de transferência de renda adequadas, porque os ricos, que são poucos, têm muito poder, estão organizados, têm meios de se manifestar, etc. Os que não são ricos, qual é o seu poder de mobilização, se não for pela organização e pela pressão? Então, uma outra alternativa é de fato a pressão organizada, a discussão, a formação de blocos que defendam determinados pontos. Do contrário, fica muito difícil. Não vai ser pela boa vontade que as coisas vão sair naturalmente. Se não houver um caminho de pressão organizada, como vocês estão aqui constituindo, dificilmente avançaremos na questão da criança e do adolescente. A história humana é constituída de pressões, de derrotas e de vitórias. Para que nós tenhamos uma grande vitória é necessária muita organização.

Muitas vezes nós gastamos mal os recursos, mas eu prefiro gastar mal na área social do que o gasto regressivo no financeiro. O financeiro não gera emprego, não gera condições sociais melhores.

Agora, como fazer isso? Não pode ser alguma coisa leviana. Isso precisa ser construído social e politicamente. É fundamental que, na área social, nós comecemos a olhar o problema da exclusão na sua totalidade e não na parcialidade, como nós estamos acostumados a tratar, por intermédio das políticas públicas. Então, tem os pobres da saúde, que são aqueles que não têm saúde decente; depois tem os pobres da educação, que são aqueles que não têm educação adequada; depois tem os pobres do trabalho, que são aqueles que não têm emprego, que não têm renda. Ou seja, nós olhamos para o problema da pobreza e da exclusão de forma parcial e construímos políticas que olham parcialmente e não na sua totalidade. Por exemplo, faz-se

isto exige uma mudança radical na maneira de fazer política pública. O que temos hoje é a concorrência. O Secretário, o Ministro, seja quem for que esteja respondendo por certa Pasta, elabora os programas e não conversa com o outro. E se der certo, ele vai virar deputado, vereador, senador, alguma coisa. Então, não há essa combinação. E o que nós continuamos a ter são políticas de Ministério, políticas de Secretaria e não políticas de governo, muito menos, políticas de Estado. Nesse sentido, o Programa Bolsa Família do Governo Federal é uma possibilidade de se fazer essa integração. Isso é difícil, mas não é impossível.

Por fim, a questão da exclusão social. Às vezes a gente fica olhando o Brasil e parece um acampamento. Se a gente fizer um mapa da exclusão social no Brasil, em toda a sua dimensão, parece que é um conjunto de ilhas rodeado pelo mar da exclusão. Havia um cantor nordestino que dizia que o sertão vai virar mar. Acho que nós chegamos à conclusão que esse modelo de país é insustentável. Ilhas de inclusão com um mar de exclusão não combinam. Nós estamos gastando, hoje, na área de segurança, pública e privada, muito mais do que orçamentos públicos. Para vocês terem uma idéia do que eu estou falando, o orçamento da Prefeitura de São Paulo é de dez bilhões de reais. No ano passado, segundo uma estimativa do Banco Interamericano de Desenvolvimento, foram gastos no município de São Paulo dezoito bilhões de reais com segurança pública e privada. Quando nós olhamos o que é gasto com segurança no Governo Federal, governo estadual, governo municipal e as iniciativas privadas... Que sociedade é essa que nós estamos construindo em que os incluídos são os que mais se excluem? Se vocês forem ver hoje onde moram os ricos, eles têm que abrir pelo menos sete portas até chegar à rua. Onde os ricos podem passear tranquilamente com suas esposas? Em alguma cidade brasileira? Eles vão passear aonde? Em Miami, em Nova Iorque. Essa sociedade esquartejada, fragmentada não nos permitirá algum grau de sociabilidade que a gente imagina ser civilizado. Nesse sentido, o quadro que se abre é um quadro muito complicado, muito difícil, em que os ricos olham para os pobres - quando olham - apenas e tão somente com a possibilidade de enquadrá-los por meio da repressão. Lá, em São Paulo, a experiência nos mostrou que, onde se consegue combinar programas de garantia de renda com educação, com saúde, há não apenas uma melhora no que diz respeito à atividade econômica e ao emprego, mas também no enfrentamento da violência. Onde houver olhares públicos articulados, com parcerias com ONGs e outras instituições, é possível enfrentar a violência em novas bases. Então, esse recado é o nosso papel. É possível enfrentar a exclusão e a violência em novas bases. Nós estamos fazendo isso; não na dimensão de que gostaríamos, mas esse caminho existe e eu acho que é possível ser construído quando há vontade e participação, como nesta Conferência. Muito obrigado.

Em relação à questão sobre os Estados Unidos, eu dizia que hoje nós temos duzentos países e 191 deles acolheram a Convenção sobre os Direitos da Criança, salvo os Estados Unidos e a Somália. Não há dúvida de que os Estados Unidos, como xerife da humanidade, tem sido absolutamente refratário a qualquer tratado de direitos humanos. A doutrina Bush de segurança nacional é baseada na tríade de unilateralismo, ataques preventivos e hegemonia do poderio bélico e militar dos Estados Unidos. Se essa política fosse encampada pelos outros duzentos Estados, nós teríamos o óbito do Direito Internacional. Então, para reagir a isso, é só pela via do multilateralismo - a força do Direito, de alguma forma, detendo o direito da força e a força do império. Essa é a única via.

Com relação à família, de fato, a família merece um olhar mais atento. Há estatísticas que apontam alguns estados do norte em que 25% das famílias são chefiadas por mulheres. Há estatísticas também que mostram de que maneira a família pode ser um lugar estruturante, de afirmação de direitos, mas também pode ser um lugar de violação desses direitos. Eu lembro que, a cada cem mulheres que morrem assassinadas, setenta o são no âmbito doméstico. Então, eu penso que toda essa situação há de ser pensada e refletida, quando se avaliam os direitos das crianças e dos adolescentes e as violações que sofrem as meninas, especialmente no caso dos abusos sexuais, entre outras.

Um outro tema que também foi levantado é como fazer que o ECA seja conhecido e divulgado. No vôo para cá, conversando com a minha querida amiga Stela Graziani, ela dizia que o próprio Conanda formulou uma proposta ao Conselho Nacional de Educação para que o ECA seja estudado e debatido em todo o sistema educacional público. Eu penso que essa é uma proposta fundamental. Também sugiro que seja uma sugestão aqui para esta V Conferência, no sentido de nós fomentarmos uma cultura que endosse os direitos humanos das crianças e adolescentes.

Por fim, com relação à reforma do Poder Judiciário, eu também concordo que as reformas constitucionais são vocacionadas à reforma do Estado, no âmbito administrativo, tributário e judiciário. Essas reformas, lamentavelmente, não têm como alvo a população excluída; nem têm como alvo temas como acesso à justiça, quando se fala na reforma do Poder Judiciário. Eu acredito que nós que estamos na área de direitos humanos temos que pautar outras reformas como a reforma da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Eu tentei, de alguma forma, responder parte das questões. Muito obrigada.

.....

Mesas de Ações na Construção do Pacto pela Paz

4

MESA I - "AÇÕES DO CONANDA E DO FÓRUM NACIONAL DCA"

Composição da Mesa: a Doutora Rachel Niskier Sanchez, Conselheira do Conanda e representante da Sociedade Brasileira de Pediatria; e a Senhora Mari Lane de Carvalho, Conselheira do Conanda e representante do Ministério da Educação. Como expositores, o Senhor Nilmário Miranda, Presidente do Conanda e Secretário Especial de Direitos Humanos; e o Senhor José Fernando da Silva, Vice-Presidente do Conanda e representante da Associação Brasileira de ONGs - ABONG. Pelo Fórum DCA, o Senhor Vicente Falqueto, Membro e Coordenador do Secretariado do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; a Senhora Valéria Santana, da Delegação do Distrito Federal; e o Senhor Johnny Batista, da Delegação do Espírito Santo.

JOSÉ FERNANDO SILVA

Vice-Presidente do Conanda

Bom dia a todos e a todas. A exposição do Conanda vai ser dividida entre a minha apresentação e a do Nilmário, para que a gente possa construir uma avaliação e uma prestação de contas do que fizemos, como Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, na efetivação do Pacto pela Paz, aprovado há dois anos atrás, na IV Conferência.

Em primeiro lugar, é bom deixar claro que o Conanda não executa políticas. O Conanda é o órgão que articula e delibera sobre a política nacional para a criança e o adolescente. Feita essa consideração, eu vou seguir o próprio Pacto pela Paz para cada eixo, fazendo vários comentários do que foi efetivado e do que vem sendo construído na efetivação do Pacto.

No eixo da saúde, uma preocupação forte do Conselho Nacional, em articulação com o Ministério da Saúde e com o Conselho Nacional de Saúde, é para que nós tenhamos um Plano Nacional para os Adolescentes Privados de Liberdade. Esse documento já tem uma versão preliminar e será discutido, pela primeira vez, na próxima assembléia do Conanda, na próxima semana, nos dias 10 e 11 de dezembro, para que a gente possa deliberar sobre esse Plano Nacional para os Adoles-

importante mencionar que o Conanda participa do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual contra a Criança e o Adolescente. São reuniões constantes e a nossa representante nesse Comitê é a Raquel Niskier. Esse é um comitê estratégico para que a gente possa estar fazendo as articulações e a avaliação da efetivação das nossas metas, inclusive no Plano Nacional.

Em relação ao trabalho infantil, o Conanda aprovou uma Política Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalhador Adolescente, que foi elaborado pela CONAETI, que é uma comissão específica, inclusive com representação do Conanda, sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego. Essa política é importante, porque ela é um avanço em relação às diretrizes que já tinham sido aprovadas anteriormente pelo Conanda. Então, esse é um documento que reflete também esse esforço do Conanda de deliberar sobre a política nacional para a criança e o adolescente.

Também foi aprovado um Plano Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Infantil Doméstico, que é uma discussão importante. Esse trabalho é tão invisível e tão difícil de combater, mas o Conanda já elaborou essa política sob a coordenação do Ministério da Assistência Social. E o Conanda está integrando um Grupo de Trabalho sobre o PETI, que tem a finalidade de fazer uma avaliação da efetivação desse Programa, que é tão importante para a superação desse problema da erradicação do trabalho infantil. Segundo a última PNAD, identificou-se que há praticamente seis milhões de crianças e adolescentes, dos quinze aos dezessete anos, trabalhando. Só para a gente ter uma idéia desse contingente, isso é praticamente a população do estado do Maranhão. O Conanda está integrando uma comissão para que possamos fazer uma avaliação profunda do PETI para realizarmos as adequações necessárias. Dentro da Comissão de Políticas Públicas do Conanda, criamos um grupo específico que está fazendo uma avaliação sobre a Lei do Trabalho Aprendiz. Essa Comissão está fazendo uma análise dessa Lei e, no início do próximo ano, a gente vai ter esse material concluído.

Em relação às medidas socioeducativas, muitos aqui devem conhecer um documento que foi elaborado pela ABMP, propondo uma lei de execução das medidas socioeducativas. O Conanda, juntamente com a atual Subsecretaria de Promoção da Criança e do Adolescente, ligada à Secretaria Especial de Direitos Humanos, o Fonacriad e a ABMP decidiram fazer essa discussão compartilhada com todos os operadores do sistema de garantias de direitos. Para isso, nós realizamos quase que um processo de conferência, com encontros estaduais e, depois, cinco oficinas regionais, onde nós tivemos a participação de juízes, promotores, conselheiros tutelares, pessoas que estão nas unidades de execução dessas medidas, para fazer uma avaliação crítica desse documento e chegarmos a um posicionamento final. O primeiro ponto é a necessidade de uma lei, ou de uma resolução do Conanda que

sejamos fontes confiáveis na área da infância e da adolescência. Uma tônica das oficinas é que nós precisamos acabar com um certo medo que os Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares têm dos profissionais de comunicação e, ao mesmo tempo, com o desconhecimento que os profissionais de comunicação têm, na sua grande maioria, em relação ao que são os Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares. Esse desconhecimento não favorece a efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, esse é um Projeto muito importante que precisa ter continuidade e o Conanda vai dar continuidade a essa efetivação no próximo ano. Mas com a publicação do manual, poderemos estabelecer uma relação com a mídia local de cada município e de cada estado.

Nós temos também aquela Resolução n° 75, sobre a criação e o funcionamento dos Conselhos Tutelares. No ano passado, o Conanda fez um esforço de divulgação dessa Resolução para o maior número de municípios possível, para que ela fosse considerada na criação e no funcionamento dos Conselhos Tutelares. É um documento importante e a gente precisa estar ressaltando a necessidade de seu conhecimento e divulgação e, principalmente, de reconhecimento por parte de cada município.

Em relação ao eixo da comunicação, uma das estratégias era a criação do Conselho Nacional de Comunicação Social. Quando nós definimos isso em 2002, eu acho que não ficou claro que isso já era uma exigência do artigo 224 da Constituição Federal, que estabelecia a obrigação de criação do Conselho Nacional de Comunicação Social. Esse Conselho foi criado e a avaliação que nós fazemos desse Conselho é que ele tem limites. O principal limite é que, principalmente no que se refere à sociedade civil, a sua composição não é uma escolha da sociedade civil; ela é uma escolha do próprio Congresso, porque o Conselho é um órgão auxiliar do Congresso Nacional. Além disso, esse Conselho de Comunicação Social é apenas consultivo; não tem papel deliberativo e, de acordo com a deliberação da IV Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, nós queríamos um Conselho de Comunicação Social que fosse deliberativo no que se refere às questões da comunicação. Então, esse é um ponto importante que a gente precisa estar discutindo e ver qual o passo que vamos dar em relação ao Conselho Nacional de Comunicação Social, que já existe, mas com esses limites e, sobretudo, como é que vamos fazer com o processo de criação de Conselhos Estaduais e Municipais de Comunicação Social.

Para finalizar, vou falar de alguns tópicos que perpassam mais de um eixo. O Conanda realizou, sobretudo no ano passado, vários debates internos sobre a questão dos direitos das crianças e dos adolescentes indígenas. Há uma demanda que tem chegado ao Conanda de criarmos Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares em comunidades indígenas. Iniciamos essa discussão e já existe a Resolução n° 82 do Conanda, que diz que se aplica o Estatuto da Criança e do Adolescente, com ressalva ao que está na Constituição Federal. Esse debate ainda permanece e é necessário que a gente traga, cada vez

VICENTE FALQUETO

Membro e Coordenador do Secretariado do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Bom dia a todos e a todas. Nós vamos tentar, nestes quinze minutos, compartilhar com vocês as ações do Fórum DCA Nacional. Creio que temos aqui, neste momento, muitos representantes dos Fóruns Estaduais e é com muita alegria que estamos aqui compartilhando com vocês os resultados dos dois últimos anos. Em nome da Valéria, eu quero cumprimentar a Mesa, antes de dar continuidade aos nossos trabalhos.

O controle social certamente perpassa por todas as entidades e pessoas comprometidas com a garantia dos direitos. Não poderia ser diferente com o Fórum DCA Nacional e esse marco de 88, que é a nossa Constituição, que vem sendo retomada em todas as falas que tivemos até então, é uma forma de estabelecer uma nova relação entre o Estado e a sociedade civil, inaugurando a gestão participativa e possibilitando à sociedade civil exercer o controle social. Há diversas instâncias de controle social e o Fórum DCA Nacional também tem o seu papel dentro desse quadro. É com alegria que nós acompanhamos e sabemos da sua contribuição nos Conselhos que constituem esse espaço de deliberação, de fiscalização, de pactuação das políticas públicas.

Eu queria recordar aqui quem é o Fórum DCA Nacional. O Fórum é não-governamental. É um espaço de articulação política de entidades da sociedade civil que lutam pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Hoje, o Fórum DCA Nacional tem uma responsabilidade muito grande, porque engloba 42 entidades filiadas e há, também, os Fóruns Estaduais, muitos deles ainda em processo, o que significa articulação, desarticulação, que é um pouco o ciclo da sociedade em busca de estabelecimento de espaço.

Em relação às ações do Fórum DCA Nacional nos últimos treze anos, nós destacamos algumas ações:

- atuação política para a criação e implementação dos Conselhos de Direitos. Nós sabemos que, na maioria dos estados, é quase que um critério na composição dos Conselhos Estaduais a participação das entidades nos Fóruns Estaduais. Não é uma questão de estreitamento de possibilidades, mas é uma questão de perceber que a participação dessas entidades, como grupo, já sinaliza o seu compromisso de estar buscando e compondo os Conselhos Estaduais. Evidentemente, essa articulação se dá nos municípios, estados e no Conselho Nacional também;
- articulação e mobilização para a realização das conferências. Nós sabemos que, em todos os estados, a sociedade civil esteve acompanhando esse

- incorporação de estratégias que melhor direcionem nossas ações na atual conjuntura, tendo como critério de escolha o pouco avanço alcançado desde a implementação do ECA. Ontem, a jovem Luana entregou nas mãos do Presidente o foco do momento, que é a questão da redução da maioria penal. Esse monitoramento por meio de divulgação de artigos é fundamental para participarmos, por exemplo, dessa marcha contra a redução da maioria penal.

Finalizando, eu apresento para vocês a composição do Fórum DCA com as instituições que compõem o nosso Secretariado no mandato 2001-2003: os Maristas, os Salesianos, o Conselho Federal de Serviço Social e a OAB. Recentemente, tivemos a nossa Assembléia Nacional, na qual nós retomamos esses compromissos aqui apresentados para continuarmos esse processo de fortalecimento e de atenção à garantia de direitos da criança e do adolescente. Nós também temos novos parceiros na composição do nosso Secretariado: a Fundação ABRINQ, o Conselho Federal de Psicologia e o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Em síntese, era isso que nós tínhamos a apresentar. Muito obrigado.

.....

Ministro NILMÁRIO MIRANDA

Secretário Especial de Direitos Humanos e Presidente do Conanda

Boa tarde, amigas e amigos. Eu creio que já foi colocado pelo Fernando e pelo Vicente que nós estamos fazendo um balanço desses dois anos. Evidentemente, eu não tenho condições de fazer um balanço de dois anos, porque a IV Conferência foi em 2001 e o ano de 2002 foi um ano eleitoral, com outro Governo, e muitos Ministros tinham sido substituídos por Ministros Interinos, em função das eleições. Então, a minha avaliação vai-se centrar mais em 2003, ou seja, o que nós fizemos no decorrer deste ano. Ontem, o próprio Presidente da República colocou seus compromissos com uma mudança de longo alcance e de longo prazo. Apesar dos problemas fiscais deste primeiro ano de governo e das limitações impostas pela vulnerabilidade externa, nós estamos procurando fazer uma mudança de longo prazo mesmo. Eu participei de várias Conferências Estaduais e afirmei isso com muita convicção em todas elas. Eu considero que a mudança feita em outubro de 2002 vai ter o mesmo impacto na nossa História que teve a Independência, a Revolução de 30, o fim da ditadura de 45 e 85. É uma mudança de modelo. Nós abandonamos um rumo e vamos para outro rumo. Esse novo rumo é a retomada do desenvolvimento e do crescimento econômico. O Brasil está pagando um preço alto pela para-

pesquisas mostravam que 90% da população negavam o ECA, por desconhecer, por ser manipulada, por ter péssimas referências do ECA. O que eles conhecem do Estatuto da Criança e do Adolescente é o que não é o Estatuto; é a negação dele, é a FEBEM de Franco da Rocha, é um CAJE. São os piores exemplos, são os piores internatos. É isso que passa para a sociedade. Eles pensam que o ECA é isso. E na verdade é o oposto. Este fim de ano foi talvez o momento mais perigoso destes anos todos, por manipulação, por vários fatores, mas o fato é que contou com amplo respaldo popular e os oportunistas de plantão vieram à tona. E, infelizmente, pessoas de bem, do nosso lado, deram uma vacilada e também jogaram lenha nessa fogueira, embora muitos deles tenham mudado de idéia depois. Então, a defesa do Estatuto nesta V Conferência foi um grande momento e o fato de o Presidente ter-se pronunciado foi decisivo. O pronunciamento do Ministro Cristóvam Buarque também foi muito oportuno. E a defesa do Dr. Márcio Tomás Bastos, com toda a sua autoridade e história, também foi muito importante. Essa Frente Parlamentar também nos deu todo o apoio. Nós fizemos uma reunião de emergência, no auge dos acontecimentos, para esboçar uma reação e conseguimos equilibrar e incentivar a todos. Depois, toda a nossa rede começou a se pronunciar, e houve uma reação de todo o país, e nós conseguimos equilibrar a situação e reafirmar a importância do ECA. Isso também nos desafiou, a nós do Conanda e da Secretaria Especial de Direitos Humanos, às organizações governamentais e não-governamentais, a buscar uma resposta para todos os nossos problemas e desafios.

Acredito que, enquanto caminha o Pacto pela Paz e o Programa “Presidente Amigo da Criança”, nós temos que ter o monitoramento para fiscalizar o cumprimento das metas. Isso é fundamental, além das políticas setoriais de educação, saúde, esporte, etc. Ontem, eu conversei com o Ministro Gilberto Gil e disse que nós avançamos com a saúde, com a educação, com o esporte, com o turismo, com o trabalho, mas ainda não fizemos nada com a cultura. Ele disse que está completamente aberto e acho que o nosso próximo passo é integrar uma política com o Ministério da Cultura. O fato de ele ontem ter visto aquele espetáculo cívico, político, popular, lúdico, facilitou muito o trabalho para a gente se aproximar bastante do Ministério da Cultura também.

Eu acredito que o grande desafio são as medidas socioeducativas. É isso que coloca em risco o Estatuto da Criança e do Adolescente, é isso que enfraquece, é isso que atrapalha a visão do povo e de muita gente de bem. Eu creio que nós vamos ter que ser mais ousados. Nós estamos vendo que a implementação das medidas socioeducativas dentro da proposta do Estatuto da Criança e do Adolescente não é uma política de Estado no Brasil. Essa é que é a verdade. Eu viajei muito o país neste ano e verifiquei que mudou o prefeito, abandona-se o programa de liberdade assistida que o outro estava fazendo. Nos estados, há mudanças também. No caso de

do. É impossível desenvolver-se um projeto socioeducativo em locais lúgubres como nós temos visto. Mas, por outro lado também, nós temos visto lugares bonitinhos, mas ordinários, sem equipes capacitadas e sem projetos socioeducativos. Então, uma coisa não existe sem a outra. Ou trabalhamos essas três dimensões, ou o projeto vai água abaixo. Além disso, nesse projeto, é importante priorizar a liberdade assistida e a prestação de serviços à comunidade. A Justiça, até por conservadorismo, tem levado a internação de adolescentes como única alternativa. E o pior é que essa internação é em cadeias e em presídios infectos espalhados por todo o país, na ausência da liberdade assistida e da prestação de serviço à comunidade.

Como eu citei ontem, temos também o Programa de Proteção aos Ameaçados de Morte. E estou convencido de que ele é parte essencial desse modelo e desse plano estratégico. Os adolescentes estão morrendo. Eles saem de uma experiência vitoriosa de unidades de internação e semiliberdade, de liberdade assistida, mas depois encontram a morte. Então, esse Programa de Proteção aos Ameaçados de Morte é fundamental. E também esperamos avançar muito na política para os egressos. A partir de bons exemplos de parceria com a Petrobrás e com a Caixa Econômica Federal, nós estamos discutindo essa perspectiva também. O Programa “Primeiro Emprego” é um exemplo de incorporar os egressos das medidas socioeducativas, porque nós também estamos perdendo muito por não termos uma política nacional para os egressos. No meu entendimento, essa é que é a questão fulcral para o próximo ano. Não adianta apenas avançar o Pacto pela Paz nos grandes eixos como saúde, educação, etc., mas é preciso também prevenir a violência. A violência cresceu entre a adolescência e a juventude de uma forma acelerada e dramática e nós temos que dar resposta a esse problema. Hoje nós temos onze mil adolescentes em regime de internação no país. Isso é muito pouco para um país do nosso tamanho. É uma vergonha que o Brasil não consiga dar resposta a isso. Mas, por outro lado, o conjunto de adolescentes que cometeram atos infracionais e cumpriram algum tipo de medida, a gente calcula que chegue a sessenta mil. Nós só temos controle estatístico de cerca de trinta mil, mas há centenas de projetos que são controlados pela sociedade civil e nós não temos um banco de dados sobre eles. De qualquer maneira, isso é pouco perante a criminalidade dos adultos, mas é importante que a gente possa dar uma resposta adequada a esse problema. Então, nós vamos ter que priorizar isso um pouco. Acho que compete a nós, especificamente, enfrentar esse desafio. Se a Secretaria Especial de Direitos Humanos, juntamente com o Conanda, não enfrentar esse desafio, quem o fará? Ninguém. Isso tem que virar uma política de Estado, para que haja um consenso nacional e para defendermos e avançarmos na implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Esse é o nosso desafio maior. Muito obrigado.

hora de o Conanda ter a sua casa e ter o seu espaço bem claro. A minha pergunta é: qual o orçamento do Tesouro Nacional para o Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente? Não de outras fontes. Eu quero saber qual é o orçamento do Tesouro Nacional para esse Fundo. A outra pergunta é que eu estou aqui com os dados do Inesc e o orçamento de 2004 a 2007 é mais tímido do que os outros. Para as medidas socioeducativas, em 2003, nós executamos 4,51% do orçamento. Como é que a gente vai avançar dentro dessa realidade?

.....

LINÁRIO LESSA

Delegação do Ceará

Eu sou Linário Lessa, da cidade de Sobral do Ceará. Inicialmente, eu queria abraçar e saudar verdadeiramente o Ministro Nilmário, representando toda a Mesa e saudar todos os adolescentes. A minha pergunta é a seguinte: Como explicar a CNBB fazer parte do Conselho do Conanda e um membro da CNBB vir a público, por meio da grande mídia, defender o rebaixamento da idade penal? E o pior é alegar que essa seria a solução para o problema, gerando um grande conflito de entendimento na sociedade brasileira. A CNBB não levou em consideração nem mesmo o ponto de vista do nosso Presidente Lula e do próprio Ministro da Justiça, que vieram a público, corajosamente, mostrar que isso está errado e que são contra tal rebaixamento. A CNBB não levou em consideração nada disso, nem mesmo o ECA. Qual a posição do Conanda em relação à CNBB e aos bispos que apoiaram essa atitude? A outra pergunta é a seguinte: como o Conanda pensa proteger e fazer acontecer a criança e o adolescente no Brasil quando nós temos, no interior do Ceará, por exemplo, Conselhos Tutelares que recebem R\$75,00 por mês, e esse pagamento ainda está atrasado quatro meses? Qual a posição do Conanda em relação a esses municípios?

.....

JUSSARA DE GOIÁS

Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua

Eu queria cumprimentar a Mesa, na pessoa do Ministro Nilmário, e os adolescentes, na pessoa do Johnny, que compõe a Mesa. Eu queria também cumprimentar a todos os companheiros e companheiras que vieram de todo o Brasil participar desta V Conferência. Eu sou assessora do Inesc e, ontem, senti em muitos grupos que estavam conversando após o encerramento dos trabalhos muita dúvida

Criança e do Adolescente. Inclusive, a reação do próprio Governador ao apresentar essa proposta de aumentar para dez anos as penas de crime contra a vida, é uma proposta que revela que também há outros problemas de identificação com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Eu acho que isso está claro para a sociedade. A sociedade civil tem feito o possível e o impossível para que se tenha um projeto consensual. Há muitos problemas. Inclusive, houve mesmo um racha no Conselho e isso é muito ruim, porque com discórdia não se chega a lugar nenhum. Agora, a sociedade civil está recompondo o Conselho novamente para ter um projeto comum e não deixar politizar ou partidarizar essa questão. É importante não deixar que disputas eleitorais ganhem predominância sobre a necessidade de se ter um sistema socioeducativo adequado em São Paulo.

Com relação à estrutura do Conanda, eu acho que nós não podemos criar aqui uma falsa polaridade entre o orçamento do Tesouro e renúncia fiscal. Renúncia fiscal também é dinheiro do Tesouro, é dinheiro que deixa de entrar no Tesouro. Eu acho que nós não devemos enveredar por aí. Nós vamos cair numa contradição falsa. Eu acho que o fato de a Petrobrás ter resolvido assumir isso como nunca tinha feito antes é um grande salto. Isso também já é parte da mudança. A Petrobrás sempre foi parceira. Mas uma coisa é ser parceira para doar dois milhões de reais, e outra é ser parceira para doar vinte milhões e querer participar de programas concretos. Quando que nós pensamos que Furnas ou a Chesp ou a Eletronorte iam ser nossas parceiras? Ou ainda Itaipu, a Caixa Econômica Federal, os Correios? Todos se dispõem a ser nossas parceiras. Inclusive, a participação das fundações privadas também tem crescido muito. Eu acredito que isso faz parte do mesmo processo. A diferença é que a Petrobrás é uma empresa pública, não é o Estado, mas ela está deixando de recolher uma determinada quantia ao Tesouro para passar para o Fundo. Agora, nós vamos fazer uma diferença? Ah, isso aqui é Fundo e aquilo ali é Tesouro. Eu fui muito claro, em uma reunião do Conanda, que o que está projetado no PPA é o que o Brasil tem. Nós temos que trabalhar a partir da realidade. É por isso que a busca das parcerias, a busca de fortalecer os fundos a qualquer custo, é uma alternativa sim. Nós não vamos fazer oposição aqui entre as duas coisas. Então, nós temos que procurar o melhor orçamento possível a partir de recursos do Tesouro, mas também devemos trabalhar para que as empresas públicas sejam parceiras para os Fundos e sejam parceiras na implementação das nossas políticas em todos os níveis.

Com relação à CNBB, esse episódio serviu para mostrar que a CNBB está conosco. Essa colocação foi feita por um ex-Presidente da CNBB ao Presidente da República. Ele levou a angústia dele, porque estava pressionado pela situação. Mas, depois, veio a resposta. Inicialmente foi uma resposta discreta, mas, depois, cada vez mais firme, e a CNBB deixou claro que é contrária à redução da maioria penal, contrária à pena de morte e contrária ao endurecimento de medidas como alternativa

Quanto à visita ao CAJE, eu acho que devemos ir sim. Eu queria esclarecer que a Secretaria Especial e o próprio Conanda têm participado muito de perto da crise do CAJE. A crise do CAJE é a mesma crise da FEBEM de Franco da Rocha: é a superlotação, é o local inadequado arquitetonicamente, não há projeto socioeducativo e as equipes não são capacitadas. O problema é esse. Mesmo com a carência de recursos deste primeiro ano, nós passamos quatro milhões de reais para o CAJE II e já estamos implementando um novo modelo. Agora, essa transição é muito difícil, porque, quando você entra lá, você sente aquele cheiro horrível, aquele lugar escuro, aquelas pessoas que não foram capacitadas para lidar com aqueles adolescentes. Então, é muito difícil a gente impedir a recorrência de violência. Agora, nós estamos fazendo uma vigilância estreita e acho importante ir uma comissão lá. Infelizmente, amanhã à tarde, eu não estarei aqui, mas certamente a Secretaria Especial de Direitos Humanos estará junto com a comissão que vai ser escolhida nesta Conferência para a visita ao CAJE. Eu acho que eram essas as questões que eu queria colocar. Obrigado.

.....

Conselheira RACHEL NISKIER SANCHES
Sociedade Brasileira de Pediatria

Bom, em vista do absoluto adiantado da hora, nós queremos deixar a critério de vocês. Há pessoas ainda inscritas. Nós estamos querendo respeitar a inscrição. Inclusive, há uma palavra que está sendo veementemente solicitada pela nossa companheira Marilene, que gostaria de fazer uma colocação em relação à CNBB. Então, democraticamente, eu acho que nós devíamos dar a palavra a ela e perguntar se nós continuaremos extrapolando o horário. Então, você também já estava inscrito. Eu pensei que eram apenas quatro inscrições, mas eram cinco e a Marilene também quer fazer a sua colocação.

.....

Conselheira MARILENE
Representante da CNBB

Boa tarde a todos. Eu represento a CNBB, Pastoral do Menor, no Conanda. Eu queria dizer para vocês, mais uma vez, que a fala do Aloízio foi uma fala isolada, mas a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, como organismo, é radicalmente contra a redução da maioria penal. Como Pastoral do Menor, representando a CNBB no Conanda, quando da coleta da última Conferência, nós fomos uma das instituições que mais recolheu assinaturas contra essa redução. Então, eu

ALAN

Delegação de São Paulo

Senhor Ministro, com relação à questão das parcerias, a gente entende a importância fundamental e o avanço que significou toda essa destinação de recursos. Mas eu quero insistir, particularmente, na questão do SIPIA, do processo de implantação do Sistema de Informatização para a Infância e Adolescência. Além da responsabilidade social das empresas que estão investindo, como é que fica a parcela orçamentária do Governo Federal para a implantação desse sistema no resto do país? Eu também queria saber como é o processo de capacitação, de articulação e implantação desse sistema. A gestão desse sistema está sendo feita com o Conanda e com os Conselhos Estaduais? Como é que estão os núcleos de referência para implantação desse sistema, que representavam nessa cadeia mais um elo de controle social? No estado de São Paulo, por exemplo, eles foram extintos pelo atual Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente. Eu também queria saber como é que o Ministro vê a possibilidade de criação de uma lei federal de responsabilidade social para os estados e municípios que não cumprirem com as suas obrigações. Obrigado.

.....

CLÁUDIA SANTOS

Delegação de Pernambuco

Eu sou Conselheira Tutelar e também agente da Pastoral do Menor, lembrando que a Pastoral não tirou o termo “menor”, porque ele se refere a um texto bíblico de Jesus Cristo que dizia “quem acolhe o menor, a mim acolhe”. Então, quando Jesus Cristo falava “o menor”, não era no sentido pejorativo, mas no sentido de aparaar, de amar e de proteger. A minha pergunta ao Ministro Nilmário é com relação às medidas socioeducativas. Nós percebemos que, muitas vezes, o adolescente comete a infração e, na delegacia, os delegados já se acham juizes, promotores e defensores. Eles batem, entregam aos pais, muitas vezes entregam ao Conselho Tutelar e queimam as etapas, quais seriam, a de que esse menino passasse pelo Ministério Público e Judiciário para responder a uma medida socioeducativa. Muitas vezes, quando esses meninos chegam ao Ministério Público, têm uma remissão. Outras vezes, eles chegam ao Judiciário e têm ou o mínimo, que é a advertência; ou o máximo, que é a internação. Ou seja, esquece-se que existem as medidas socioeducativas. Então, a minha pergunta é: o que o Conanda tem feito, ou poderá fazer, dentro de suas deliberações, com relação a essa problemática? Obrigada.

.....

Conselheira MARIA ISABEL

Representante da CUT

Nós queríamos falar um pouco sobre a estrutura do Conanda e das questões orçamentárias. Neste último período, nós temos tido constantes conversas com o Presidente do Conanda, representante do Governo Federal, sobre a necessidade de nós estruturarmos o Conanda. Nós estamos nesse debate porque, até para enfrentar todos os desafios e demandas que nos são colocados, nós precisamos estar funcionando com a capacidade de dar essas respostas à sociedade e aos operadores de direito. Nós temos tido duras conversas para que no ano de 2004 nós consigamos resolver muitos problemas que nós temos a enfrentar.

Em relação ao orçamento, nós fizemos toda uma análise do PPA e do orçamento de 2004, com uma parceria com o Inesc, e estamos articulando com a Frente Parlamentar, no mínimo, a recomposição do Orçamento Criança. Nós investimos nas parcerias, mas nós estamos buscando a recomposição do Orçamento Criança com recursos da União.

Em relação a todas as perguntas do companheiro Alan, relacionadas ao SIPIA, amanhã nós vamos ter uma Mesa, das treze e trinta às quatorze e trinta, em que a Secretaria Especial dos Direitos Humanos vai estar fazendo uma exposição sobre Conselhos Tutelares e Fundos, e vai abordar a questão do SIPIA. Então, amanhã, nós estaremos tendo condições de abordar essa questão e tirar, se necessário, alguns encaminhamentos.

.....

Ministro NILMÁRIO MIRANDA

Secretário Especial dos Direitos Humanos e Presidente do Conanda

Essa questão orçamentária foi abordada várias vezes no debate aqui. Nós tomamos como referência o ano de 2001 porque, para nós, 2002 não é uma boa referência. O ano de 2002 foi um ano excepcional do ponto de vista da arrecadação, porque houve aquele acordo de pagar o Imposto de Renda dos Fundos de Pensão, o que trouxe quase vinte bilhões de recursos extras para o orçamento, além de outras receitas extraordinárias, que jamais se vão repetir. Então, para nós, a referência é o orçamento de 2001. Em 2003, nós não fizemos segredo de que houve um ajuste para re-equilibrar a situação econômica do país. Então, em 2004, o orçamento já supera o de 2001. Eu acho que isso está bem razoável. Entretanto, nós não poderíamos crescer sem as parcerias e é justamente com essas parcerias que nós vamos avançar. Inclusive, nesse Plano Nacional Estratégico, as doações aos Fundos - municipais, estaduais e nacional - são fundamentais.

sempre no sentido de cooperação. Não entendi qual é a dificuldade de entender isso. Quando eu falo que nós temos que fortalecer o Sistema, é claro que nós temos que definir melhor o papel dos Conselhos Estaduais, do Conanda e da União, porque isso ficou um pouco diluído. Mas precisamos definir isso a partir dos parâmetros legais. Por lei, os Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos são municipais e é, a partir daí, que nós vamos estabelecer as relações de cooperação e parceria, exigindo o máximo de empenho da União. Quanto ao Governo financiar a mobilização social, eu tenho minhas dúvidas do que isso significa. Eu acho que quando nós trabalhamos pelo fortalecimento dos Fundos Estaduais e Municipais, nós estamos pensando em viabilizar a liberdade assistida em todos os lugares, é viabilizar o trabalho de prevenção em todos os lugares. O que é mobilização social? É mobilização justamente para fazer isso, para termos o sistema implantado em todos os lugares, prevenção e políticas públicas, no eixo saúde, no eixo educação, no eixo das garantias. Isso é que é mobilização e é isso que está sendo feito. Eu não vejo contradição entre as duas coisas.

Agora, há convênios e nós temos problemas com isso. Agora, quem é que faz o convênio conosco? É quem mais precisa, ou quem tem mais poder de “lobby”, quem chega mais perto? O Brasil é um dos lugares que tem mais entidades populares do mundo. É o Estado que deve financiar isso? Eu acredito que não. Acho que quem deve financiar isso são as empresas sim. É onde está o poder econômico, onde está o dinheiro. As empresas existem graças à transferência de renda do capital para o trabalho, graças à mais-valia, graças a um processo de produção e acumulação de riquezas numa sociedade capitalista. Então, é importante que ninguém pense que só pelos meios fiscais, que estão em crise há muitos anos, é que nós vamos conseguir resolver os nossos problemas. Não se resolve nenhum problema no Brasil sem a participação das empresas, sem fazer com que elas contribuam para os Fundos Municipais da Criança e do Adolescente e para os demais Fundos, para que elas também contribuam para o Brasil sair dessa enrascada que entrou de concentração da renda e de iniquidade. O Brasil é um dos países mais desiguais e mais injustos do mundo. Então, nós não podemos também deixar de buscar das empresas que elas cumpram o seu papel. Elas têm que assumir creche, elas têm que assumir centenas de atividades, além de pagar seus impostos. Ao longo da Conferência, se houver projetos mais concretos, eu acho que a gente teria que analisar o que é que a companhia quis dizer com “o Governo financiar a mobilização social”. Por exemplo, os sindicatos estão lutando pela autonomia, estão lutando para não haver imposto sindical obrigatório. E nós estamos querendo o quê? Que o Governo financie entidades? Isso não pode levar à velha manipulação, fisiologismo e clientelismo? Eu queria conhecer uma proposta bem concreta, porque isso me deixou um pouco confuso, mas eu estou aberto para a discussão dessa questão. Obrigado.

consolidar uma escola de qualidade para todos e, com isso, garantindo a sua participação na construção do Pacto pela Paz. Esse aqui é o nosso desafio: garantir o Pacto pela Paz.

O Ministério da Educação tem norteado as suas políticas educacionais por meio de alguns eixos que eu considero que são eixos fundamentais. Antes de entrar propriamente nas questões específicas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, eu quero falar com vocês sobre esses eixos que são norteadores de toda a política educacional no Ministério da Educação. O primeiro deles é a questão da inclusão - a inclusão de todas as crianças na escola, e particularmente, na Educação Infantil, tanto na pré-escola como na creche. Estamos falando de uma inclusão que não seja apenas uma inclusão pela matrícula; que não seja apenas a inclusão dos números ou da estatística; mas uma inclusão que de fato esteja relacionada com a garantia também da permanência da criança nas escolas, e permanência com sucesso escolar, o que é ainda mais importante.

O segundo eixo norteador dessa política é o que nós chamamos de “qualidade social”. A qualidade social tem uma relação direta com a inclusão. Essa seria a forma de se garantir essa permanência na escola, com o compromisso com as transformações na sociedade e, ao mesmo tempo, com qualidade que garanta a aprendizagem das nossas crianças. Quando eu digo aprendizagem, de fato, nós trabalhamos a qualidade social em toda a questão da formação da criança e do adolescente como seres humanos e de acordo com as suas etapas de desenvolvimento. Mas essa formação supõe, também, na educação, que essas crianças possam aprender, até porque aprender é um direito de todos.

O terceiro ponto é a questão da gestão dos sistemas e das escolas. É uma gestão que deve ser democrática, atendendo, evidentemente, aos pressupostos do regime de colaboração entre a União, os estados e os municípios, mas se garantindo uma gestão democrática que possa permitir, tanto aos sistemas como às escolas, a participação das comunidades nos processos decisórios e, além disso, a democratização do próprio acesso e da própria permanência.

O quarto eixo é a valorização e a formação dos profissionais da educação. Os profissionais da educação são pessoas essenciais para o desenvolvimento de qualquer educação com êxito e, até, para o desenvolvimento do nosso Pacto pela Paz e da participação que a educação possa ter neles. Eu vou-me detalhar um pouco mais nisso daqui a pouco.

O quinto eixo é a questão do financiamento. O Ministério da Educação vem trabalhando com uma nova linha de financiamento que é o Fundo da Educação Básica - Fundeb. Como vocês sabem, hoje, nós temos um Fundo de Financiamento do Ensino Fundamental, que é o Fundef. A proposta do Presidente Lula, que é a

garantindo a formação que esses professores têm que ter. Inclusive, em todas essas matrizes, nós estamos colocando como matriz de referência o Estatuto da Criança e do Adolescente, tanto na formação inicial de professores que ainda são leigos, como na formação continuada de professores. Estamos incluindo, como conteúdo indispensável, a compreensão, o conhecimento e a prática do Estatuto da Criança e do Adolescente. Vocês sabem que a prática não é muito fácil de mensurar, mas a compreensão e o conhecimento já são um avanço mais simples de ser medido após esses cursos.

Além da formação continuada e inicial de professores de Educação Infantil, nós também estamos trabalhando com a distribuição de material didático-pedagógico para creches e pré-escolas. Nos quatro anos de governo, esses dados estão todos previstos no PPA. Já conseguimos estender a merenda escolar para as creches pelo período de 250 dias no ano, e não apenas duzentos dias. Isso já foi feito este ano, em parceria com o Fome Zero, dando cobertura às crianças de zero a três anos. Isso não existia e vai ser mantido, evidentemente, no ano que vem. Além disso, estamos também abrindo uma linha de apoio aos municípios na construção, reforma e ampliação de escolas de Educação Infantil. Muitas vezes, o grande problema do município é justamente conseguir o investimento inicial da construção, da ampliação e da reforma. Por meio do FNDE e da Secretaria de Educação Infantil e Fundamental, o Governo Federal estará abrindo essa linha de financiamento a partir do ano que vem. Essa também é uma coisa nova. No Ensino Fundamental, nós estamos trabalhando com uma política articulada com a Educação Infantil. A nossa perspectiva é de garantir sempre a formação da criança e do adolescente em todas as suas fases de desenvolvimento. Essa é a idéia que gerou a própria concepção de Educação Básica. Então, o Ensino Fundamental se articula com a Educação Infantil. Nós do Ensino Fundamental estamos trabalhando por meio de um programa, que eu costumo dizer que não é um programa, mas é uma política, a que demos o nome de “Toda Criança Aprendendo”, porque aprender é um direito de todos.

Por que “Toda Criança Aprendendo”? Essa é uma questão séria, porque eu considero uma violação de direitos. Como um sujeito de direitos, toda criança tem direito a uma escola de qualidade. No início deste ano, nós encontramos o resultado do Sistema Nacional de Avaliação de Educação Básica - SAEB. Foram testes aplicados em 2001, cujos resultados saíram em 2002, e que foram divulgados agora em 2003. De acordo com esses resultados, 59% das crianças que estão na escola, na 4ª série, não têm as competências adequadas de leitura. Desses 52%, mais ou menos 22,8% não lêem nada e os demais não conseguem identificar no texto informações explícitas; não se trata ainda de inferências. Ou seja, não foram adquiridas competências básicas por 59% das crianças que estão nas escolas públicas do Brasil na 4ª série. Isso significa dizer que elas estão na escola, no mínimo há quatro anos, sendo

importantes: piso salarial nacional; diretrizes nacionais de carreira, que são projetos que nós estamos discutindo com estados e municípios; e o Sistema Nacional de Formação Continuada e de Certificação de Professores. Esse sistema tem uma Rede Nacional de Formação Continuada, no sentido de chamar as universidades brasileiras a montarem esses cursos de formação continuada. Já elaboramos encontros estaduais com 27 estados da Federação. Fizemos também um grande encontro nacional em Brasília, com a participação de sete mil pessoas em todos esses eventos, estabelecendo a matriz de referência do Sistema Nacional de Formação e de Certificação para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Na verdade, são duas matrizes. Uma é a matriz geral que engloba os conhecimentos, saberes, habilidades e competências que qualquer professor tem que ter. Nessa matriz geral, nós introduzimos tópicos que foram muito discutidos nesses encontros estaduais, relativos ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Ou seja, toda a matriz de formação continuada e de certificação dos professores que estão em exercício nas redes públicas passa pelo estudo do ECA. Eu estou enfatizando isso aqui porque eu sei que essa era uma meta do Pacto pela Paz. Eu acho que nós estamos implementando essa meta e conseguindo atingir objetivos claros com ela. É claro que a matriz de referência inclui outras coisas. Essa certificação não é obrigatória; é voluntária. Os professores que estão em exercício fazem se quiser, mas o acesso à formação continuada, que também é voluntário, está ligado também a essa certificação. No nosso entendimento, isso vai mobilizar os professores, até pela forma como foi construído o sistema, para entrar nessa Rede Nacional de Formação Continuada e de Certificação.

Então, esse Sistema Nacional de Formação e de Certificação tem a Rede Nacional de Formação Continuada e, no ano que vem, vai ter o Exame Nacional de Certificação dos Professores, em setembro de 2004. O professor aprovado recebe um Certificado Nacional de Docência e recebe uma bolsa federal de formação continuada. O Governo Federal vai pagar uma bolsa aos professores que estão em exercício nos estados e municípios, que voluntariamente se candidatam à certificação nacional, para que esses professores possam continuar aprimorando-se, possam continuar em formação continuada. O programa “Toda Criança Aprendendo” começa a consolidar todas essas políticas que eu mencionei - avaliação externa, ampliação de atendimento e valorização e formação de professores - com o que nós chamamos de “Pacto Nacional pela Aprendizagem”. Nós começamos a construir esse “Pacto Nacional pela Aprendizagem” com os estados e municípios nesse segundo semestre. Nós vamos ter também a adesão de algumas instituições formadoras, como temos no Sistema Nacional de Formação e Certificação. Esse pacto é uma forma de a gente conseguir estabelecer, juntamente com os estados e municípios, objetivos e metas claras para reverter os atuais indicadores do processo educacional: taxas de matrícula, portanto, o aumento da inclusão das crianças; índice de rendimento; e taxas de repetência, que estão crescendo nesse país. Essa é uma questão muito séria porque, enquanto eu tenho a curva do rendimento caindo, eu tenho a taxa da repetência

fazer parte do Pacto Nacional pela Aprendizagem. Nós temos que trabalhar com isso por uma questão de justiça e para de fato lutar pela igualdade. Eu penso que nós também vamos ter êxito nesse sentido, porque faz parte do Pacto pela Paz. Nós também estamos trabalhando no Plano Nacional de Educação e Direitos Humanos, que prevê exatamente a discussão do ECA. A Fundação Joaquim Nabuco, que faz parte do MEC, também está trabalhando num programa nacional muito bonito, chamado “Nação Criança”, com meninos e meninas de rua, ou que estão em situação de risco social. Então, essas ações interministeriais são fundamentais.

Concluindo, eu não poderia deixar de expressar aqui a nossa posição sobre a questão da redução da maioria penal. Quando se discute educação, quando se discute criança e adolescente, quando discutimos o Pacto pela Paz, nós não podemos admitir que uma solução como essa seja proposta como uma solução dos problemas sociais do país. Ela não é. Isso vai gerar mais violência e não vai contribuir para a paz. Então, é muito importante que nós estejamos muito unidos e muito coesos, mantendo os princípios do ECA e garantindo que nós não teremos retrocesso em relação à maioria penal. Não é com mais violência que nós vamos construir a paz. Nós vamos construir a paz com mais igualdade e justiça social. Muito obrigada.

.....

JORGE SOLA

Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde

Boa tarde. Eu queria agradecer o convite e a oportunidade de estar participando com vocês aqui desta V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que é um momento especial de discutir as políticas públicas do nosso país, e por ter a oportunidade de discutir com vocês sobre esse conjunto de ações, mais especificamente aquelas relacionadas à área da saúde.

Vamos contextualizar um pouco a área de saúde dentro das ações governamentais na construção do Pacto pela Paz. O eixo de saúde está definido com o objetivo de garantir políticas de saúde pública de acesso universal e equânime, nos aspectos da promoção, prevenção, proteção e recuperação da saúde de crianças e adolescentes. O desafio do Sistema Único de Saúde é um desafio gigantesco e este objetivo aqui, que parece tão simples, na verdade, é tão gigantesco quanto o SUS, porque é simplesmente assegurar todas as políticas de saúde de prevenção, proteção e recuperação para todo o universo da população-alvo, no caso, as crianças e adolescentes.

As principais estratégias são: (1) incentivar e apoiar programas de promoção e ações básicas de saúde em termos familiar e comunitário; (2) assegurar serviços de

importante chamar a atenção do peso das causas externas na mortalidade da população de dez a dezenove anos, ou seja, violência, acidentes, homicídios, etc.; e ampliação da cobertura da população atendida pelas equipes do Programa Saúde da Família de 32% para 70%. No eixo de proteção contra abuso, exploração sexual e violência, das 31 ações, quatro delas estão diretamente relacionadas à área da saúde.

No eixo de combate ao HIV/AIDS, todas as ações são no âmbito da saúde. Eu queria só registrar as principais ações neste âmbito: (1) redução da prevalência do HIV entre homens e mulheres jovens, na faixa de quinze a vinte e quatro anos; (2) redução da prevalência do HIV entre bebês e crianças. Nós temos grandes possibilidades tecnológicas e de serviços para interromper a transmissão vertical. Nós já temos vários municípios brasileiros que têm mostrado resultados importantes de mães infectadas pelo HIV terem filhos sem que a infecção tenha sido transmitida, como resultado do tratamento durante o pré-natal; (3) apoio aos órfãos e meninos e meninas infectados pelo HIV. Portanto, do total das 141 ações do Programa “Presidente Amigo da Criança e do Adolescente”, nos três temas em que o Ministério da Saúde participa, 52 estão no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Eu queria conversar um pouco com vocês sobre o SUS, ou seja, o Sistema Único de Saúde, para o qual nós estamos propondo aquele conjunto de ações do Pacto pela Paz e do Programa “Presidente Amigo da Criança e do Adolescente”. Na verdade, para essas metas serem alcançadas, depende da intervenção do SUS. Eu queria aproveitar a oportunidade para explicar o que é esse Sistema Único de Saúde, que, por sinal, está completando agora quinze anos. Nós estamos comemorando este ano cinquenta anos do Ministério da Saúde e quinze anos do SUS. Na próxima semana, nós vamos realizar a XII Conferência Nacional de Saúde, que tem como balizador a necessidade de fazermos um balanço desses quinze anos do SUS e, a partir desse balanço, identificar os desafios para um novo ciclo de desenvolvimento do Sistema Único de Saúde. É importante ressaltar que o SUS é um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo e o Brasil é um dos raros países que se propõe a dar assistência integral e gratuita a toda a população. A nossa meta é assistir toda a população, dentro do sistema público, oferecendo todo um sistema de ações, desde o âmbito da promoção, prevenção, educação em saúde, até o diagnóstico, tratamento e medicamentos, ou seja, o conjunto das necessidades de assistência à saúde de toda a população. Eu vou apresentar para vocês um balanço do ano passado da rede SUS. Nós temos 63.650 unidades ambulatoriais e 5.794 hospitais. No ano passado, nós tivemos quase um milhão de internações por mês que foram pagas pelo SUS.

Na verdade, há alguns mitos que nós temos que começar a desmascarar aqui no nosso país. Um deles é alguém dizer que não usa o SUS. Essa é uma das maiores mentiras que alguém que vive no nosso país pode afirmar. Hoje, toda a população brasileira usa o SUS. Mesmo que tenha um plano de saúde privado, que

intensificação das ações de controle de endemias; implantação de uma política de recursos humanos que dê conta dos desafios do SUS; e fortalecimento da gestão democrática. Eu vou pegar algumas políticas prioritárias e projetos estratégicos que estão sendo executados pela atual gestão no Governo Lula, em que aparecem as ações que foram pensadas no Pacto pela Paz e no Programa “Presidente Amigo da Criança”.

A primeira é a questão da expansão do acesso, principalmente à atenção básica. Se vocês pegarem o Programa de Governo do Lula que foi formulado no período eleitoral, uma das metas da área de saúde é justamente dobrar, em quatro anos, a cobertura da atenção básica, com equipes multiprofissionais (médicos, enfermeiros, odontólogos, auxiliares de enfermagem e agentes comunitários) para que, ao final desses quatro anos, a gente consiga cobrir cem milhões de habitantes, sendo quarenta milhões de crianças e adolescentes. Nós vamos fechar este ano já alcançando em torno de 65 milhões de habitantes já sendo acompanhados por equipes do Programa “Saúde da Família”. Então, ampliar essa cobertura é um desafio grande, principalmente nas capitais e grandes municípios. Por incrível que pareça, dos 5.600 municípios do Brasil, 231 municípios reúnem 55% da população brasileira. São municípios com mais de cem mil habitantes, onde a atenção básica tem hoje uma cobertura média menor do que na totalidade dos municípios brasileiros. É claro que há exceções. Por exemplo, Belo Horizonte tem mais de 70% de cobertura do Programa Saúde da Família; no entanto, Salvador tem apenas 4%, e o Rio de Janeiro tem menos de 3%. Então, nós temos um grande desafio que é conseguir aumentar a cobertura, principalmente nesses grandes municípios. Para isso, o Ministério da Saúde iniciou um projeto para aumentar a expansão do Programa Saúde da Família nas grandes cidades. Nesse sentido, nos próximos cinco anos, serão alocados 550 milhões de dólares para expandir a rede básica, reformar, ampliar, contratar profissionais, capacitar recursos humanos, de modo a ampliar o Programa Saúde da Família nesses grandes municípios. E a contrapartida dos municípios não é financeira, ela é exclusivamente de aumentar a cobertura da atenção básica por meio do Programa Saúde da Família.

Outras medidas importantes foram tomadas no que diz respeito ao financiamento por parte do Governo Federal. Não adianta você ficar dizendo, como nos últimos quatro anos, que o Programa Saúde da Família era prioritário e deixar, desde 1999 até agora, sem que haja reajuste nos repasses federais. Este ano, com todas as dificuldades financeiras que a atual gestão encontrou - quando o Ministro Humberto Costa assumiu o Ministério da Saúde encontrou uma dívida de três bilhões de reais que foi deixada pela gestão anterior - mesmo assim, fizemos uma re-alocação de recursos que permitiu que este ano houvesse uma alocação de recursos para a atenção básica que variou em torno de 20% a 25% dos repasses federais para os municípios brasileiros, além de uma ampliação do acesso às ações de média complexidade.

saúde mental e da reforma psiquiátrica. Este ano, pela primeira vez, um Presidente da República assumiu a questão da saúde mental como uma questão de governo. O Presidente encaminhou ao Congresso um projeto criando uma bolsa para apoiar a desospitalização dos pacientes que estavam há mais de dois anos internados em hospitais psiquiátricos. A gente se queixa muito do Congresso Nacional, reclamando que o processo é lento, que a votação demora, mas, por incrível que pareça, em pouco mais de dois meses, o projeto foi aprovado e sancionado. Agora, no dia 17 de dezembro, nós já vamos estar pagando as primeiras bolsas para os primeiros pacientes que vão ser beneficiados. O projeto se chama “De Volta para Casa”. Cada paciente vai receber um salário mínimo para voltar para o seio da sua família, ou morar numa residência terapêutica com outros egressos de hospitais psiquiátricos. Nós também estamos ampliando a rede ambulatorial de assistência psicossocial, destacando os serviços especializados voltados para a população infanto-juvenil. São centros de atenção psicossocial, especificamente voltados para o público juvenil, e também centros que são especializados na questão da dependência química e que trabalham com a questão da drogadição. Provavelmente, nós vamos encerrar este ano com quinhentos CAPS atuando na rede SUS no Brasil. Recentemente, foi criado um Fórum de Saúde Mental voltado para as políticas de saúde mental da criança e do adolescente. Esse fórum é composto por diversas entidades e vai estar discutindo as especificidades da política de saúde a serem executadas pela rede SUS, no âmbito da saúde mental para a criança e o adolescente.

Na questão da urgência e emergência, que era um dos grandes desafios nas grandes cidades, já está em curso um projeto específico para a reorganização dessa rede, com vários componentes. Um dos primeiros componentes, que já foi lançado pelo Ministério da Saúde, diz respeito à implantação do serviço de atendimento pré-hospitalar. Esse serviço já foi lançado em São Paulo, Porto Alegre, Recife, e a meta é, nos próximos doze meses, implantarmos oitocentas equipes, principalmente nos municípios com mais de cem mil habitantes. Não é um programa exclusivamente para dotar os municípios de ambulâncias e UTIs móveis, mas também para a montagem de equipes de atenção intensiva à urgência e emergência no pré-hospitalar, articuladas com centrais de regulação que organizem toda a rede, identifiquem as melhores formas de assistência ao paciente e potencializem os recursos. Então, a pessoa liga gratuitamente para o número 192 e, dependendo do problema, uma unidade móvel se desloca até o local, faz o pré-hospital e identifica na rede onde é o melhor espaço para o paciente ser atendido. Com isso, você reduz a mortalidade por causas externas e reduz também o índice de mortalidade na questão das urgências ginecológicas e pediátricas. Aproximadamente 65% dos óbitos de dez a dezenove anos no Brasil estão relacionados a causas externas e podem ser reduzidos com assistência desse tipo.

Um outro ponto importante é a construção de uma política de recursos humanos. Há diversas ações em curso para melhorar as condições de trabalho, melhorar a capacidade de inserção desse conjunto de profissionais de saúde no Sistema Único de Saúde e, também, buscar readequar a formação de recursos humanos para as necessidades atuais do sistema de saúde.

Uma outra ação importante é o fortalecimento da gestão democrática. Eu já mencionei a XII Conferência Nacional de Saúde. Eu ontem estava ouvindo o comentário que foi a primeira vez que um Presidente da República participou de uma Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente. Eu não posso deixar de registrar que, pela primeira vez, um Ministro da Saúde vai a todas as reuniões do Conselho Nacional de Saúde, pauta as discussões e presta contas ao Conselho Nacional de Saúde. Ou seja, pela primeira vez, nós temos efetivamente uma participação do Ministério da Saúde, por intermédio do seu Ministro, no Conselho Nacional de Saúde, e o reconhecimento do Conselho Nacional de Saúde como instância máxima do SUS.

Eu vou destacar algumas ações intersetoriais que estão em curso, em fases diferentes. Algumas são ações que já estão sendo executadas e outras, em fase de elaboração, estão sendo construídas com a participação do Ministério de Saúde. Nós temos o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Combate à Exploração Sexual e Comercial e ao Tráfico de Crianças e Adolescentes; temos as ações de ampliação do Registro Civil; e temos o Plano de Atenção à Saúde de Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas. Nós estamos fechando a fase de elaboração desse Plano e a proposta é que, no próximo ano, seja constituída uma rede de serviços de saúde dentro dessas instituições que permita a assistência à saúde aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Nós já começamos, agora no segundo semestre, a implantar uma ação semelhante no sistema penitenciário e, no próximo ano, esperamos começar a adotar ações para implementar essa assistência por meio desse Plano.

Em relação às ações de DST/AIDS, eu queria destacar algumas ações intersetoriais que estão sendo desenvolvidas no âmbito das escolas, com a distribuição de preservativos e educação em saúde para a prevenção de DST/AIDS dentro da rede escolar. Como exemplo, temos o Programa “Fique Sabendo”, que é uma campanha que foi lançada para ampliação do diagnóstico e do acesso ao tratamento. Em relação à saúde bucal, estão sendo desenvolvidas algumas ações, junto com o Ministério da Educação, que vão permitir que no próximo ano as crianças que recebam o fardamento escolar possam estar recebendo também o “kit” para a saúde bucal.

Eu não sei se consegui sistematizar o suficiente, mas acho que deu para perceber que o conjunto daqueles eixos e compromissos, assumidos dentro do Pacto

GERCINO GOMES

Delegação de Santa Catarina

Eu queria fazer uma consideração à Professora Maria José. O Plano Nacional de Educação tem uma inconstitucionalidade importante, porque estabelece um prazo longo de até dez anos para a universalização da Educação Infantil; enquanto a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelecem a Educação Infantil como direito de toda a criança de zero a seis anos de idade. Quando a senhora fala nas crianças que não sabem ler nem escrever, eu gostaria de saber se o Governo Lula pensou em mudar o Plano no que diz respeito a esta inconstitucionalidade, que está servindo de escudo para os municípios. No meu município, nós entramos com uma ação civil pública para garantir o acesso universal. E lá na contestação e no agravo de instrumento contra a decisão do juiz que concedeu a liminar, eles se fundamentam no Plano de Educação Nacional, que estabelece que a universalização será feita a longo prazo. Uma outra questão é se foi feito um estudo para saber a diferença da criança que entrou no primeiro ano do Ensino Fundamental, sendo egressa da Educação Infantil, e a criança que não teve acesso algum à Educação Infantil.

Para o Doutor Jorge, eu queria colocar uma questão específica: Por que não criarmos uma vaga para médico pediatra em todos os Programas de Saúde da Família, uma vez que quase 50% da população é infanto-juvenil? E nós sabemos da aversão dos médicos em atender aquela população cuja especialidade não é deles. Era essa a consideração que eu gostaria de ouvir, ou seja, se há algum estudo no Ministério da Saúde para essa modificação. Obrigado.

.....

VICENTE VILELA

Delegação de Minas Gerais

Na área da educação, eu gostaria de colocar uma questão a respeito do atendimento nas creches. Eu queria saber se dentro do Programa estariam contempladas creches governamentais e não-governamentais, ou seja, se haveria um tratamento diferenciado do atendimento dessas creches. Uma segunda pergunta para a área de educação seria se existe uma interlocução com a área de segurança pública para a abordagem da prevenção da violência por meio da Educação Infantil. Eu gostaria de saber se essas políticas na área de segurança e de educação estariam interligadas.

Para a área da saúde, nós temos algumas questões a colocar para o representante do Ministério da Saúde. A respeito dos Conselhos de Saúde, nós temos observado que não

Ísis
Delegação de São Paulo

A minha pergunta é para a Professora Maria José. A gente está vendo a alteração que o MEC vai fazer em relação ao Provão. Lendo algumas reportagens na imprensa, verifiquei que alguns dos critérios que foram alterados é que, além da nota do Provão para saber se o ensino na universidade está bom ou ruim, está sendo colocado o critério do compromisso social da universidade. Eu pergunto se um dos critérios não poderia ser a inclusão do ECA no curso de graduação. Então, tendo o Conselho Nacional de Educação aprovado uma resolução sobre que o ECA vai ser abordado em todas as instâncias educacionais, poderia ser um dos critérios do Provão o fato de a universidade estar incluindo o ECA em seus currículos. Uma segunda questão é, com a possibilidade do Fundeb ser aprovado, se realmente a questão da inclusão dos portadores de deficiência vai estar contemplada. Nós assistimos ao problema do Fundef em relação às APAEs, quando foram repassados oito milhões de reais. E depois argumentaram que esse repasse não poderia ter sido feito, porque o Fundef é só para Ensino Fundamental. Então, eu queria saber se o Fundeb vai contemplar a Educação Especial. Uma terceira questão é em relação aos programas de repasse de renda. Eles têm esse mérito de distribuir renda, mas, ao mesmo tempo, não solucionam o problema da desigualdade. Caminhando nessa lógica, o Bolsa-Escola garante a vaga da criança na escola, mas a gente não chegou ao mérito de uma educação de qualidade. Será que agora, depois dos últimos dados do IBGE - que mostram que a gente tem 96,55 da população de sete a quatorze anos na escola - não seria o momento de a gente repensar o volume de alunos que há por sala de aula? Um dos critérios da qualidade de ensino é a redução do número de crianças por sala de aula, porque aí essa criança da classe popular vai ter uma atenção mais dedicada. Obrigada.

.....

MARIA JOSÉ VIEIRA FERES

Secretária de Educação Infantil e Fundamental do Ministério da Educação

Sobre o Plano Nacional de Educação e a questão da universalização da Educação Infantil, é claro que a previsão para dez anos é demais. Nós estamos tentando universalizar a Educação Infantil para as crianças de quatro anos até 2007. Essa é uma meta do Ministério da Educação. O Programa do Presidente Lula também trabalha nessa direção, ou seja, primeiro a universalização abrangendo as crianças de quatro e cinco anos e, depois, de zero a três anos. Nós estamos seguindo exatamente essa orientação.

essa é uma intromissão indevida do Estado, mas a criança tem que ter direito a ter a vaga na creche, para que ela possa optar se vai ou não fazer isso. Uma outra coisa é que as crianças de seis anos no Ensino Fundamental têm que ter uma diretriz pedagógica diferenciada. Isso é muito importante. Quando a gente fala em ampliar o Ensino Fundamental e incluir as crianças de seis anos, isso não significa substituir a Educação Infantil. Nós estamos agindo de uma forma articulada com a Educação Infantil, na perspectiva da Educação Básica, e isso supõe, evidentemente, outro tipo de projeto pedagógico. Em relação às creches, nós estamos trabalhando com a perspectiva de investimento no atendimento à creche, tanto em formação continuada de zero a três anos quanto em relação à rede física. Nós estamos trabalhando com as creches governamentais e filantrópicas que, na maioria dos casos, são conveniadas com os governos municipais. Por exemplo, eu estava na Prefeitura de Belo Horizonte até o ano passado e eu sei que a Educação Infantil, principalmente o atendimento de creches, naquele tempo, era feito na rede conveniada com a Prefeitura Municipal. Não é propriamente a rede do município, mas são entidades que passam pelo crivo do Conselho Municipal de Educação, que são submetidas a uma série de critérios e atendem de forma conveniada com as prefeituras as crianças de zero a três anos em creches. Na merenda escolar, nós estamos trabalhando nessa perspectiva de atender também as creches que são conveniadas, que são filantrópicas, que não têm fins lucrativos e que atendem crianças de zero a três anos. O custo da merenda escolar é de fato muito baixo. Eu também reclamei muito disso, porque já estive na gestão do município e do estado, e sei o que é trabalhar com merenda a R\$0,13. Mas estamos trabalhando na perspectiva de aumentar esse valor. Nas creches, este ano, nós já estamos com R\$0,18 e a tendência é a gente começar a aumentar esse valor. Temos dificuldades? Temos. Todo mundo sabe disso. É muito difícil sanar questões que se vão acumulando ao longo de muitos anos de uma hora para a outra. Mas nós estamos caminhando na direção de reverter essa situação. Como diz o nosso Presidente, o ano que vem vai ser um ano muito melhor, se Deus quiser.

A outra questão levantada foi o fato de se levar em consideração o censo do ano anterior na hora de repassar a merenda. Isso é feito também com o Fundef. Eu calculo o custo/aluno do Fundef em cima do censo do ano anterior. Todos os repasses obrigatórios de dinheiro federal para estados e municípios são feitos em cima do censo, com exceção de transferências voluntárias, que a gente faz em cima dos PTAs do FNDE. Por que do ano anterior? Porque o censo de 2003, por exemplo, estava acabando outro dia. Num país do tamanho como o nosso, a coleta de informações demora um certo tempo. Até se conseguir compilar os dados, checar a informação, ver a sua veracidade e concluir, chega-se quase ao final do ano. Para vocês terem uma idéia, eu ainda estou aqui com os dados preliminares de 2003 do INEP. Então, é muito difícil se considerar o censo do próprio ano. Até porque a gente sabe como é a vida da escola. Ela começa com um número “x” de alunos em fevereiro e, em

A última questão é referente à qualidade do ensino e número de alunos em sala de aula. Isso é complicado. Eu não tenho a menor dúvida de que o nosso desafio hoje é qualidade. Agora, tem que ter uma certa clareza em relação ao número de alunos em sala de aula. Eu volto a insistir que os sistemas municipais, sistemas estaduais e Conselhos Municipais agem nessa direção. Nós do Ministério podemos, e devemos, coordenar isso. Nós estamos discutindo um sistema nacional de educação. Por enquanto, a lei não diz que isso existe, mas nós queremos caminhar para um sistema nacional de educação articulado, porque essa é a meta do Presidente Lula. É claro que o número de alunos em sala de aula extrapola a competência do Ministério. Eu acho que deve continuar sendo assim, porque ninguém vai dar conta disso num país com tantas diferenças como o nosso. Como educadora, eu só queria chamar a atenção para o fato de que a gente tem que ter uma média do número de alunos em sala de aula. Não adianta a gente dizer que não resolve o problema com trinta alunos em sala de aula, mas resolve com quinze alunos. Isso é tudo muito relativo. Se a gente continuar desenvolvendo o mesmo projeto político-pedagógico, muitas vezes excludente, muitas vezes ainda cheio de erros e cheio de problemas, eu vou continuar fazendo com quinze alunos o que eu fazia com trinta, e vai continuar tudo na mesma. Essa é a questão. Então, nós temos que observar o número de alunos, mas garantir uma média que seja aceitável. A falta da qualidade do ensino não pode ser atribuída apenas a um fator, mas a um conjunto de fatores. A minha amiga aqui já me está pressionando porque extrapolei o tempo. Obrigada.

.....

Conselheira REGINA CELESTE BEZERRA AFFONSO DE CARVALHO

Representante do Ministério da Saúde

Nós apresentamos as desculpas, mas é que a coordenação está alertando para o fato de que o Ministro Agnelo já está aguardando, há algum tempo, para o início da Mesa III. Nós gostaríamos de apelar aos delegados e delegadas que estão aguardando, para que encaminhem as suas perguntas por escrito, e solicitamos aos palestrantes que divulguem o “site” e o “e.mail”, para que as pessoas possam fazer um contato e obter esclarecimentos, nos respectivos Ministérios, sobre as questões que por ventura não forem respondidas aqui. Vamos passar a palavra ao Doutor Jorge Sola para que ele possa fazer os esclarecimentos relativos às perguntas que foram feitas aqui.

.....

Em função disso, nós temos uma execução bastante diferenciada da rede SUS no conjunto dos municípios brasileiros. Nós temos situações as mais díspares. Isso não se explica pelo repasse financeiro e pela capacidade instalada. Vamos pegar, por exemplo, a reivindicação que a companheira do Paraná fez no sentido de a gente aumentar o número de AIHs. Para quem não sabe, a AIH é a Autorização de Internação Hospitalar. Na prática, é como se fosse um cheque que autoriza o pagamento daquela internação pelo Sistema Único de Saúde. Ela fez uma reivindicação de aumentar o número de AIHs. Eu apresentei para vocês aqui os dados que demonstram que nós já estamos internando 10% da população usuária do SUS no Brasil. Na verdade, a nossa rede faz mais internações do que deveria fazer. E vocês me vão perguntar: “Mas não é contraditório dizer que se fazem mais internações do que se deveria fazer e há tantas pessoas na fila esperando?” O problema não é de quantidade; é de distribuição no território, ou seja, há cidades em que sobra oferta e há outras cidades que têm déficit de oferta. Nós temos que enfrentar as questões relacionadas à qualidade da atenção. E mais do que isso, um outro ponto importante se refere às ações em que precisamos investir para a regulação da rede. Eu fui Secretário Municipal de Saúde do terceiro maior município da Bahia. Nós melhoramos a atenção à saúde não foi aumentando o número de internações; pelo contrário, foi reduzindo esse número. No ano passado, em Vitória da Conquista, houve 30% menos internações do que há quatro anos atrás. No âmbito da pediatria, as internações foram reduzidas em 40%. Montamos uma UTI pediátrica e uma UTI neonatal que não tinha antes, montamos uma série de ambulatórios especializados e ampliamos a atenção básica. Ou seja, todo o nosso objetivo é para reduzir internações hospitalares, por meio de três mecanismos: O primeiro mecanismo é evitando que as pessoas precisem internar-se, com medidas de promoção, prevenção e diagnóstico precoce. O segundo mecanismo é ampliando a oferta ambulatorial na atenção básica e na atenção especializada. E o terceiro mecanismo é evitando que o pagamento de internações hospitalares pelo SUS sirva somente para aumentar os lucros de prestadores privados de serviços e não para garantir uma boa atenção ao paciente. Lá em Vitória da Conquista, nós fizemos um estudo e, depois de dois anos do hospital municipal funcionando, para cada trinta crianças atendidas na emergência com problemas respiratórios, uma era internada. No entanto, no mesmo município, num hospital privado, para cada quatro crianças, uma era internada. Isso está relacionado com a qualidade da assistência prestada no pronto-socorro e na emergência. Então, o número de internações não é um parâmetro que mostre a melhoria da qualidade do sistema de saúde.

Em relação à questão do acesso à informação e dos Conselhos, eu acho que há uma série de atores importantes no SUS hoje. O Ministério Público tem sido um parceiro importantíssimo em diversos estados e municípios, mas o papel dos Conselhos de Saúde é imprescindível. Hoje, nós temos Conselhos de Saúde em quase

nais, não consegue fixar os profissionais. Nós já encontramos hospitais com dez, ou quinze, ou vinte leitos, com quatro salas cirúrgicas, todas equipadas e montadas, aonde o médico vai apenas uma vez por semana para fazer quatro cirurgias. São as quatro cirurgias mais caras que podem existir. São as quatro cirurgias mais perigosas para o paciente, porque no dia seguinte o médico não vai estar lá para prestar assistência a esse paciente no pós-operatório. E são procedimentos eletivos que podem ser agendados com data marcada, num hospital de melhor qualidade, em melhores condições. Isso não esvazia os pequenos municípios. Nós não queremos fechar esses pequenos hospitais. Agora, queremos dar qualidade a eles e fazer com que eles façam os procedimentos que vale a pena ser feitos naquele pequeno município, e aproximar a assistência que esse pequeno hospital presta da atenção básica, e desestimular que novos pequenos hospitais sejam montados. Há países, como o Canadá e a França que fizeram essa reforma fechando os hospitais. Aqui, nós não vamos ter condição de fazer isso, até em função da distribuição completamente inadequada no território brasileiro. No entanto, nós não podemos trabalhar na lógica de distribuir hospitais em todos os municípios brasileiros, porque eles terminam sendo hospitais só pelo nome na fachada e uma placa para dar satisfação ao prefeito e aos eleitores. Isso não é uma atitude correta do ponto de vista da racionalidade do sistema de saúde.

Para concluir, precisamos mudar a lógica da alocação de recursos e de investimentos na área de saúde. Em geral, os recursos e investimentos são aprovados por emendas parlamentares que, muitas vezes, não levam em consideração a necessidade do investimento e a necessidade do equipamento. Em função disso é que nós temos essa rede completamente irracional. Então, nós já estamos discutindo que o Ministério da Saúde defina, para o próximo ano, um elenco de possibilidades e de investimentos prioritários, para que os parlamentares possam definir os municípios que eles querem priorizar, em função das necessidades de investimentos na rede.

Há outras questões aqui que eu não vou ter tempo de responder e várias delas dizem respeito à qualidade da atenção, em especial, à qualidade da relação médico-paciente. Eu fico muito à vontade para falar, porque eu sou médico também e eu acho que um dos grandes problemas que nós temos é que a maioria dos profissionais médicos precisa de investimentos em educação permanente, de repensar a sua relação com o paciente e a qualidade do atendimento que ele presta. Eu acho que esse, entre outras razões, é um dos motivos que tem levado o conjunto do Sistema Único de Saúde a apostar no Programa Saúde da Família. A idéia é que você tenha médicos de quarenta horas, trabalhando com uma população definida, acompanhando essas pessoas, e não apenas medicando-as por dois minutos, sem que esses médicos nunca mais vejam aqueles pacientes. Nós temos que mudar isso e retomar o vínculo do profissional de saúde com a população. Isso é fundamental. Obrigado.

nós surdos? E os outros portadores de necessidades especiais que são adolescentes e não estão sendo contemplados aqui nesta Conferência? É importante também que nós possamos falar e reivindicar os nossos direitos. Eu sou surda e estou aqui falando o que eu passo e sinto na minha vida. Eu também gostaria de não deixar de opinar sobre o desenvolvimento dos portadores de necessidades especiais. Por exemplo, se trabalharmos com a inclusão na filosofia oralista, o que irá acontecer com uma criança surda? Não terá a sua aquisição de linguagem. A mesma coisa acontecerá com outros deficientes. Se não houver profissionais capacitados para trabalhar com eles, de nada vai adiantar. Vamos esquecer o orgulho, a burocracia, e trabalhar. Não estou falando somente da deficiência auditiva, mas também de todas as outras necessidades especiais. O corpo docente do Brasil é muito deficiente em relação ao trabalho com alunos surdos em sala de aula e também com alunos portadores de necessidades especiais. Nós somos portadores de necessidades especiais, mas temos capacidade de nos desenvolver e é importante que possamos reivindicar esse direito e lutar por isso. Como surda, eu sofro na Bahia, porque é necessária a inclusão de intérpretes nas salas de aula e nos lugares públicos para termos o desenvolvimento dos portadores de necessidades especiais. Se não houver a educação, essa criança será marginalizada. Portanto, é importante que haja esse desenvolvimento pleno, para que ela possa desenvolver a sua capacidade intelectual. Nós estamos perdendo muito tempo com isso, falando e falando, e nada de ação. Estar aqui representando os deficientes é muito importante para mim. É importante que todos os governos estaduais e municipais atuem em conjunto para proporcionar o desenvolvimento dos portadores de necessidades especiais em todo o nosso país. E estou muito feliz de estar participando de um modelo educacional bilíngüe, com a língua dos sinais, porque ele está proporcionando o meu desenvolvimento, já que eu sou surda. Eu sei que no futuro terei capacidade de ingressar na faculdade e que outros também terão essa oportunidade. Eu já sofri muito com o modelo de inclusão da escola pública porque é uma inclusão utópica, não uma inclusão verdadeira. A criança surda que está em sala de aula acaba sendo vítima de preconceito. Eu sofri muito isso no Ensino Fundamental. Eu era surda e sofria muito com esse preconceito, com esse desprezo, dentro da sala de aula de um colégio público, onde o professor não tinha o domínio da minha língua. É necessário que o Governo lute para mudar essa situação, para mudar esse quadro no Brasil. O modelo de inclusão que eu vivi não era para mim. Eu não concordava com ele. Eu sofri muito na mão de professores preconceituosos que me tratavam como diferente dentro de sala de aula. Eu sonhava com uma escola inclusiva para mim. Eu peço a vocês que mudem esse quadro, porque nós precisamos da ajuda dos Governos, do Poder Público, para acabarmos com essa discriminação. É importante que coloquem isso no Estatuto da Criança e do Adolescente. Eu desejo ser uma pedagoga e trabalhar com Educação Infantil, com crianças surdas, para possibilitar o seu desenvolvimento. Eu desejo isso e acredito nisso. Obrigada.

tes, e o Senhor Sérgio Mamberti, Secretário de Apoio à Preservação da Identidade Cultural, representando o Ministério da Cultura. A Senhora Elisabete Leitão, representando a Secretaria Especial dos Direitos Humanos. O jovem Júnior, do estado de Rondônia, e Jhonatas, do estado do Pará, representando os adolescentes.

Quebrando o protocolo, e com a aquiescência dos dois expositores, nós queremos pedir a autorização ao plenário para passar a palavra aos dois adolescentes que compõem a Mesa.

.....

JÚNIOR

Delegação de Rondônia

Boa tarde a todos. Eu queria passar uma mensagem a vocês. Representando a nossa família, a nossa região, o nosso estado e a nossa nação, nesta V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, estamos aqui para dizer que todo o adolescente tem direito a cultura, esporte e lazer, em conjunto, para poder desenvolver-se, porque até a sua maioridade o adolescente está em desenvolvimento.

Eu também queria dizer que nós queremos a cultura, esporte e lazer nas escolas. Como? Isso é muito fácil de fazer. Com teatro, dança, jornais, jogos, campeonatos. Nesse sentido, é muito importante a participação dos grêmios estudantis, porque, se nós adolescentes nos mobilizarmos, nós poderemos garantir um bom futuro para a geração que virá. Envolvendo o adolescente e fazendo com que ele fique interessado pela escola, recebendo a cultura e praticando esportes no seu dia a dia, nós estamos fazendo com que esses adolescentes possam mostrar a sua capacidade perante a nação Brasileira. Então, a mensagem final para todos vocês é que: criança, adolescente, adulto, idoso, toda a nação Brasileira tem o direito a cultura, esporte e lazer e, juntos, nós vamos fazer do nosso país um lugar melhor.

.....

JHONATAS

Delegação do Pará

Eu sou Jhonatas, da delegação paraense. Eu vou falar um pouco aqui sobre a comunicação. No nosso país, a comunicação coloca hoje o adolescente como “taxado”. Foi essa comunicação que nos levou a estarmos discutindo aqui, hoje, a redução da maioridade penal; foi essa comunicação que colocou o adolescente como um

Eu vi a distância que se construiu, nesses últimos trinta anos, com relação a essa questão da educação, da cultura, e a situação da criança e do adolescente. A minha mãe foi da primeira turma de normalistas da cidade de Santos, no começo do século passado, por volta dos anos 30. Nas memórias que ela deixou, ela falava da esperança de se construir um Brasil novo, a partir da educação. Ela trabalhou sempre em escolas junto a comunidades carentes e sempre fez questão de me levar para eu conhecer um pouco daquela realidade. Muitas vezes, ela trazia também alunos dessas escolas para conviverem comigo e com o meu irmão, tentando recuperar esses alunos que estavam tendo problemas. E ela fazia isso como uma missão. A escola pública era disputada no Brasil. Eu me lembro de que as escolas particulares eram consideradas “escolas menores”. Mesmo as pessoas que tinham recursos disputavam o espaço da escola pública pela qualidade do ensino. Recentemente, recolhendo fotos para a edição desse livro que a minha mãe deixou falando um pouco sobre a sua história e as considerações que ela fez como mulher brasileira do século passado e como educadora, eu vi fotos dela com os alunos lá de Santos, inclusive, alunos da escola onde o Presidente Lula estudou lá em Vicente de Carvalho. Minha mãe foi professora dessa escola. Eu achava que essas crianças eram pobres, mas, hoje, eu olho e vejo que todas elas tinham sapatos, roupas. A realidade era outra.

Quando no final da década de 50, início da década de 60, quando nós começamos a nos mobilizar para fazer essas transformações e fomos impedidos pelo Golpe Militar de 1964, nós não sabíamos que se não fossem tomadas providências imediatas essa dívida aumentaria muito. Ninguém naquela época poderia imaginar que a gente chegasse ao ponto a que chegamos, dessa miserabilidade e dessa perda de dignidade das pessoas. Eu me lembro que, durante uma campanha da Prefeita Luíza Erundina, eu estava na Praça da República, onde há crianças que cheiram cola, onde todas as mazelas da nossa sociedade aparecem muito visivelmente. Quem se manifestou primeiro foi um menino de uns quatorze ou quinze anos, que certamente fazia parte daquele grupo de meninos abandonados ao seu destino naquela praça tão inóspita. A primeira coisa que ele pediu foi: “Eu quero que a senhora nos dê escola, casa, comida, mas, em primeiro lugar, eu quero que a senhora nos livre da tristeza e da humilhação”. Ou seja, essa criança não pediu nada relacionado com valores materiais; o que ela pediu foi que a dignidade dela fosse devolvida.

Nesse momento em que este Governo está realmente comprometido com a dignidade, com os direitos dos cidadãos, com a construção de um novo projeto de nação, mais do que nunca, esses direitos passam a ser absolutamente fundamentais para que a gente possa ter uma nação justa, solidária, igualitária. Nesse sentido, a cultura tem um papel fundamental. Eu queria referir-me, por exemplo, à importância que a cultura pode ter na reconstrução, nesse resgate da auto-estima e de uma cidadania realmente ativa para que possamos estar construindo esse novo projeto de nação.

segundo momento. E, além disso, fizemos um amplo trabalho de discussão em fóruns, em festivais, viajando por todo o Brasil. Em todos os lugares em que nós estivemos, nunca o Ministério da Cultura tinha ido. Então, estamos estabelecendo essa ligação com a sociedade, para que esse compromisso do Governo Lula possa ser saldado.

Inicialmente, eu comecei trabalhando na Secretaria de Música e Artes Cênicas e, hoje, estou à frente da Secretaria de Preservação da Identidade Cultural. Nessa Secretaria, nós estamos construindo um sistema de redes nacionais, tendo o circo como mídia, percorrendo os interiores do Brasil e levando junto o livro, o cinema, as políticas do Ministério da Saúde, da Educação, dos Esportes e da Cultura. Estamos seguindo um pouco o percurso que Mário de Andrade fez, tentando construir um mapeamento da nossa diversidade cultural. Eu gostaria de oferecer um espaço para a criança e o adolescente dentro desse processo, para que a gente possa ter um espaço especial para a criança e o adolescente. Nós também estamos construindo uma rede cultural da terra, junto com o MST e com a Contag. Nós também queremos fazer uma grande rede nacional dos estudantes do Brasil e uma rede dos operários. Certamente, em todas essas redes, o espaço da criança e do adolescente estará garantido.

Mesmo que este ano tenha sido um ano em que houve uma grande exigüidade de recursos e do contingenciamento do orçamento, nós realizamos uma série de ações. Por meio da Lei de Incentivos, o Ministério participou de projetos nacionais, como o “Coração Cidadão”, que é uma oficina de teatro da Fundação Todeschini; o “Dançando para não Dançar”; os Projetos Guri; a manutenção da Associação Paracatum; a sede dos Meninos do Morumbi; os “Doutores da Alegria”; o Projeto Sambalelê, entre outros. Em suma, por meio do Ministério, nós estivemos presentes em todos esses projetos.

Eu gostaria de encerrar, reafirmando esse compromisso e oferecendo o Ministério da Cultura para qualquer tipo de esclarecimento, pelo nosso “site”, e esperando que possamos estar cada vez mais próximos da criança e do adolescente na construção de um novo Brasil. Muito obrigado.

.....

Conselheiro MARCOS ANTÔNIO PAIVA COLARES

Representante da Ordem dos Advogados do Brasil

Obrigado, Secretário Sérgio Mamberti. Inclusive, quero parabenizá-lo pela pontualidade na sua fala. O nosso próximo expositor é o Deputado Federal pelo PCdoB do Distrito Federal e Ministro dos Esportes, parceiro do Conanda, Agnelo Queiroz.

auto-estima elevada, o que é fundamental para qualquer atividade futura que aquela criança ou aquele adolescente for desenvolver. Então, a utilização do tempo livre da criança e do adolescente na prática do esporte estará ajudando o seu pleno desenvolvimento, tanto físico quanto intelectual. Está provado que a criança que pratica uma hora de esporte por dia tem um desenvolvimento melhor nas outras disciplinas da escola do que a criança que não pratica esportes. Inclusive, isso foi provado num estudo da ONU publicado recentemente. O esporte é importante também para a saúde da pessoa. Se você pratica esporte, é evidente que está longe de outros elementos que prejudicam a saúde.

Por tudo isso, é fundamental darmos acesso ao esporte àqueles milhões de crianças e adolescentes que não têm acesso à prática do esporte. É por isso que decidimos materializar todos esses elementos em um programa que chamamos de “Segundo Tempo”. O primeiro tempo é na escola, para todo mundo, como uma questão fundamental para a construção dessa cidadania. O segundo tempo é no esporte, juntamente com alimentação, com reforço escolar para melhorar o desempenho na escola, com a participação da cultura e de outras áreas importantes ao pleno desenvolvimento das nossas crianças e dos nossos adolescentes. Portanto, este Programa é coordenado pelo Ministério do Esporte, mas tem o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho, o Ministério da Saúde e da Cultura como parceiros. Nesta primeira fase, nós vamos utilizar os equipamentos esportivos já existentes no país, sem precisar construir nada agora, dando oportunidade a que milhões de crianças possam estar ocupando o seu tempo livre com atividades esportivas. É praticamente o ensino em tempo integral, porque, no primeiro tempo, as crianças estão na escola e, no segundo tempo, estão envolvidas com atividades esportivas, com reforço escolar e lazer. Ou seja, você está dando uma formação integral para as crianças, ajudando no seu desenvolvimento físico e intelectual e fazendo algo que é prazeroso, que é praticar esportes. Por isso, nós introduzimos esse Programa e estamos fazendo parcerias com muitos segmentos da sociedade, usando os espaços esportivos do nosso país, que muitas vezes estão subutilizados. Por exemplo, fazemos parcerias para utilização dos espaços esportivos, como piscinas, quadras, ginásios, por exemplo, das Forças Armadas, do SESC, de clubes sociais, de tal forma que as crianças possam praticar esporte de forma regular nesses espaços, com instrutores, com professores, com material adequado e com a metodologia adequada para a idade da criança e do adolescente. Também estamos fazendo essas parcerias com ONGs, com os estados, com os municípios, com a Polícia Militar, com o Corpo de Bombeiros, com o Instituto Ayrton Senna, com diversas universidades, ou seja, com muitas instituições que têm equipamentos e que têm uma prática de desenvolvimento de programas socioesportivos. Atualmente já temos mais de quarenta parceiros no Brasil e vamos fechar este ano com mais de quinhentas mil crianças sendo atendidas pelo Programa “Segundo Tempo”.

“Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Ministério do Esporte, tendo por objetivo promover intercâmbio governamental de programas de educação e prática desportiva para adolescentes em cumprimento de medida de privação de liberdade”.

Assinam o termo o Ministro Agnelo Santos Queiroz Filho e o Senhor Mário Mamede, Secretário Adjunto da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

DEBATES (PERGUNTAS E RESPOSTAS)

CARLOS CARAMURU

Delegação do Pará

Eu quero parabenizar tanto a parte da cultura, mas, principalmente, o esporte, porque nós temos recebido muito incentivo para conseguirmos tirar as nossas crianças da rua. Nós precisamos apenas aprofundar a parceria para que haja mais professores de educação física, que sejam mais capacitados para atenderem também os portadores de necessidades especiais. Eu queria também sugerir que o Programa “Segundo Tempo” organizasse uma Olimpíada Nacional para crianças e adolescentes, juntamente com clubes, escolas e entidades governamentais e não-governamentais para realmente trazer um incentivo maior a esse Programa em termos nacionais.

Ao representante do Ministério da Cultura, Sérgio Mamberti, eu sugeriria que fosse implantado um programa específico de inclusão do portador de necessidades especiais.

.....

ARI AMORIM

Delegação de Pernambuco

Em primeiro lugar, eu queria parabenizar os dois palestrantes pela brilhante apresentação. Eu gostaria que o representante do Ministério da Cultura, Sérgio Mamberti, pudesse falar da importância dos Conselhos Municipais de Cultura para discutir a política municipal de cultura. Eu gostaria, também, de que fizesse uma referência à questão dos cinemas e teatros que estão sendo destruídos nas cidades para serem construídas outras coisas.

NILTON FABIANO

Delegação de Minas Gerais

Eu gostaria de fazer um breve comentário sobre o Projeto Navegar que foi implantado na cidade de Capitólio, no sul de Minas. Esse projeto visa, em especial, as crianças, adolescentes e também os portadores de necessidades especiais. Eu gostaria que o Ministro me dissesse como conseguir o “Segundo Turno” desse projeto, em que foram gastos cerca de R\$130.000,00, sendo que todo o material está armazenado e guardado, e não está em atividade por falta de apoio da União.

.....

AGNELO QUEIROZ

Ministro de Estado dos Esportes

Respondendo às perguntas, eu queria dizer que esse Programa “Segundo Tempo” também vai atender aos portadores de necessidades especiais. Nós estamos fazendo uma grande articulação com muitas instituições que já têm experiência com esse tipo de trabalho e nós já temos a presença de várias crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais no Programa. Então, isso já está absolutamente incorporado. Agora, você levantou um aspecto importante que é a ampliação da capacitação de professores de educação física. Este Programa funciona na escola sob a coordenação de professores de educação física e também de monitores e instrutores que são treinados sob a coordenação desses professores. Mas eu concordo que nós temos que aumentar esse número de professores de educação física. Mas eu tenho certeza de que eles vão participar cada vez mais, porque a adesão ao Programa é muito grande.

Com relação a fazer Olimpíadas, nessa fase, nós estamos preocupados em implantar o Programa. É um programa de inclusão, visando formar cidadãos e vamos adotar algumas ações que estimulem alguma competição saudável, sem que haja uma conotação muito de rendimento para o Programa. Mas as viagens para cidades próximas também desenvolvem o aspecto cívico, mais com o objetivo de confraternização, de integração do que propriamente a disputa competitiva. Mas não tenha dúvida de que teremos um programa de detecção de talentos, que serão encaminhados para outras áreas também.

Com relação a quadras, o Ministério está rediscutindo também essa questão de construção de quadras poliesportivas. Nesta fase inicial, como eu falei, nós demos prioridade absoluta ao atendimento das nossas crianças e adolescentes e menos à construção de novas quadras ou ginásios. Muitas vezes, construímos prédios ma-

inho escolar. Então, essa deve ser uma campanha importante para todos nós.

Por fim, o nosso companheiro de Minas Gerais fala do “Projeto Navegar”. É um projeto de cunho social do Ministério do Esporte. Eu vou checar a situação específica a que você se referiu, porque é um projeto que funciona na grande maioria dos estados do nosso país. Se você for ao Clube Naval aqui de Brasília, você verá que as crianças do Jardim Ingá, que é um lugar muito carente, estarão lá praticando remo, canoagem e vela. Então, eu vou checar essa situação rigorosamente, porque a sociedade é a maior vigilante do funcionamento de todos os programas. Eu quero anunciar aqui, em primeira mão, que nós estamos instalando a Ouvidoria do Ministério do Esporte justamente para receber todo o tipo de sugestão e para fazer o controle, acompanhamento e fiscalização dos programas.

.....

SÉRGIO DUARTE MAMBERTI

Secretaria de Apoio à Preservação da Identidade Cultural

Em primeiro lugar, eu queria responder ao companheiro falando sobre a questão dos portadores de necessidades especiais. Se existe um Governo que se preocupa com essa questão, certamente é o Governo Lula. E no Ministério da Cultura, isso também faz parte das nossas preocupações. Não só na questão do acesso dos portadores de necessidades especiais aos teatros, aos cinemas, a todos os espaços onde se desenvolvem processos culturais. Isso já existe nas grandes capitais, mas eu acho que ainda temos que avançar muito nesse sentido. Eu acho que o depoimento da Natalie, como cidadã portadora de necessidades especiais, a sua consciência política, a sua postura de militante, é um exemplo de como essa área tem-se mobilizado, e como a gente tem-se sensibilizado com essas reivindicações.

Eu queria também dizer que, para nossa honra, uma grande parte da equipe de funcionários do Ministério da Cultura é de portadores de necessidades especiais. São companheiros extraordinários que, junto com a gente, têm contribuído de uma forma fundamental na construção do nosso projeto de cultura.

Houve, também, uma pergunta sobre os Conselhos Municipais de Cultura. No Programa de Governo Lula são fundamentais essas instâncias de participação efetiva da sociedade na elaboração das políticas públicas e fiscalização dessas políticas. Esses Conselhos não só são desejáveis como devem ser estimulados. Dentro do nosso projeto de cultura, nós estamos tentando construir um “SUS” da cultura, ou seja, um Sistema Nacional de Política Cultural que garanta que essa política se estabeleça por meio de parcerias. O Estado seria uma espécie de regulador e

rede na área de rádio e a rede das TVs Educativas. Já estabelecemos pontes entre a TV Educativa e o Ministério da Cultura, por intermédio da Secretaria de Audiovisual, visando o desenvolvimento de programas que possam ser alternativas a essa programação bastante sofrível que a gente tem hoje na TV aberta. O Ministério da Justiça também tem tomado algumas providências e a sociedade também tem-se manifestado reivindicando a melhoria dessa programação. Mas ainda falta muito para avançarmos nessa área, porque nós sabemos da importância que a TV tem hoje na vida nacional. Então, é importante que existam programas como o “Castelo Rá-Tim-Bum”, programas para adolescentes, que possam compensar o efeito danoso que uma grande parte da programação da TV brasileira hoje causa à nossa sociedade.

Com relação à questão da maioridade penal, eu estou absolutamente de acordo com o Agnelo. Nós não podemos pensar em corrigir um erro fazendo um erro muito maior. O Estatuto da Criança e do Adolescente foi conquistado a duras penas. Nós sabemos que essas crianças são, acima de tudo, vítimas. Sempre que morre uma criança da classe média é que se acirra essa luta. Nós devemos ser solidários à dor desse pai que perdeu essa filha, mas nós temos que pensar também que, diariamente, nas comunidades carentes, há um verdadeiro genocídio dessa juventude e ninguém fala nada. Eu acho que é um atraso reduzirmos a maioridade penal. O que nós temos é que aprofundar essas políticas de cidadania, cuidar da segurança dos cidadãos, mas não retroceder nas conquistas que alcançamos com tanto esforço. Devemos sair desta V Conferência com uma postura muito clara e muito firme no sentido de não transigirmos, em nenhum momento, com relação à redução da maioridade penal.

Com relação à pergunta do Alex, eu acho que nós poderemos minimizar esse problema com a criação desses espaços múltiplos, como o Agnelo falou. Realmente, quanto mais espaços as crianças e os adolescentes tiverem para desenvolver - espaços de esporte e cultura - certamente teremos menos violência e mais cidadania. No próximo bloco eu respondo ao Edmilson de Goiás, porque ele fez perguntas muito interessantes. Muito obrigado.

.....

JORGE MARQUES
Delegação do Pará

Eu venho de Marabá, no estado do Pará, lugar de onde eu trago uma saudação socialista ao Ministro dos Esportes e em nome de quem eu cumprimento todo o restante da Mesa. Fazer inclusão nesta sociedade, do jeito que ela está, é muito

tério na gestão passada, a gente achava que a coisa ia melhorar, mas não melhorou. A gente espera que, no Governo Lula, os seus representantes saiam dessa linha de apenas fazer promessas e as coloquem em prática. Nós sabemos que isso funciona. Eu sou um exemplo disso. Há um grupo de percussão, que eu acompanho, de sessenta adolescentes que viviam em situação de risco e que hoje fazem música. Eles já tocaram na Itália, na Alemanha, tiveram trinta dias de fama e continuam trabalhando. Nós queremos que as escolas efetivamente participem desse trabalho. Não é apenas pintar os rostos das crianças no dia 19 de abril para comemorar o Dia do Índio, tirar fotos e mostrar o relatório; ou no dia 13 de maio; ou no dia 7 de setembro. A gente não quer mais isso. Nós queremos cultura de verdade nas escolas; nós queremos o respeito à cultura regional de cada estado. A pergunta é a seguinte: qual a proposta que o Ministério da Cultura tem de colocar no dia a dia das escolas, oficinas de teatro, música, dança, não apenas nas datas comemorativas, mas como atividades do dia a dia?

Eu tenho aqui um CD para o Sérgio, da banda “Areia Fina”, com quatorze composições, sendo que onze delas foram feitas por crianças e adolescentes. Agora, não é um presente. Este CD custa R\$10,00. Se o senhor gostar do CD, o senhor vai depositar R\$10,00 numa conta que está aí no encarte, para colaborar com o nosso projeto.

.....

VITÓRIA

Delegação de São Paulo

Primeiramente, Sérgio Mamberti, eu queria parabenizá-lo pela sua explanação e pela visibilidade e ênfase das políticas relacionadas às entidades pluriétnicas, em particular os afrodescendentes. A nossa pergunta é a seguinte: Como Secretário de Cultura, o que o senhor pensa da banalização da miséria e da violência? Isso nos assusta demais, porque ela passa pela mídia, pela internet e até por revistas pornográficas que são vendidas, aleatoriamente, nas bancas de jornal de qualquer esquina de São Paulo. Essa é uma questão muito importante.

A outra pergunta é para o Ministro Agnelo. Nós nos preocupamos bastante, porque muito se esperou da atual gestão federal e nós estamos aguardando também. Aguardar é uma postura política até meio inadequada. Nós queremos ver também constatação de fatos. Você falou muito da quadra na sala de aula, mas há aí uma pequena contradição. Existem poucas escolas e, portanto, poucas quadras podem ser ocupadas. É preciso construir escolas. A nossa outra preocupação é com os valores salariais. Como Ministro dos Esportes, o senhor deve saber quanto ganha cada atleta e cada jogador de futebol. Nós que somos defensores também da qualidade do ensino público, sabemos que o salário de um jogador de futebol da CBF está,

metropolitanas. O estado é um todo e as crianças e adolescentes estão em todo o estado. Então, é preciso que se levem essas atividades para todos, para a região do sertão, da mata, do agreste e também da região metropolitana. Logo, eu gostaria que o senhor Ministro apontasse pistas de como os nossos municípios poderiam aderir ao Projeto “Segundo Tempo”, para que a gente possa incluir nesses programas adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Finalizando, eu queria fazer uma outra pergunta sobre a construção das quadras que foram iniciadas no Governo anterior e não foram concluídas. Por exemplo, Serra Talhada tem uma quadra poliesportiva que só tem cerca de 30% concluído, faltando todo o restante. Eu quero parabenizar o empenho do Ministro Agnelo porque, na História que eu conheço do meu Brasil, é o primeiro Ministro que tem desenvolvido esse trabalho com tanta eficácia. Ao Conanda, eu queria parabenizar pela qualidade dos expositores que vieram compor esta Mesa. Muito obrigada.

.....

AGNELO QUEIROZ

Ministro de Estado dos Esportes

Uma das perguntas é do Jorge Luís que fala da importância de incentivar o atletismo. Eu quero dizer que, justamente pelas características culturais e vocação do nosso povo, e por ser um esporte muito barato e muito bom para a saúde, essa é uma das áreas a que estamos dando uma atenção muito especial. A companheira também fala da carência de espaços esportivos que há em muitas partes do Brasil.

Por que é que não há já uma descentralização maior e até um controle social maior? A saúde, por exemplo, já avançou muito com a constituição dos Conselhos de Saúde, etc. É porque o esporte não era considerado, na nossa história sucessiva de Governos, como uma política essencial. Não havia uma política essencial. Então, para que haver descentralização? Essa concepção também está consolidada nos gestores do Brasil. O problema é que a maioria dos gestores municipais, por exemplo, não compreendem que, ao investir recursos no esporte, eles estão economizando muito em outras áreas curativas. Eles não compreendem isso. Segundo o relatório da ONU divulgado agora, para cada dólar investido no esporte, você economiza 3,2 dólares na saúde. Esse relatório mostrou que, ao investir na área esportiva e dar opção de uma ocupação saudável de lazer, de atividade física e de esporte, essa criança está fazendo algo que ajuda o seu desenvolvimento - estamos evitando doenças e estamos fazendo com que ela fique longe da rua, da droga e da violência. Isso é que é importante, mas, infelizmente, muitas vezes não há essa compreensão.

O nosso desafio é descentralizar progressivamente. Nós queremos municipalizar

colocar, de peito aberto, as suas idéias e o compromisso incondicional de resgate da soberania da nossa nação, investindo no nosso povo e na nossa gente, e não apenas numa elite que sempre governou o nosso país de forma desastrosa. Nós somos a décima-primeira economia do mundo e somos o país mais desigual do mundo. Então, nós somos um país rico em que o nosso povo é pobre. Essa é a chance de revertermos isso. Então, vamos lutar para construir esse novo Brasil e gastar muito das nossas energias na construção de políticas, no controle social, na mobilização social, porque esse é o caminho que terá o apoio incondicional deste Governo. Como nós ainda estamos situados num momento anterior, nós gastamos muita energia na desconfiança e na crítica. O companheiro perguntou o que é preciso para que façamos a inclusão. Eu acabei de mostrar aqui que, em dez meses, nós colocamos mais de quinhentas mil crianças no Programa “Segundo Tempo” e vamos colocar muito mais, inclusive, com a sua ajuda, dando sugestões e melhorando esse Programa. Vocês podem ver que já há diferenças, mesmo num período tão curto como esse.

O Francisco expressou muito bem aqui que a nossa criança e o nosso adolescente querem um espaço para brincar, para jogar. Esse é um direito de toda a criança e é importante para o seu desenvolvimento. Não é um privilégio para poucos. Esse é o nosso objetivo. Em alguns lugares, as pessoas estão construindo um campinho sintético, ou uma quadra, e cobrando pela sua utilização. Resta ao Poder Público investir mais nessa área, porque o investimento é pequeno. Os prefeitos investem em tudo, mas não fazem uma quadra. Uma quadra de areia custa menos que R\$1.000,00. E lá as crianças podem jogar futebol, vôlei, etc. E há muitas outras iniciativas baratas e simples que podem dar acesso à prática do esporte para a nossa juventude. Então, Francisco, esse é um compromisso do nosso Ministério com você e com todas as crianças do nosso país. Não só vamos dar exemplo utilizando cada centavo dos nossos recursos com o maior carinho do mundo, mas também vamos fazer a divulgação dessas ações que são primordiais para o desenvolvimento das nossas crianças e dos nossos adolescentes. Eu estou percorrendo este país inteiro, conversando com os governadores, com os prefeitos, com a comunidade, ressaltando que devem investir mais no esporte. É muito barato e é muito bom para o nosso povo e para a nossa juventude. O garoto que está na quadra jogando futebol não está num bar, não está na rua, não está envolvido com drogas. Ele está naquela quadra, praticando um esporte que é fundamental para o seu desenvolvimento.

À nossa companheira educadora, eu quero dizer que é muito importante esta oportunidade de podermos debater aqui a nossa política do esporte. Nós não tratamos de todos os aspectos e por isso há ainda muita incompreensão em relação à nossa política de esporte, mas eu quero dizer que uma quadra é uma sala de aula. Ali o aluno faz educação física, que é uma aula importante, porque está comprovado que a atividade física ajuda o desenvolvimento intelectual. E essa sala de aula também

que vive hoje a população do nosso país. Por isso, eu tenho certeza de que esta V Conferência pode até tirar, nas suas deliberações, que haja um maior investimento e oferta de espaços para a prática de esportes das crianças e dos adolescentes do Brasil. Isso vai somar muito à política que o Ministério do Esporte está desenvolvendo de fazer com que essa ferramenta, tão simples e barata, esteja acessível à maioria do nosso povo, em especial às nossas crianças e adolescentes que estão à margem e não têm acesso a esse tipo de prática esportiva. Obrigado.

.....

SÉRGIO DUARTE MAMBERTI

Secretaria de Apoio à Preservação da Identidade Cultural

Eu queria começar respondendo ao Edmilson de Goiás que questiona quais são os princípios que norteiam a concepção de cultura do Ministério da Cultura. Certamente, o projeto de cultura do Governo Lula foi concebido a partir de uma ampla discussão nacional que se deu em todas as regiões do país e que culminou com a construção desse documento chamado “A Imaginação a Serviço do Brasil”. Foi um compromisso assumido pelo Presidente Lula quando nós entregamos esse documento, no Canecão, no final do ano passado.

Partindo do princípio de que a valorização da cultura nacional é um elemento fundamental do resgate da identidade do país, é preciso abrir espaço para a expressão das nossas peculiaridades culturais, inclusive, de corte regional, sem que isso se confunda com nacionalismo estrito, mas sim articulado e aberto às culturas de todo o mundo. Trata-se, na linha da melhor tradição cultural, de resgatar os traços peculiares da nossa identidade e formas de expressão de cunho universal, isto é, em diálogo aberto com todo o mundo. Nessas condições, é essencial realizar um amplo processo de inclusão cultural, garantindo, de forma progressiva, o acesso de toda a cidadania à produção cultural, bem como à livre circulação de idéias e de formas de expressão artística.

É fundamental a adoção de abordagens políticas que enfatizem um conceito amplo de cultura, que não incluam apenas as artes e as letras, mas também os modos de vida, os direitos humanos, os costumes e as crenças, bem como a interdependência das políticas nos campos da cultura, da educação, do esporte, das ciências e da comunicação, e a necessidade de levar em consideração a dimensão cultural do desenvolvimento. Em suma, a cultura não fica apenas restrita à questão da produção artística, mas o conceito antropológico da cultura afirma as identidades nacionais das diversas etnias que formam essa nação brasileira, desde as culturas indígenas. Hoje, estava sendo comemorado no Ministério da Cultura o fato de que, pela pri-

registro e a promoção da cultura popular vão poder ter um avanço considerável, porque têm um papel fundamental em todo esse processo.

A outra questão que ele colocou foi a democratização do acesso. Nesses últimos anos, toda a política de cultura tem-se desenvolvido por meio das Leis de Incentivo à Cultura. Hoje em dia, a maior parte dos benefícios dessas leis vai para o estado do Rio de Janeiro ou São Paulo, um pouco para o Paraná e para o Rio Grande do Sul, porque todas essas grandes empresas estão concentradas nesses locais, e uma grande parte da nação brasileira fica de fora. Então, nós estamos reproduzindo, nessas Leis de Incentivo, uma concentração de renda. Nós estamos tentando contornar esse problema. Mas, na verdade, nós queremos construir um projeto de financiamento da cultura muito além das leis. Nesse sentido, nós esperamos chegar muito mais próximo de um processo democrático. Com isso, eu estou respondendo um pouco à questão da participação efetiva do município e do estado para que realmente esses bens cheguem à população. É no município que estão os cidadãos. Eles precisam sentir esses benefícios no local onde moram.

Eu gostei muito do vigor reivindicatório do Emerson e espero que ele também use essa energia no sentido de construção desse processo. Nós precisamos de pessoas com essa animação e estamos à disposição para estabelecer um diálogo cada vez mais próximo.

A Paraíba fala aqui da questão do índio e da formação artística. Eu fiz parte de uma escola pública onde a formação artística e cultural estava muito ligada à questão do ensino. O que é a educação sem a cultura? É um mero adestramento. Isso nos foi retirado a partir de um ato arbitrário da Ditadura Militar, de 1972, com a Lei de Diretrizes e Bases. Este é o momento de a gente recuperar isso e, inclusive, existe um firme compromisso do Ministério da Educação nesse sentido. As conversações já estão bastante adiantadas entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação no sentido de fazer com que a formação artística esteja presente, realmente, no currículo escolar. Só assim nós podemos pensar, realmente, em construção de cidadania.

De certa maneira, estou respondendo também à nossa querida mestre que falou sobre a banalização da violência e da miséria pelos meios de comunicação. A questão dos afrodescendentes também tem um enfoque bastante aprofundado dentro das políticas do Governo, por meio da Fundação Palmares, da Secretaria pela Igualdade Racial e de outras políticas do próprio Ministério da Cultura, como valorização dessa importante contribuição no nosso processo cultural.

Eu gostei muito da participação cidadã do Francisco pedindo um olhar atento para a infância e queria também agradecer algumas mensagens que eu recebi aqui do

MESA IV - ASSISTÊNCIA SOCIAL – VIOLÊNCIA SEXUAL E TRABALHO INFANTIL E PROTEÇÃO ESPECIAL’

Composição da Mesa: Ministro Nilmário Miranda, Presidente do Conanda e Secretário Especial de Direitos Humanos; Regina Coeli Pinto Teixeira, Conselheira do Conanda e Diretora de Desenvolvimento da Política de Assistência Social; Elisabete Borgianni, Conselheira do Conanda e representante do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS. Como expositores, o Excelentíssimo Senhor Jacques Wagner, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego; e a Excelentíssima Senhora Benedita da Silva, Ministra de Estado da Assistência Social. O Professor Byron Prestes Costa, representando o Ministro da Justiça. O jovem Adriano dos Santos Padilha, representante do estado do Mato Grosso, e o jovem Rodrigo Silva, representante do estado do Paraná.

Antes de o Presidente do Conanda e dos Coordenadores da Mesa tomarem a palavra, ouviremos o pronunciamento do Senhor José Fernando da Silva, Vice-Presidente do Conanda e representante da sociedade civil.

.....

ADRIANO PADILHA

Delegação de Mato Grosso do Sul

Bom dia a todos e a todas aqui presentes na Mesa e da plenária. Primeiramente eu venho falar sobre violência sexual. A violência sexual não acontece apenas por um motivo. Não adianta a gente falar que a violência sexual acontece nas periferias, com crianças pobres e com a família desestruturada, porque a violência sexual acontece por vários fatores. Pelo menos na adolescência, a própria sociedade impõe regras ao jovem, como a regra do consumismo. O adolescente se convence de que, para se impor no seu próprio grupo, ele tem que ter roupas de marca, bens materiais bons. Tudo isso é imposto a ele e, quando a própria família não tem dinheiro para lhe dar tudo isso, ele entra nesse ramo da violência que é a exploração sexual. E muitos adultos se aproveitaram disso e começam a participar, começam a explorar esses adolescentes e a levá-los para a vida sexual, para a prostituição.

Quando isso ocorre, a escola não está preparada para atender esse aluno que sofre essa exploração sexual. A assistência social acha que não é dever dela fazer isso; acha que é papel da saúde prevenir isso. E ficam jogando a culpa um para o outro. Nas fronteiras, há um verdadeiro tráfico de seres humanos. Os adultos se aproveitaram dessas crianças e desses adolescentes, levando-os para a prostituição. Isso aconte-

dade, amizade. As crianças sem diversão, sem brinquedo, são crianças sem infância. Hoje, milhares de crianças não brincam ou estudam, pois são obrigadas a substituir seu tempo de brincadeiras e de aprendizagem por responsabilidades, compromissos e trabalho de adultos. O trabalho dignifica o homem? Depende. Infância não combina com o trabalho. Criança que trabalha não brinca, fica doente, não aprende, não cresce e não tem dignidade.

Isso não significa que a criança não deva ter responsabilidades ou cooperar nas atividades cotidianas. O que ela não pode é ser explorada. Nós estamos aqui representando o país todo, mas o contato que a gente tem com isso é direto lá no município. A gente convive direto com esse problema porque, em geral, a sociedade vê a criança e o adolescente como uma mão-de-obra barata. Eu gostaria de fazer um apelo aqui a todas as autoridades e a vocês mesmos que, daqui a pouco, estarão ajudando a formular políticas públicas de atendimento também nessa área. Que a gente faça realmente tudo com coração! Vamos tentar mudar essa história, vamos tentar conscientizar. Eu faço um apelo aqui ao Governo, aos gestores dessa área de assistência social, do trabalho infantil, da violência sexual. Vamos realmente vestir a camisa, vamos lutar por isso, porque é preciso a gente atender as nossas crianças e adolescentes. Se a criança não é bem atendida hoje, se ela está sendo abusada por meio do trabalho, por meio da violência sexual, amanhã ela vai ser um adulto frustrado que vai estar aumentando massas de desempregados, de desfavorecidos. Eu gosto sempre de falar uma coisa: nós, crianças e adolescentes, não somos o país de amanhã; nós somos o país de hoje; nós temos que ajudar a construir o país de hoje, para que amanhã nós possamos ter uma vida digna, que é direito nosso.

Eu gostaria de também deixar uma mensagem aos comerciantes, aos industriais, aos empregadores que exploram adolescentes. A lei nos garante direitos, e se é lei, tem que ser cumprida, gente. A gente tem que acabar com a exploração de criança e adolescente. Eu acho que a criança tem que ser protegida quando ela está na idade de ser protegida. Se ela é explorada, quando chega na idade de trabalhar, ela já está totalmente saturada e, muitas vezes, não tem condições de achar um trabalho digno, porque, como passou a sua vida trabalhando, essa criança não recebeu a formação escolar adequada. É assim que se vai acumulando uma série de problemas causados na infância por irresponsabilidade dos adultos que são responsáveis pela proteção da criança e do adolescente. Então, eu faço um apelo para que todo esse quadro seja mudado a partir de hoje.

Daqui a pouco, vão começar os trabalhos das “Plenarinhas” para discutirmos esses temas que estão aí. Vamos colaborar, vamos fazer tudo com o coração, para que na próxima VI Conferência, a gente não esteja avaliando dificuldades, mas sim comemorando os avanços que houver a partir de hoje. Muito obrigado.

Projeto. Depois, define-se o papel de cada um dos Ministérios - Assistência Social, Saúde, Educação, Ministério do Trabalho e Emprego, Turismo. A Usaid e a OIT são os nossos parceiros.

Esse Termo de Cooperação Técnica estabelece também como será a operacionalização dos recursos financeiros necessários para a implementação de tudo isso. Então, é isso que vamos assinar nesse momento, antes da instalação da Mesa IV. Eu queria também dizer que nós não podemos começar este dia de trabalho sem lembrar que hoje é o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. Esse é o objetivo de todos nós.

Então, vou passar a palavra para os demais companheiros da Mesa e, depois, nós vamos fazer a assinatura desse Termo de Cooperação. Obrigado. Bom dia a todos.

.....

JACQUES WAGNER

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Bom dia a todos e a todas. Eu queria cumprimentar a todos os presentes nesta V Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente; queria cumprimentar todos os amigos e amigas à Mesa; cumprimentar todas as mulheres, cumprimentando a Ministra Benedita; todos os homens, cumprimentando o Nilmário; e todos os jovens, cumprimentando o Rodrigo e o Adriano.

Minha fala é mais uma saudação a todos vocês. Vocês sabem que às vezes o Ministro faz a representação, mas é a equipe que trabalha muito, portanto, eu quero aqui saudar as equipes de todos os Ministérios, inclusive do Ministério do Trabalho, aqui representada pela Margarida. Eu só queria trazer a seguinte mensagem para vocês.

Eu acho que já ficou claro, na abertura desta V Conferência, pelas palavras do Presidente Lula, e, agora, pelas palavras do Nilmário, de qual é o grau de compromisso do Presidente e do seu Governo com a nossa infância e adolescência num sentido mais amplo - seja desse do combate da exploração sexual, da oferta de uma educação de qualidade, da oferta da primeira oportunidade de emprego no momento adequado. Portanto, eu acho que é importante que vocês levem essa mensagem desta V Conferência.

Eu não quero fazer comparações, mas este é um Governo que tem um compromisso muito claro com a infância, com a adolescência, com a juventude brasileira. O segundo ponto que eu queria ressaltar é que eu acho que a nossa luta do dia-a-dia é o combate a todas essas mazelas relacionadas com a infância e adolescência, e

Portanto, nós estamos querendo dar essa contribuição.

Vejam como existem contradições. Nós estamos aqui querendo erradicar a exploração sexual e o trabalho das crianças e, por outro lado, a partir dos dezesseis anos, estamos brigando para poder oferecer a primeira oportunidade de emprego aos jovens do nosso país, porque a inclusão se dá pela educação, pela formação profissional e pela oportunidade de trabalho.

Eu quero concluir, deixando um forte abraço a todos, em nome do Ministério do Trabalho, e encerrar falando a frase que está no nosso “button”, que foi uma criação da nossa equipe: “Brincar e aprender; trabalhar só quando crescer”. Um abraço a todos vocês.

.....

MARGARIDA MUNGUBA

Representante do Ministério do Trabalho e Emprego

Como o nosso tempo está bem reduzido, eu vou restringir a minha fala a fazer uma apresentação dos dados estatísticos, que acho que são importantes para os senhores, em relação à profissionalização.

Como o Ministro já colocou, a questão do emprego para a faixa de dezesseis a vinte e quatro anos e a profissionalização para a faixa de quatorze a dezoito anos é extremamente importante. O Ministério do Trabalho já está engajado, há muito tempo, no combate ao trabalho infantil e à proteção ao trabalhador adolescente, desde o processo constituinte. Naquela época, o Ministério do Trabalho integrou a Comissão “Criança e Constituinte” e, junto com outros órgãos do Governo e da sociedade civil, fizemos a síntese, com argumentos e justificativas do que deveria ser incluído na Constituição com relação à idade mínima, à proteção especial, à proibição do trabalho noturno, à insalubridade, à garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários para o adolescente com idade de início ao trabalho.

Ao longo dos anos 90 foi feito todo um esforço e todo um empreendimento institucional de qualificação do seu corpo de Auditores Fiscais do Trabalho, dando tônica na prioridade nas ações destinadas à criança e ao adolescente e ao afastamento da criança do trabalho infantil, desenvolvendo ações para assegurar à criança o seu direito de não trabalhar. Além disso, essas ações visam também garantir a proteção especial dos adolescentes que podem trabalhar, bem como o direito à profissionalização daqueles em idade de aprendizagem. Esse trabalho vem sendo desenvolvido já há alguns anos e resultou na formação dos Grupos Especiais de

um trabalho que está sendo desenvolvido por crianças na faixa etária abaixo da permitida pela lei, ou seja, até quinze anos e onze meses. Em relação ao adolescente trabalhador, isto é, aquele que pode trabalhar, foram computados cerca de 44 mil adolescentes que trabalham sem registro, sem carteira assinada, às vezes em horário noturno, em atividade insalubre, em atividade perigosa, ou em locais moralmente inadequados ao seu processo de formação e desenvolvimento.

Eu acho que o trabalho dos aprendizes, que são os adolescentes na faixa de quatorze a dezoito anos, é extremamente positivo. A partir de 2001, houve um incremento muito grande na inserção do aprendiz no mercado de trabalho. Até outubro deste ano, nós conseguimos a inserção de 41.445 aprendizes no mercado de trabalho. Isso é extremamente positivo, porque está sendo muito difícil implementar a Lei 10.097, no sentido de as empresas incorporarem esses aprendizes. Os setores em que mais encontramos crianças e adolescentes trabalhando são a indústria, depois o comércio e, por último, o setor de serviços. Nós visitamos dezesseis mil empresas, principalmente no comércio. Por quê? Porque o comércio é menor, então, você pega mais estabelecimentos; a indústria é maior, mas ela emprega um volume maior de pessoas.

E nós temos ação também no setor informal, ou seja, os meninos que a gente encontra pela rua, nas feiras, na porta de supermercados. Esse trabalho é difícil, porque nós não temos como responsabilizar quem explora essas crianças. Geralmente, a fiscalização encaminha essas crianças para programas sociais, como o PETI, para os Conselhos Tutelares, para o Bolsa Escola, enfim, para os programas de transferência de renda existentes no município. Com isso, nós abrangemos 8.746 crianças. Aquelas outras ações estão relacionadas a algum ato de infração, a alguma responsabilização de quem violou algum direito da criança e do adolescente. Aqui nós temos um recorte que eu acho fundamental. O IBGE divulga as informações na faixa etária de cinco a quatorze. Nós reprocessamos esses dados e colocamos de cinco a quinze, com recorte de cinco a nove e de dez a quinze. Por que isso? Porque até quinze anos e onze meses, ele não pode trabalhar porque é proibido por lei. Então, nós precisamos saber quem é esse público, quantos são e onde estão. Eu tenho algumas informações sobre isso. Por exemplo, na faixa etária de cinco a quinze, nós temos 2.987.455 crianças e adolescentes trabalhando. O que nos assusta é que, na faixa de cinco a nove, nós temos 280.228 crianças trabalhando. Mas o interessante para nós é sabermos que, na faixa etária de cinco a quinze, que abrange uma população de 36 milhões de crianças e adolescentes, 8,22% das crianças e adolescentes nessa faixa etária estão trabalhando.

E onde estão esses adolescentes trabalhando? Quanto menor a idade, predomina o trabalho na área rural. Os menores estão na área rural. Na faixa de dez a quinze predomina o trabalho urbano. Vocês podem ver que este fenômeno aconteceu este ano, porque, anteriormente, na faixa de cinco a quinze, havia uma equipa-

Aqui é só para mostrar que as atividades predominantes são a atividade agrícola, depois o comércio, a indústria, os serviços domésticos; e esse percentual vai diminuindo. Então, nossas crianças e adolescentes estão predominantemente desenvolvendo atividades agrícolas. Se fizermos um recorte por estado, na faixa etária de cinco a nove anos, verificamos que o trabalho infantil predomina no Piauí (5,47%), em Pernambuco (4,69%), na Paraíba, no Acre e no Rio Grande do Sul. Aqui na faixa de dez a quinze anos, o Piauí volta a predominar, e 22% das crianças e adolescentes nessa faixa etária estão trabalhando. No Maranhão, esse percentual atinge 21%. E no Ceará, Pernambuco, Tocantins e Paraíba, esse percentual é de 20%. Depois, vem o Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Alagoas com 17%. Esse é mais ou menos o “ranking”.

Agora já estão dizendo que meu tempo acabou. Não deu para falar das ações, mas no debate eu esclareço. Eu vou apenas mencionar a questão da aprendizagem. Por que foi alterada a aprendizagem? Até 16 de dezembro de 1998, era permitido o trabalho a partir dos quatorze anos. Pela PEC nº 20, de 1998, a idade mínima foi alterada para dezesseis anos. O que aconteceu? A gente não pode ignorar a realidade brasileira. Naquela época, havia cerca de 2,5 milhões de adolescentes, com a idade de quatorze a dezesseis anos, que estavam inseridos no mercado de trabalho e que teriam que ser afastados porque não tinham a idade legal permitida. Por outro lado, vários programas sociais faziam a inserção desses adolescentes no mercado de trabalho e, a partir de dezembro de 98, eles ficaram na ilegalidade. Ou seja, eles estavam inseridos no mercado de trabalho por intermédio de programas sociais, mas tinham idade abaixo da permitida. Então, foi feito todo um re-estudo para incrementar a aprendizagem pela Lei 10.097. O que ela trouxe de novo? A própria expedição da Lei retornou para a sociedade o discurso da questão da aprendizagem que estava adormecido. O Ministério do Trabalho constituiu um Grupo de Trabalho com o Ministério da Educação e da Previdência e Assistência Social e reformulou a legislação de aprendizagem, que era constituída por uma série de leis esparsas.

Então, tudo isso foi reformulado. Foi criado o salário mínimo/hora, aceitando a inserção do adolescente no mercado de trabalho por intermédio de uma entidade sem fins lucrativos. Até então, isso só poderia ser feito pelo sistema “S”. Houve a alteração da regulamentação e passou a ser obrigatório para todos os estabelecimentos - até então, era só para a indústria e para o comércio - a contratação de um percentual de 5% a 15% dos seus trabalhadores como aprendizes. Nesse sentido, a nossa grande conquista foi o fato de o Senac passar a ser responsável pela aprendizagem dos adolescentes, desenvolvendo todo esse trabalho de profissionalização. Não basta a fiscalização, impor multa e sanção, exigir que a empresa faça isso; há todo um trabalho a ser desenvolvido, porque o cunho da aprendizagem é muito mais de inclusão social.

quaisquer que sejam, deverão ter necessariamente dois grandes recortes para que possamos incluir, com responsabilidade, uma política pública não apenas de integração, mas de emancipação. Todas as políticas públicas devem, necessariamente, ter dois grandes recortes: gênero e etnia. É importante, dentro de gênero e etnia, poder compreender o papel da mulher nas políticas públicas e poder compreender também o papel dos excluídos na questão étnica e, dentro da sociedade brasileira, o papel dos negros e indígenas.

Estou fazendo essa intervenção porque hoje é o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. Como profissional da área de assistência social, tenho participado de vários debates. Eu comentava aqui com o Ministro Nilmário que hoje nós ainda estamos em dúvida em relação a essa denominação de “pessoas portadoras de deficiência” ou “pessoas portadoras de necessidades especiais”. Não importa qual seja a terminologia, o importante é que fique transparente neste determinante que a política de inclusão deverá ver o ser humano como um todo, no seu gênero, na sua etnia, nas suas limitações, nas suas necessidades e naquilo que ele coloca para ele como grande desafio.

Então, quais são os desafios colocados para os seres humanos? Como construir a paz, onde há fome, onde há miséria, onde há exclusão por vários matizes? Seja de gênero, de etnia, de idade, das pessoas portadoras de necessidades especiais ou pessoas portadoras de deficiência, sejam as diferenças regionais. Como, então, construir verdadeiramente a paz?

Eu quero apenas colocar que o Presidente deu um grande passo na construção desse Ministério de Assistência Social, somado ao esforço que fez em potencializar verdadeiramente as políticas na área de direitos humanos, e dando ao nosso Ministro Nilmário a coordenação nos processos dos Conselhos, que são instrumentos fundamentais que precisam ser potencializados para formulação das políticas de inclusão e a política que constrói a paz. Os Conselhos são importantíssimos, são determinantes fundamentais. No que diz respeito às questões de assistência social, nessa área de política social, temos uma herança, sobre a qual não podemos deixar de refletir nesta V Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente. A herança que nós recebemos é que no orçamento não existiam recursos para a continuidade de ações que são fundamentais para a implantação dos programas de proteção dos direitos da criança e do adolescente, como é o caso do Projeto Sentinela, do PETI e de tantas outras ações. Este Governo determinou que não poderíamos parar de forma alguma, porque já encontramos uma herança em atrasos de pagamentos desses Programas. Nós fomos ajustando isso com uma suplementação orçamentária e, portanto, é bom deixar claro que não há, por parte deste Governo, atraso nos Programas, uma vez que não havia recursos desde dezembro passado. O que nós estamos fazendo é um ajuste desses Programas, de acordo com os novos paradigmas na área

demandas e ter, na sociedade civil e nas organizações constituídas, esse reforço para o grande debate, esse grande fórum, essa grande mobilização, cujo objetivo será um sistema único de assistência social.

Para concluir, eu queria dizer que, particularmente como uma cristã, aprendi muito cedo a seguinte lição: “ensina o menino e a menina o caminho que ele deve andar, para quando ele crescer jamais se desviar dele”. E essa tem sido uma das nossas grandes dificuldades. Quando leio essa frase é porque essa é uma coisa milenar. Por que nós não podemos entender isso, crentes ou não, cristãos ou não, apenas lendo essa frase e vendo o que isso significa nas nossas políticas públicas nos dias de hoje? Esse deve ser um compromisso da idade zero até a terceira idade. É esse compromisso, é esse chamamento, que todos nós temos para colocar nessa nossa Conferência.

Este Governo tem total responsabilidade no cumprimento das leis que nós acompanhamos como militantes da causa social da juventude, desde a criação do ECA, do compromisso de termos um Conanda fortalecido, comprometido, e de fazer com que os demais instrumentos que a sociedade cria no seu avanço possam somar também a essa iniciativa já colocada por esses movimentos. E eu digo isso, porque sempre fui uma militante dessa causa. Eu quero também dizer que temos outros compromissos, dentro da área do Ministério de Assistência Social, que é preciso dialogar com vocês, para que vocês nos possam respaldar. É necessário que o Congresso Nacional possa ter um olhar voltado para o nosso orçamento e, por isso, eu aproveito a oportunidade que o Nilmário dá nessa Conferência para poder também dizer a vocês que nós estamos unidos e que precisamos juntos batalhar para esse interesse. Para implantarmos as políticas necessárias e cumprirmos os compromissos assumidos, tem que realmente haver uma alocação de recursos para podermos instrumentalizar aquilo que nós projetamos como sendo importante. Muito obrigada. Deus nos abençoe. Um abraço a todos vocês.

.....

BYRON PRESTES COSTA

Ministério da Justiça

Eu queria pedir desculpas pela ausência do Ministro Márcio Thomas Bastos. Ele gostaria muito de estar aqui presente, mas compromissos outros o afastaram da Capital Federal. Da mesma sorte, a nossa Secretária Nacional de Justiça também se ausentou de Brasília. Eu trago os cumprimentos deles para todos vocês e reitero a certeza de que esta V Conferência tem enorme significação para o Ministério da Justiça. É conveniente lembrar que, até o ano passado, os trabalhos de direitos humanos eram confiados ao Ministério da Justiça como um todo. A importância que este Go-

operações, pela Polícia Federal dos diversos estados, no combate à atividade delituosa, especialmente nas fronteiras do norte do país. Foi formada uma Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência, com a participação de 24 órgãos do poder público, além de representações internacionais e organizações da sociedade civil, bem como das associações de juízes e magistrados. São ações de repressão ao crime. Um dos nossos propósitos é identificarmos, por meio de um diagnóstico e cadastro, a ação como crime organizado. Em sendo crime organizado, necessariamente teremos que acionar todo nosso potencial repressivo da Polícia Federal.

A análise da situação está sendo feita com a participação de todos os Ministérios - Ministério do Trabalho, Ministério da Justiça, Conanda - Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, e assim por diante. Todos nós estamos envolvidos nas ações de repressão ao crime organizado. Na questão da defesa e responsabilização, estamos atuando da mesma forma com a articulação do Ministério da Justiça com todos os Ministérios envolvidos na matéria.

Na nossa ação de repressão à violência sexual, esses são os dezenove municípios referenciais nos estudos feitos pela Comissão Intersetorial. Aqui nós temos um estudo sobre a estrutura legal que se faz necessária nesta área da criança e do adolescente. Esses são os projetos de lei em andamento, que pretendem, inclusive, alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nós também firmamos um Protocolo de Cooperação entre o Governo Federal do Brasil e a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional - Usaid, abrangendo municípios como Manaus, Rio Branco, Corumbá, São Paulo, Feira de Santana e Campina Grande, visando o desenvolvimento de ações de prevenção voltadas à criança e ao adolescente.

Na área de segurança pública, esses são os municípios em que hoje nós já temos programas de assistência e formação de polícias mirins e polícias comunitárias. Os estados que apresentaram projetos foram: Mato Grosso, Amapá, Sergipe e Ceará. O Fundo Nacional de Segurança Pública tem uma dotação este ano de 392 milhões, e já estamos com uma disponibilidade para 275 milhões. Já fizemos o empenho para os estados receberem, a partir deste mês, 193 milhões. Aqui nós temos um detalhamento dos recursos já transferidos no período 2002/2003. E essa é a previsão, por ordem alfabética, do nosso repasse para a segurança pública.

Bem, senhores, eu encerro aqui dizendo que o ideal seria que tivéssemos a criança protegida com barreiras totais em torno dela. Isto é absoluta utopia. As nossas polícias, lastimavelmente, ainda não estão preparadas para o trato com a criança e o adolescente. Lastimavelmente isso não existe. Esse é um processo muito lento, mas é uma meta que nós temos que atingir e temos a certeza de que os trabalhos desenvolvidos pelo Ministério da Saúde, pelo Ministério da Assistência Social, pela Secretaria

crianças e adolescentes para fins de exploração sexual. Eu vou falar um pouco da nossa concepção do que seria essa construção de políticas públicas; e um pouco do que nós estamos realizando na Secretaria Especial de Direitos Humanos na construção continuada e permanente com os nossos companheiros de Governo, com a sociedade civil, com os organismos internacionais. Vou tentar pontuar, passo a passo, o que é este Programa de Ações Referenciais Integradas entre os diversos Ministérios. Hoje, já estiveram aqui três Ministros que assinaram um Termo de Cooperação. Quero falar um pouco sobre isso.

Para nós, a exploração sexual tem um enorme componente de violência; ela em si é uma violência. Onde está a semente desta violência? Ela está contextualizada pela situação de pobreza e desigualdade. Grande número de crianças e adolescentes e suas famílias vivem na situação de marginalidade e de isolamento social, o que leva a um esgarçamento dos laços familiares necessários para a socialização e para o desenvolvimento pleno desta criança e deste adolescente. Muitas vezes, a criança está fora da escola ou mal inserida na escola; está fora do esporte ou do lazer, da própria criação cultural, dos espaços urbanos; não frequenta todas as atividades, ou não tem onde viver a sua criatividade, a sua relação com a cidade, cinemas, teatros. Deste modo, muitas vezes, as crianças e os adolescentes estão fora da família e fora da vida como nós concebemos que tem que ter numa cidade, com o convívio pleno de todos os cidadãos. Essas crianças em situação de precariedade se tornam presa fácil. Primeiro, elas são abusadas em casa e se envolvem na rede de exploração e de crimes praticados contra elas - principalmente as formas mais degradantes do trabalho que se exige dessas crianças: a exploração sexual.

Como romper o ciclo vicioso que se estabelece nas camadas mais pobres da nossa sociedade? É o desafio do Brasil, é o desafio deste Governo, é o desafio de todos nós, é o desafio desta Conferência, que certamente vai lançar luzes para aprofundamento dessas questões. “Todo artista tem que estar onde o povo está”. Não é isso que falam? Então, o Governo tem que estar nesse diálogo constante, nessa construção. Nós temos que estar nos vazios da cidade, no lugar onde a violência se estabelece, no lugar onde as ações muitas vezes de governo estão fora. Nós estamos correndo, tentando cobrir esta falta e esta anomalia social.

Recentemente, nós recebemos uma visita de um relator da ONU que veio exatamente ver qual era a situação da exploração sexual no Brasil e, principalmente, o que o Brasil estava fazendo para resolver essa questão. No final da sua visita, ele deu uma Conferência de Imprensa no Itamaraty, no Rio de Janeiro, e ressaltou alguns pontos que eu vou trazer para vocês. Então, ele disse: “Gostaria de ressaltar um fator positivo que existe na sociedade brasileira. Há uma gigantesca mobilização da sociedade civil brasileira reclamando por políticas públicas que garantam os direitos das crianças, dos adolescentes e das mulheres. Tais políticas já ultrapassaram

definirmos todo este conjunto, nós estaríamos de certa forma fazendo um desenho conceitual e orientador da nossa ação.

O terceiro pilar dessas políticas seria uma noção bem nítida do conjunto de pressupostos de uma política pública, ou seja, a universalização do atendimento, a participação popular construindo uma sociedade democrática cada vez mais participativa, uma abordagem integrada e intersetorial. É isso que estamos buscando neste Governo: uma política descentralizada no sentido político-administrativo, respeitando a diversidade e a pluralidade das nossas diferenças regionais. No caso da criança e do adolescente, essa política deverá resultar numa verdadeira política de proteção e defesa dos seus direitos.

Tal política tem como pressuposto também a responsabilidade compartilhada - sociedade civil, Governo, família, juntos, para que juntos possamos dialogar. Há ainda um outro princípio, que seria a valorização dos recursos humanos, ou seja, a capacitação de todos nós para que possamos realizar essa política de forma adequada.

O quarto pilar é a metodologia. Como fazer? E o quinto seria dialogar com as experiências inovadoras, com tudo já realizado, para que a gente possa construir essa grande rede de proteção antes de assumir. Dialogando com essas experiências, teríamos o perfil do cenário que estrutura e orienta nossas políticas sem perder nossa utopia, nosso sonho, que é garantir um país justo para todos.

É dentro desses cinco grandes eixos que a Secretaria Especial dos Direitos Humanos tem trabalhado na área de enfrentamento à violência, abuso e exploração sexual. Então, vou citar grandes ações que nós já realizamos, ou estamos realizando. Uma, é este Programa de Ação Integrada Referencial. Nesse sentido, é simbólico os três Ministros estarem assinando esse Termo de Compromisso aqui hoje. E mais sete Ministros estarão assinando durante esta Conferência. Não é só um ato simbólico; seria um ato de compromisso. Este Termo de Cooperação é uma ação conjunta dos vários Ministérios, em que cada um comparece com sua ação - a sociedade civil; a Usaid, que é a nossa grande parceira neste programa; a OIT, que entra agora também.

Uma outra ação do Ministério foi o lançamento do Guia Escolar junto com o MEC e que está sendo atualmente analisado com um conjunto de professores num projeto-piloto na PUC do Mato Grosso do Sul - como é que os professores poderão capacitar-se para a leitura na sala de aula dos sinais que indicam que uma criança está sendo violentada? Uma outra ação seria, junto com o Ministério da Saúde e com o Ministério do Turismo, a reimplantação do Disque Denúncia sobre Abuso e Exploração Sexual. Bom, há um conjunto de outras ações, mas depois eu gostaria que a gente tivesse a oportunidade de falar um pouco sobre o Programa de Ações Integradas Referenciais aqui mencionado pelo Ministro. Obrigada.

Assinatura de Decretos e Protocolos

5

- **Termo de Parceria entre a Secretaria Especial de Direitos Humanos e o Ministério do Esporte**

O Termo de Parceria que será assinado traz o seguinte texto:

“Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Ministério do Esporte, tendo por objetivo promover intercâmbio governamental de programas de educação e prática desportiva para adolescentes em cumprimento de medida de privação de liberdade”.

Assinam o Termo o Ministro Agnelo Santos Queiroz Filho e o Senhor Mário Mamede, Secretário Adjunto da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

- **Acordo de Cooperação Técnica**

Hoje, nós estamos aqui assinando esse Acordo de Cooperação Técnica, cujo nome já resolve tudo:

“Acordo de Cooperação Técnica para a Implementação e Execução de Programas e Ações Integradas Referenciais de Combate à Exploração Sexual, Comercial e Tráfico de Crianças e Adolescentes”.

Esse Programa envolve sete Ministérios e a Usaid. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos define qual a competência e quais as atribuições nesse Projeto. Depois, define-se o papel de cada um dos Ministérios - Assistência Social, Saúde, Educação, Ministério do Trabalho e Emprego, Turismo. A Usaid e a OIT são os nossos parceiros.

Esse Acordo de Cooperação Técnica estabelece, também, como será a operacionalização dos recursos financeiros necessários para a implementação.

Ato Público

6

Composição da Mesa: o Senhor José Fernando da Silva, Vice-Presidente do Conanda; o Excelentíssimo Senhor João Paulo Cunha, Deputado Federal e Presidente da Câmara dos Deputados; o Senhor Mário Mamede, Secretário Adjunto da Secretaria Especial de Direitos Humanos; a Excelentíssima Senhora Patrícia Saboya, Senadora da República e Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre as Redes de Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; a Excelentíssima Senhora Maria do Rosário, Deputada Federal, representante da Frente Parlamentar e Relatora da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito sobre Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; a jovem Meire Vânia Ferreira, representante do estado do Tocantins; o jovem Juliano Ernandez Machado, representante do estado do Mato Grosso, ambos representando os adolescentes nesta V Conferência sobre os Direitos Humanos das Crianças e dos Adolescentes.

MEIRE VÂNIA FERREIRA ARAÚJO

Delegação do Tocantins

Bom dia. Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus por todos nós que estamos aqui presentes nessa V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Quero agradecer à Senadora Patrícia e a todos que fazem parte aqui da Mesa.

Eu estou aqui hoje com uma moção que expressa a vontade de todos os que estão reunidos aqui nessa Conferência: da não redução da maioridade penal. Nós, adolescentes, não precisamos de cadeia; nós precisamos de saúde, educação, esporte, cultura e lazer; nós precisamos viver em comunidade livres, e não na cadeia. Nós queremos a redução, não da idade penal, mas sim do tráfico, da violência sexual, da corrupção; nós queremos que os nossos direitos sejam garantidos. Uma sociedade de paz não se constrói sem dar oportunidade à criança e ao adolescente. Queremos que o compromisso da Senadora Patrícia seja o da garantia dos nossos direitos, da não-redução da maioridade penal e da não-alteração do tempo de internação. Vou ler a moção:

Moção de repúdio à redução da idade penal do Direito Penal Juvenil e à alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente

Os membros da V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que teve como tema o “Pacto pela Paz, uma Construção Possível”, realizada em Brasília, no Distrito Federal, entre os dias 1º e 5 de dezembro de 2003, vêm alertar a sociedade brasileira sobre os riscos de retrocesso da legislação, da garantia ao direito da criança e do

Nacional a aprovar emendas orçamentárias com aporte de recursos suficientes à implementação de políticas e programas que assegurem a efetivação do Pacto pela Paz.

Gostaria de dizer ao Presidente da Câmara dos Deputados que é muito fácil nós julgarmos que devemos aumentar a redução da idade penal, mas o ECA diz que nós devemos trabalhar com a criança e com o adolescente com medidas socioeducativas. Entretanto, para isso, precisamos de garantias de recursos. Sem recursos, nós não podemos trabalhar medidas socioeducativas. Nós precisamos da aprovação de uma lei que nos dê suporte para que possamos cobrar esses recursos. Se nós não investirmos na criança e no adolescente com medidas socioeducativas, estaremos sendo contra o Estatuto da Criança e do Adolescente. Não podemos deixar isso acontecer. Estarei passando uma cópia da nossa moção para a Deputada Maria do Rosário. Obrigado.

.....

MÁRIO MAMEDE

Secretário Adjunto da Secretaria Especial de Direitos Humanos

Bom dia a todos e a todas que compõem este plenário na V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Na pessoa do meu amigo Presidente da Câmara Federal, Deputado João Paulo Cunha, quero cumprimentar também a todos e a todas que compõem esta Mesa.

Ontem, nós debatemos um pouco algumas questões que nos preocupam e também nos colocamos diante dos desafios enormes nas próximas lutas, nas próximas batalhas, nessa caminhada em busca da dignidade da criança e do adolescente brasileiro. Eu estava aqui lembrando agora, diante de toda essa polêmica em torno da redução da maioria penal, que lá no meu Ceará - tão bem representado no Senado Federal pela Senadora Patrícia, e também nesta Conferência, pelos seus compromissos com a criança e com o adolescente - em muitos debates, as pessoas que eram contra o Estatuto começavam com palavras agressivas, duras, argumentando que o Estatuto era uma lei de “Primeiro Mundo”, que não cabia no Brasil; que nós tínhamos problemas a enfrentar e a lei era totalmente incoerente, porque só gerava direitos e não apresentava obrigações e deveres para os adolescentes. Quando isso acontecia, eu ficava aguardando, deixava que a pessoa extravasasse sua raiva, sua fúria, sua crítica ao Estatuto e, depois, eu perguntava de maneira muito tranquila: “Meu companheiro, você já leu o Estatuto? Você já leu alguma vez? Você que critica de maneira tão dura já teve o cuidado de ler para dizer o porquê das suas críticas, para fundamentá-las?”. E a pessoa ficava com a cara abobalhada. Feita essa primeira pergunta, eu ainda perguntava: “Por favor, aponte-me no Estatuto da Cri-

de Oliveira e a Deputada Sandra Rosado, e o nosso Deputado Zezeu Ribeiro, bom baiano, presentes aqui. Quero saudar, também, o nosso companheiro Mário Mamede que representa o Ministro Nilmário Miranda, Presidente do Conanda, e o nosso companheiro José Fernando Silva, que representa a sociedade civil. E saudar, também, o Juliano e a Meire, que tão bem representam os adolescentes nesta V Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Nós vamos ter uma sessão agora em homenagem aos advogados criminalistas que lutaram contra a Ditadura Militar na década de 60 e 70, e eu acho que é importante estar presente na abertura. É exatamente por isso que estou pedindo autorização a vocês para usar a palavra agora. Eu queria emitir aqui a minha opinião sobre meia dúzia de temas para que, ao final, vocês possam fazer um julgamento conhecendo um pouco a opinião das pessoas. Primeiro, que eu tenho uma clareza muito grande de que as pontas mais vulneráveis da nossa sociedade - os nossos idosos, as pessoas que chegaram na terceira idade, e as nossas crianças e nossos adolescentes - nos últimos anos e nas últimas décadas, têm sido os mais penalizados com o tipo de política que nós temos vivido. Esta vulnerabilidade não é uma obra de Deus. Ela é fruto das políticas aplicadas no nosso país, que levaram as nossas famílias a se desestruturarem e que levaram as pontas mais vulneráveis a sofrer as consequências deste tipo de política. Durante anos, nós temos presenciado no Brasil uma concentração de renda brutal, uma concentração de saber e uma concentração de poder. Na história da República do Brasil, nesses cento e poucos anos, é a primeira vez que, por meio de um processo democrático, nós podemos presenciar uma mudança radical na estrutura do poder, ou seja, não é somente a eleição de um Presidente oriundo do meio do povo, não; é uma mudança de classe social na condução do Estado brasileiro, é uma mudança que traz, junto com isso, uma nova cultura de administrar o nosso país.

É por isso que nós não podemos desconhecer o momento que estamos vivendo. Se isso é verdade, vale a pena a gente refletir, porque, durante todos esses anos, nós tivemos alguns setores da sociedade que foram mais penalizados. Se nós quisermos prolongar um pouco mais a origem das injustiças no Brasil, nós vamos ver que os brancos da sociedade brasileira têm o dever de reparar anos de escravidão no nosso país, que impediu os negros de ascenderem aos postos importantes e de conseguirem efetivamente ter a sua posição na sociedade brasileira. Isso vale para tudo - vale para a Câmara dos Deputados, vale para o Congresso Nacional, vale para o nosso Governo, vale para as Forças Armadas, vale para o clero, vale para tudo. Os negros efetivamente estão fora e nós precisamos recuperar isso.

O nosso trabalho é um trabalho múltiplo, que envolve uma mudança também na área econômica. Se vocês repararem bem, as comemorações deste dezembro são substancialmente diferentes das comemorações de dezembro do ano passado.

Agora, tem gente que acha que tendo a sua idéia é o que importa. Ele morre com sua idéia, convencido de que ela é boa para ele. Talvez ele morra com a consciência tranqüila. Eu penso diferente. Eu penso que daquilo que eu penso, daquilo que eu acho, daquilo que eu estou convencido, eu preciso multiplicar. E para multiplicar, eu preciso ter abertura para ouvir e para convencer as pessoas. É assim que a gente faz as mudanças. Aliás, quem trabalha com criança, quem trabalha com adolescente sabe que uma das virtudes é saber ouvir, muito mais do que falar.

Eu fui da Pastoral da Juventude, dei catecismo, dei crisma, trabalhei com a Pastoral Operária, com jovens operários. Eu sei como se faz isso. Conheço muito bem como se faz esse trabalho, como se mexe com jovens, como se cuida das crianças. Modéstia à parte, eu sei um pouquinho. Então, a importância de você ouvir é muito grande. E é muito importante convenceremos as outras pessoas de que esta tese é uma tese equivocada. Outro dia, um Deputado me dizia: “Mas, Presidente, os ladrões adultos, os bandidos adultos, eles carregam uma criança de dezesseis, dezessete anos, para depois botar a culpa neles”. E eu respondi: “Meu Deputado, se você baixar a maioridade penal, o que o bandido vai fazer? Ele vai carregar uma criança de quatorze ou quinze anos. Se você baixar a maioridade penal para quatorze anos, ele vai carregar uma de treze. Então, essa não é a saída”.

Eu fiquei contente quando ouvi aqui algumas pessoas falando da questão orçamentária, porque esse é o centro do problema. O Estatuto da Criança e do Adolescente precisa ser bem aplicado. Nós precisamos é cobrar sua aplicação efetiva; mostrar que no próprio Estatuto já há a pena da privação da liberdade; mostrar que no próprio Estatuto você precisa dar condições objetivas para que as medidas socioeducativas sejam medidas que proporcionem a reintegração do jovem na sua família, na sua comunidade. É disso que nós precisamos.

Vocês fizeram muito bem em convidar o Presidente da República para vir fazer a abertura, em trazer o Ministro Nilmário Miranda para dizer que o Governo precisa criar as condições para que o Estatuto seja aplicado de forma efetiva. É isso. Então, as minhas palavras aqui são palavras no sentido de que a gente precisa ter esperança, animá-los para essa batalha na sociedade brasileira. É uma sociedade cruel, uma sociedade que abandona os nossos jovens, que abandona os nossos adolescentes, que os joga no crime, na prostituição, no trabalho escravo. É essa situação que a gente precisa reverter. Essa situação é uma situação criada há muitos anos e nós precisamos assumir, cada um, a responsabilidade de ajudar a alterá-la.

Nessa Mesa, aqui, encontra-se o que há de melhor na Câmara dos Deputados - a Deputada Maria do Rosário; a Deputada Telma de Oliveira, do Mato Grosso; o Deputado Zezeu Ribeiro; a Deputada Sandra Rosado. E também a nossa Senadora Patrícia Saboya. Então, vocês têm todas as condições para, a partir da

Eu queria dizer, em especial, que o Presidente João Paulo, ao estabelecer um diálogo com os delegados desta V Conferência Nacional e ao concluir o seu pronunciamento com a palavra “esperança”, renova, em cada um de nós, um compromisso que havia assumido com a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente: de que, no seu mandato como Presidente da Casa, o tema da redução da maioria penal não seria votado. Essa esperança na palavra de homens públicos, do compromisso que aqui está renovado, é absolutamente importante para o momento em que vivemos no Brasil. É importante porque o trabalho da nossa Frente Parlamentar é um trabalho de convencimento, um trabalho de caráter plural, porque tratamos no âmbito de todos os partidos que têm assento na Casa, respeitando diferentes posições, culturas, origens, mas considerando a importância da posição de cada Parlamentar, precisamente para um diálogo que mude as posições que se apresentam frente à opinião pública neste tema. São posições que encontram soluções fáceis, pretensamente, para problemas tão complexos como aqueles que dizem respeito à violência urbana, à violência de um modo geral no Brasil.

Atuando com a Senadora Patrícia na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que busca apurar a violência e as redes de exploração sexual sobre crianças e adolescentes em todas as regiões brasileiras, deparamo-nos com crimes que ocorrem cotidianamente contra crianças e adolescentes e percebemos o caráter multifacético destes crimes - as circunstâncias vividas pelas crianças e adolescentes, o abandono social, a precarização das relações de vida. E precisamos, também, ver como os grandes temas da economia, os acordos, o tema da desvinculação das receitas da União, o tema do superávit primário, o tema dos acordos internacionais com o Banco Mundial, a renovação do acordo com o Fundo Monetário Internacional, como estes temas da macroeconomia acontecem na vida das pessoas, na periferia das grandes cidades e, especialmente, como eles são sentidos pelas crianças e pelos adolescentes brasileiros.

Como militantes da defesa de direitos da criança, nós estamos desafiados a discutir, sim, o orçamento público como aqui o Juliano fez a leitura de uma moção aprovada por todos os presentes nessa Conferência. Nós caminhamos com segurança neste novo modelo político e econômico que o Brasil inaugura para uma perspectiva de democracia, de estabilidade econômica. Mas nós ainda não fizemos a distribuição do pão que é plantado e produzido por todos os trabalhadores e trabalhadoras brasileiras, e é este o compromisso que, como autoridades desta nação, nós precisamos assumir. Um caráter novo, distributivo, inclusivo; não apenas compensatório em termos de políticas de assistência, ou sociais de um modo geral, mas políticas que estejam articuladas com a educação, saúde, assistência social, ou seja, temos que buscar políticas públicas que sejam de fato políticas de prevenção das circunstâncias da violência.

socioeducativa; estaremos estabelecendo uma desistência real sobre todas as crianças e adolescentes brasileiros; estaremos desistindo da perspectiva de que eles possam ser cidadãos com “C” maiúsculo; estaremos desistindo dos direitos assegurados e dos deveres plenamente cumpridos frente à sociedade em que nós vivemos. Quando dizemos isso, precisamos dizê-lo com o compromisso de quem olha para estes crimes, para estas circunstâncias absurdas que envolvem adolescentes, e precisamos olhar para o momento em que as vítimas desse processo também são adolescentes e também são jovens. Os jovens e adolescentes que são vítimas são uma responsabilidade nossa também. Aqueles que querem a redução da maioria penal que não nos coloquem contrários às famílias dos jovens que têm vítimas, porque nós nos importamos com eles, nós precisamos lutar para que os seus filhos não sejam vítimas desta violência também. Este tem que ser um diálogo aberto; um diálogo em que é preciso integrar todas as fontes; um diálogo em que precisamos trazer todas as pessoas para o seio da proteção da criança; um diálogo em que precisamos ouvir um pai que chora a morte dos seus filhos com o respeito que lhe é devido; um diálogo em que precisamos encarar os Parlamentares, ou autoridades de Estado que não cumprem o Estatuto, que não fazem a sua parte, que tentam aproveitar-se do sofrimento dessas famílias, para lhes dizer que não sejam oportunistas com o sofrimento e que cumpram sua parte. É isso que nós estamos fazendo no Congresso Nacional. Estamos promovendo um diálogo com abertura, atuando por todos os caminhos, especialmente confiando que esta V Conferência e o “Pacto pela Paz” nos orientem para, com energia renovada, convenceremos a maior parte dos Deputados, dos Senadores e Senadoras, a maior parte do Brasil, de que a solução para a violência é o cumprimento efetivo do ECA. Um bom trabalho. Muito obrigada. Contem com a Frente Parlamentar.

.....

Senadora PATRÍCIA SABOYA

Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Eu queria cumprimentar a todos aqui da Conferência, começando pelo Fernando, representante do Conanda; queria cumprimentar a Deputada Maria do Rosário, Coordenadora da Frente Parlamentar na Câmara dos Deputados e relatora da nossa CPI Mista que investiga as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no nosso país; dar um abraço muito carinhoso nas nossas grandes companheiras de luta, que têm sido a Telma e a Sandra Rosado; quero abraçar muito carinhosamente o Juliano e a Meire e agradecer sinceramente pela Moção que eu e a Deputada Maria do Rosário iremos carregar, não só na nossa mão, mas certamente no nosso coração; quero cumprimentar a todas as comitativas, a todas as delegações; e permitam-me dar um beijo e um abraço muito carinhoso na minha turma do Ceará

ção o pronunciamento do Presidente Lula e fiquei muito emocionada. Eu até comentei com a Deputada Maria do Rosário que o Presidente falou algumas coisas que tocaram muito fortemente meu coração. O pronunciamento do Presidente talvez tenha sido o mais difícil de todos. Primeiro, como responsável maior pela nossa nação; e, em segundo lugar, porque o Presidente abriu o seu coração e se sentiu em casa, entre irmãos e irmãs, falando da sua infância, do sofrimento de um nordestino, de uma família com oito filhos, que saiu do nordeste em busca da terra prometida que pudesse dar a condição ideal para que sua mãe pudesse sustentar a sua família. Ele sofreu, passou necessidade, passou fome, deve ter sido exposto a todo e qualquer tipo de violência. É por isso que eu confio e tenho muita esperança de que esse homem vai cumprir as suas promessas e os seus sonhos, porque ele conhece de perto a nossa realidade. Ele não conhece o Brasil pelos livros; ele conhece o Brasil porque botou o pé no chão, porque na sua infância, na sua adolescência, na sua juventude, viveu e sofreu como tantos e tantos e tantos brasileiros sofrem todo dia.

É por isso que ele disse que, às vezes, a rua é muito mais atrativa do que a casa e a família de um adolescente. Muitas vezes são crianças que não têm um prato de comida, que não podem tomar café da manhã, que não podem almoçar, que não têm escola, que não têm acesso ao lazer, ao esporte, à diversão - o que é normal e natural de qualquer jovem, de qualquer adolescente. Eu digo isso com tranquilidade porque sou mãe de filho adolescente. Todos nós sabemos como é essa fase. Eles estão cheios de energia, cheios de adrenalina, querendo conhecer o mundo, querendo adivinhar as coisas. E a rua é um grande atrativo. Se nós não formos capazes de dar as oportunidades para que essas crianças utilizem a adrenalina e a energia para o caminho do bem, para que cresçam, para que se desenvolvam, para que estudem, para que tenham uma profissão, para que tenham uma perspectiva de futuro, nós iremos condená-los mais uma vez às ruas, às drogas, à criminalidade e à marginalidade. Mas no Brasil existe uma tradição e um costume de que os assuntos não devem ser muito aprofundados por alguns. É muito mais fácil, se há violência, se as pessoas estão morrendo, se as famílias estão inseguras, ficarem atrás de grades, como é lá, no caso do meu estado. Muitas vezes, numa cidadezinha pequena no interior no Ceará, as pessoas estão atrás das grades para se proteger. Entretanto, ao invés de se discutir o problema da violência no país, culpamos os jovens, culpamos os adolescentes, porque é muito mais fácil, porque é o caminho mais curto.

Mas não é isso que estamos fazendo aqui. Nós precisamos de mais aliados nessa luta, e cada um de vocês é fundamental, é essencial no convencimento, nos argumentos, para que a gente possa ganhar a sociedade, para que a gente possa virar esse jogo e ganhar essa batalha. Se conseguirmos, apesar das pesquisas dizerem que a maioria da população é a favor da redução da maioridade penal, vamos mostrar a essa população o que os governos estão fazendo para garantir a aplicação do Estatu-

Lançamento de Publicação

7

SOLENIIDADE DE LANÇAMENTO DA PESQUISA DO UNICEF SOBRE A SITUAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NOS ESTADOS DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO

Composição da Mesa: o Senhor José Fernando da Silva, Vice-Presidente do Conanda e representante da sociedade civil; a Senhora Reiko Niimi, Representante do UNICEF no Brasil; e o Senhor José Eduardo de Andrade, Conselheiro do Conanda e representante da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

REIKO NIIMI

Representante do Unicef no Brasil

Eu aprendi que o semi-árido tem grandes reservatórios subterrâneos com água de boa qualidade e que é uma região que tem uma história; não é um deserto cultural. É por isso que essa é a região que ajuda a construir a fama dos escritores, diretores de cinema, atores. É por isso que o semi-árido tem um lugar muito especial no meu coração. Mas não é só uma questão pessoal. Eu venho aqui para destacar a situação das crianças no semi-árido do Brasil.

Pela primeira vez, essa região do país, que detém um em quatro municípios do Brasil, expressa-se por meio de seus onze milhões de crianças e adolescentes. Isso corresponde a uma população mais jovem do que a média brasileira, mas com um futuro mais comprometido pelas violações de direitos, expressas em indicadores sociais: 95% das cidades do semi-árido têm taxa de mortalidade infantil superior à média nacional; mais de 350.000 crianças, entre dez e quatorze anos, não freqüentam a escola, e as que freqüentam, demoram, em média, onze anos para terminar o ensino fundamental; mais de 390.000 adolescentes são analfabetos; mais de 317.000 trabalham antes de dezesseis anos; quase a metade das crianças e adolescentes no semi-árido não tem acesso à rede geral de água, a poços ou nascentes; em 38% das casas onde vivem crianças e adolescentes não há rede geral, nem fossa céptica ou rudimentar; nove milhões de crianças e adolescentes sobrevivem no semi-árido com menos de R\$4,00 por dia.

É por isso que lançamos hoje este Relatório “Crianças e Adolescentes no Semi-Árido Brasileiro - 2003”. Outras informações igualmente relevantes podem ser analisadas neste estudo. Este estudo começa a destacar o semi-árido do nordeste brasileiro porque, para nós, são coisas distintas. Esse equívoco histórico, que re-

Deliberações: Pacto pela Paz

8

1 - EIXO SAÚDE – COMPROMISSO DO PACTO PELA PAZ

“Garantir políticas de saúde pública para acesso universal e equânime, nos aspectos da promoção, prevenção, proteção e recuperação da saúde de crianças e adolescentes”.

AVANÇOS	DIFICULDADES
1. Implantação, ampliação e/ou melhoria do atendimento e acompanhamento pré, peri, e/ou neonatal.	1. Falta de articulação e de qualificação dos profissionais entre as unidades da rede de atendimento, gerando baixa qualidade no serviço.
2. Implantação e/ou ampliação do Programa Saúde da Família (PSF) e dos agentes comunitários de saúde, garantindo mais assistência domiciliar e comunitária, e promovendo a intersetorialidade, assim como melhorando a qualidade e a prioridade ao acesso dos serviços de saúde prestados às crianças e adolescentes.	2. Falta de unidades de saúde com equipes capacitadas e de medicamentos disponíveis.
3. Criação de centros de atenção psicossocial infantil (CAPIs) para atendimento especializado de crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais, com a melhoria do acesso a serviços e da qualidade de atendimento à saúde mental, visando à integração das ações governamentais (Programa Saúde da Família - PSFs) e não-governamentais com atividades de prevenção, promoção da saúde para familiares, usuários e comunidade.	3. Falta de serviço de saúde com equipes especializadas no atendimento à criança e ao adolescente usuários de drogas e suas famílias.

ESTRATÉGIA 1: Incentivar e apoiar programas de promoção e ações básicas de saúde familiar e comunitária realizada pelo Sistema Único de Saúde – SUS, respeitando as peculiaridades regionais.

ESTRATÉGIA 4: Garantir acesso, qualidade e humanização nos serviços de saúde e nos programas de saúde do SUS, inclusive.

AÇÕES

Ampliar o quadro efetivo da saúde com a contratação de profissionais por concurso público, para complementação e/ou ampliação das equipes multiprofissionais de atendimento assistencial e educativo, como estratégia para humanização do serviço de saúde.

Garantir, de acordo com as peculiaridades regionais e suas necessidades, a formação continuada das equipes multiprofissionais que atendem a área de assistência educativa.

Garantir a implementação de protocolo de atendimento à criança, ao adolescente e a sua família.

ESTRATÉGIA 5: Garantir políticas públicas de saúde, assegurando o financiamento e apoiando tecnicamente os estados e municípios, priorizando os programas de prevenção, promoção e tratamento dos usuários de substância psicoativa (drogadição), garantindo e ampliando a capacitação continuada dos profissionais envolvidos.

AÇÕES

Garantir recursos orçamentários e financeiros nas três esferas governamentais, com vistas a fortalecer os sistemas de saúde, educação e segurança social, para ampliar o acesso, aos serviços, de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Fazer cumprir a PEC 29, com a efetiva alocação de recursos na área de saúde, garantindo equidade para redução das desigualdades regionais.

Contratação de profissionais concursados, para ampliação da equipe multiprofissional e para implantação e/ou ampliação dos serviços especializados em diagnóstico, prevenção e tratamento de crianças e adolescentes usuários de substâncias psicoativas e de suas famílias.

ESTRATÉGIA 2: Garantir uma política de atenção integral e integrada, favorecendo a universalização do acesso e permanência em educação infantil, bem como garantir profissionais especializados (psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, entre outros) na formação biopsicossocial da criança, respeitando as diversidades étnico-culturais e as diferenças para o processo de aprendizagem, envolvendo o poder público, instituições do ensino superior, as empresas privadas e organizações da sociedade civil, entre outras.

AÇÕES

Criação e manutenção de Núcleos de Apoio Interprofissional ao Educando, garantindo o atendimento adequado e especializado às crianças e às famílias que necessitem de orientação e acompanhamento biopsicossocial-pedagógico, respeitando as diversidades étnico-culturais e regionais.

Implementação de programas e projetos voltados para o atendimento à Educação Infantil, respeitando as diferenças no processo de aprendizagem e buscando o apoio de parcerias que deverão envolver o Ministério Público, Instituições do Ensino Superior, empresas privadas, organizações da sociedade civil, entre outras.

Implementação de política de formação inicial e continuada aos profissionais da Educação Infantil, com vistas à melhoria da qualidade de ensino.

ESTRATÉGIA 3: Garantir o cumprimento do ECA e sua implementação no currículo escolar de forma transversal em todos os níveis de ensino, bem como a exigência do seu conhecimento na seleção em concursos públicos de profissionais que atuem com crianças e adolescentes.

AÇÕES

Criar legislação para inclusão de conhecimentos referentes ao ECA nas seleções de concursos públicos para profissionais da área de Educação e demais áreas que atendam crianças e adolescentes em todos os níveis.

Promover a mobilização social, visando o controle da promoção dos direitos da criança e do adolescente, inclusive estimulando a atuação dos jovens e lideranças juvenis na disseminação do ECA.

Incluir o ECA como conteúdo programático nos currículos escolares em todos os níveis de ensino, elaborando-se material didático de acordo com as faixas etárias, respeitando as diversidades étnico-sociais.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

3 - EIXO ASSISTÊNCIA SOCIAL – COMPROMISSO DO PACTO PELA PAZ

“Garantir a cidadania das famílias mediante uma política nacional de assistência social que tenha como foco central o enfrentamento da pobreza, garantindo a proteção integral das famílias, das crianças e dos adolescentes”.

AVANÇOS	DIFICULDADES
1. Implantação de programas específicos com prioridade na família e implementação das políticas de programa de renda mínima nas três esferas de governo, com foco na família.	1. Insuficiência de recursos orçamentários e financeiros, resistência ao repasse fundo-a-fundo e atraso na liberação dos recursos financeiros, comprometendo a efetivação dos programas de Assistência Social.
2. Criação e implantação, ou reativação em muitos municípios, dos Conselhos de Direitos, Fundos, Conselhos Tutelares, Conselhos Setoriais da Assistência Social, Fórum DCA, cooperativas e associações, com melhoria das condições de trabalho e capacitação.	2. Insuficiência de profissionais qualificados para atuarem em programas de Assistência Social, instrumentalizando-os para o gerenciamento de projetos, empreendedorismo e intervenção multidisciplinar.
3. Descentralização e adequação administrativa/financeira das ações e das políticas públicas de Assistência Social.	3. Falta de articulação e integração dos Conselhos de Assistência Social e de capacitação dos conselheiros nas três esferas de governo, o que dificulta o efetivo exercício de suas funções de deliberação e controle da política e gestão do Fundo de Assistência Social.

ESTRATÉGIA 1: Assegurar a destinação de 5% da Seguridade Social no orçamento da União e 5% do orçamento geral dos estados e municípios para a política de Assistência Social, garantindo que o repasse de recursos se operacionalize de fundo a fundo, respeitando a autonomia do município na definição de políticas e aplicação de recursos.

ESTRATÉGIA 3: Assegurar a centralidade da família na sua complexidade jurídica, social e econômica, a efetivação dos programas, respeitadas as diversidades sociais, étnicas, culturais, de gênero, de geração, de condições físicas e mentais, garantindo interdisciplinariedade e qualificação de recursos humanos no desenvolvimento da política intersetorial.

AÇÕES

Criação e implementação dos Programas Sociais de Apoio Sociofamiliar, de caráter protetivo e emancipatório, e sua integração com os programas de transferência de renda.

Promover atividades de divulgação das disposições do ECA e da LOAS junto à sociedade em geral, assegurando-se material informativo e publicitário para ações de sensibilização e mobilização social, visando maior participação da sociedade na construção das políticas públicas.

Implantar e/ou implementar programas de assistência social que assegurem a promoção social, política e econômica dos usuários, favorecendo a emancipação das famílias, garantindo a descentralização dos serviços para facilitar o acesso e assegurando a participação dos usuários na formulação e no acompanhamento dos programas que lhes são destinados.

ESTRATÉGIA 4: Respeitar o caráter transsetorial que caracteriza os Conselhos de Direitos, com apresentação prévia para análise, apreciação e acompanhamento dos programas e ações de atendimento dos direitos da criança e do adolescente a serem desenvolvidos pelo Poder Público e pela sociedade civil, garantido espaço permanente de articulação entre os Conselhos.

AÇÕES

Criar mecanismos de monitoramento das transferências de recursos nas três esferas de governo, visando o financiamento da política de assistência social e assegurando a autonomia dos municípios na formulação e execução de seus programas.

Criar mecanismos que garantam a apresentação prévia para análise e aprovação, pelos Conselhos de Direitos e de Assistência Social, dos programas e projetos de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, a serem executados pelo Poder Público e pela sociedade civil.

Incentivar a mobilização social para participação na formulação e no controle das ações da política de assistência social, procurando envolver os usuários e profissionais que atuam na área por meio de conferências, fóruns, comitês e outros instrumentos de participação e controle social.

CULTURA, ESPORTE E LAZER

4 - EIXO CULTURA, ESPORTE E LAZER – COMPROMISSO DO PACTO PELA PAZ

“Assegurar uma política nacional de cultura, esporte e lazer, de caráter universal, para as crianças e adolescentes, que contemple a integração regional e a valorização da cultura local, garantindo recursos financeiros nos orçamentos públicos das três esferas de governo”.

AVANÇOS	DIFICULDADES
1. Implantação ou implementação de programas que assegurem atividades culturais, esportivas e de lazer nos âmbitos municipal ou regional, visando à universalização de direitos.	1. Dificuldade na articulação entre os Conselhos de Direito e Tutelares na atuação em conjunto com os conselhos setoriais na formulação, liberação e fiscalização da política de esporte, cultura e lazer.
2. Construção, ampliação e/ou reforma de praças, parques, escolas, ginásios, bibliotecas e gibitecas, para o acesso de crianças e adolescentes à atividade de lazer, esporte e cultura.	2. Inexistência ou insuficiência de recursos humanos e financeiros para implementação de programas de cultura, esporte e lazer, voltados para as crianças e os adolescentes.
3. Captação de recursos financeiros e materiais de pessoas físicas ou jurídicas para implementação da política de cultura, esporte e lazer.	3. Ausência de programas e espaços físicos adequados para a realização de atividades desportivas, culturais e de lazer, que garantam o acesso aos portadores de necessidades especiais.

ESTRATÉGIA 1: Garantir que os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos três níveis de governo, atuem em conjunto com os conselhos setoriais na formulação, deliberação e fiscalização da política de esporte, cultura e lazer.

AÇÕES

Criar e implementar Conselhos Paritários de Cultura, Esporte e Lazer, com seus respectivos fundos, para atuarem junto aos Conselhos de Direitos, Setoriais e Tutelares
Capacitar os conselheiros de direitos tutelares e setoriais para atuarem adequadamente na formulação, deliberação e fiscalização da política de esporte, cultura e lazer.
Criar comissão formada pelos Conselhos de Direitos, Tutelares e Setoriais para formular e fiscalizar a política de esporte, cultura e lazer nas três esferas de governo.

AÇÕES

Capacitar e valorizar estudantes, garantindo bolsa-auxílio, assim como adolescentes na condição de aprendiz, por meio de incentivo de bolsa de formação, em parceria com o Governo ou com a sociedade civil, incluindo os portadores de necessidades especiais, nos programas de esporte, cultura, lazer e turismo.

Estabelecer parcerias entre ONG's e OG's, buscando a capacitação de profissionais, a integração das ações e a ampliação dos programas de esporte, cultura e lazer direcionados ao público infanto-juvenil.

Incentivar o associativismo e o cooperativismo juvenil, proporcionando a preservação da diversidade cultural, bem como a geração de renda por meio de atividades de esporte, cultura e lazer, utilizando espaços existentes.

ESTRATÉGIA 5: Garantir a existência de espaços públicos para acesso de crianças e adolescentes aos eventos culturais, esportivos e de lazer, bem como a programas e serviços de biblioteca, brinquedoteca, videoteca, hemerotecas e gibitecas, dentre outros, assegurando a universalização dos direitos.

AÇÕES

Garantir que em loteamentos particulares e na construção de casas populares, financiadas pelo poder público nas três esferas de governo, haja espaços públicos construídos para entretenimento de esporte, cultura e lazer.

Construir, adequar ou reformar espaços públicos destinados às atividades de esporte, cultura e lazer, assegurando condições de acessibilidade, e sensibilizar as instituições para que possam disponibilizar os espaços físicos existentes para a realização de atividades voltadas às crianças e aos adolescentes.

Implantar, implementar e/ou criar a Secretaria da Juventude, com a participação ativa de crianças e adolescentes, para a interface na elaboração de políticas públicas em educação, esporte, cultura e lazer.

AÇÕES

Articular com o Conanda, Conselhos Estaduais, Conselhos Municipais, órgãos executores e de fiscalização, a implantação e implementação do Plano Nacional, Estadual e Municipal de Erradicação e Prevenção do Trabalho Infantil e de Proteção ao Adolescente Trabalhador, a partir das diretrizes nacionais, garantindo a retaguarda e a intersetorialidade com as demais políticas públicas.

Assegurar que a política da criança e do adolescente seja de responsabilidade, como prioridade, do Poder Público (nos três níveis), com execução por meio de parcerias entre gestores e organizações da sociedade civil, articuladas nos Conselhos, via rede, com a utilização dos fundos.

Desenvolver estratégias de enfrentamento das formas de trabalho que envolvem crianças e adolescentes em atividades ilícitas, trabalho doméstico e atividades informais.

ESTRATÉGIA 2: Propor aos três níveis de governo mecanismos que regulamentem o repasse orçamentário e garantam a destinação de recursos públicos para o desenvolvimento de políticas sociais básicas que assegurem a erradicação do trabalho infantil e a proteção do adolescente trabalhador, assim como a efetiva execução destes.

AÇÕES

Garantir recursos financeiros para a divulgação e realização de atividades que venham a erradicar o trabalho infantil e a proteger o adolescente trabalhador, ampliando o orçamento de todas as políticas sociais básicas, nas três esferas de governo, com a garantia de que não haja atraso no repasse da verba, para não prejudicar as ações e a continuidade dos projetos e programas.

Garantir a urgente necessidade de capacitação da sociedade civil em relação ao orçamento público (federal, estadual e municipal), com vistas a permitir o controle social e estabelecer mecanismos de monitoramento da utilização dos recursos públicos.

Propor legislação que destine os valores de multas aplicadas a pessoas e empresas que exploram mão-de-obra infantil para o Fundo da Criança.

ESTRATÉGIA 3: Exigir a ampliação e a regularidade da fiscalização para combater o trabalho infantil e assegurar a proteção do adolescente trabalhador, garantindo o cumprimento da legislação, punindo severamente os violadores nos termos da legislação vigente e, ainda, monitorando todas as ações.

PROTEÇÃO ESPECIAL - VIOLÊNCIA SEXUAL

5 - EIXO : PROTEÇÃO ESPECIAL - VIOLÊNCIA SEXUAL - COMPROMISSO DO PACTO PELA PAZ

“Garantir a erradicação da violência sexual infanto-juvenil, viabilizando a implantação e a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência, da Exploração e do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes nas Unidades da Federação e nos respectivos municípios”.

AVANÇOS	DIFICULDADES
1. Criação dos Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto Juvenil e da Exploração Sexual da Criança e do Adolescente.	1. Fragilidade na notificação; inexistência de bancos de dados, de diagnósticos, de varas, de promotorias, de defensorias e delegacias especializadas, de programas de atendimento aos agressores; e precariedade de articulação com a polícia técnica.
2. Articulação da sociedade civil e dos poderes públicos para a criação de programas e ações, em rede, de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e às suas famílias, bem como a realização de campanhas de enfrentamento e de divulgação do disque-denúncia anônimo.	2. Poucos programas e projetos de prevenção e assistência à criança e ao adolescente vitimados pela violência sexual; falta de recursos ou atrasos em sua liberação, inclusive na área de segurança; poucos profissionais especializados (operadores de direito e equipes multidisciplinares), assim como sobrecarga de trabalho.
3. Instauração de CPIs locais e monitoramento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Congresso Nacional para o combate à violência, à exploração sexual e ao tráfico de crianças e adolescentes.	3. Falta de incentivo para ampliação da participação de jovens; descrédito em sua capacidade de organização; dificuldade de inserção nos espaços já constituídos para o exercício do protagonismo juvenil, a exemplo dos Conselhos; como também a falta de conhecimento do direito de participação.

ESTRATÉGIA 1: Articulação e mobilização, nos três níveis (federal, estadual, municipal), via rede (fóruns, conselhos, varas, delegacias especializadas, etc.), dando visibilidade ao fenômeno da violência sexual nas três esferas de poder, por meio de campanhas, pesquisas, bancos de dados, mídia e notificação.

ESTRATÉGIA 4: Capacitação de todos os setores das políticas sociais e dos operadores do direito, inclusive com todas as linguagens de comunicação, para diagnosticar, prevenir e tratar os vitimados.

AÇÕES

Criar programas permanentes de capacitação, inclusive a distância, para profissionais que atuam na área da infância e da juventude (incluindo trabalhadores da educação básica), bem como inserir no currículo escolar, por intermédio dos temas transversais e da interdisciplinaridade, o estudo do ECA, educação sexual, direitos reprodutivos e diversidade sexual, estabelecendo parcerias, inclusive, com profissionais que trabalham com crianças e adolescentes portadores de deficiências, contemplando a capacitação em todas as formas de linguagem e a elaboração de materiais didático-pedagógicos dirigidos a esse segmento da população.

ESTRATÉGIA 5: Estímulo ao protagonismo juvenil, garantindo a participação dos jovens na elaboração de políticas.

AÇÕES

Proporcionar capacitação, mobilização e participação de crianças e adolescentes em conferências e colegiados de políticas públicas (conselhos, fóruns, comitês, comissões, entre outros) para o controle social das políticas, assegurando, em todas as ações, o protagonismo infanto-juvenil.

AÇÕES

Implantar programa socioeducativo de orientação e apoio sociofamiliar, assegurando equipes multidisciplinares, a intervenção intersetorial e o envolvimento da comunidade, mediante o estabelecimento de parceria, quando necessário, a fim de promover a descentralização do atendimento ao adolescente em conflito com a lei.

Implantar ou expandir as Defensorias Públicas ou os núcleos específicos de atendimento, visando assegurar atenção especializada aos adolescentes em conflito com a lei, no âmbito municipal e regional, ou em municípios-pólo, incluindo-se as demandas extrajudiciais.

Instalar delegacias especializadas para atendimento dos adolescentes a quem se atribua a autoria de ato infracional.

ESTRATÉGIA 2: Definir critérios de elaboração de um projeto social, político, pedagógico e arquitetônico para os centros de internações regionalizadas, extinguindo o modelo correccional repressivo ainda em prática em vários pontos do país, com a capacitação continuada dos agentes sociais e operadores de direitos da rede de atendimento das medidas socioeducativas.

AÇÕES

Os estados deverão promover especialização, capacitação e / ou qualificação de todos os operadores da rede de atendimento, a partir da medida de informação até os programas de atendimento do adolescente egresso, sendo os projetos pedagógicos adequados às diretrizes a serem editadas pelos Conselhos Nacional e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente para a adequada aplicação das disposições contidas no ECA, visando à intervenção multidisciplinar e multissetorial.

Deverão os estados criar/ instalar centros de internação nas esferas municipal e regional, ou em municípios-pólo, atendendo à demanda de acordo com as resoluções do Conanda que definam o número de adolescentes por unidade e os projetos político, pedagógico e arquitetônico. Quando se tratar de internação provisória, também será observado o disposto no artigo 88, inciso V, do ECA.

Caberá ao Conanda definir, por meio de resolução, as diretrizes para os projetos sociais, políticos, pedagógicos e arquitetônicos das unidades de internação provisória.

ESTRATÉGIA 3: Garantir e priorizar nos orçamentos públicos, nas três esferas do governo, recursos financeiros necessários para a execução e a efetivação das medidas socioeducativas.

ESTRATÉGIA 5: Garantir a divulgação das medidas socioeducativas aplicáveis aos adolescentes autores de ato infracional, promovendo audiências públicas e campanhas de esclarecimento nos meios de comunicação de massa, em articulação com segmentos da sociedade e com o poder público.

AÇÕES

Realizar ações de sensibilização e de formação públicas, por intermédio dos meios de comunicação, de audiências públicas e de campanhas, divulgando a natureza pedagógica das medidas socioeducativas junto à sociedade em geral.

Identificar e fortalecer a rede de ações de promoção e garantia dos direitos da criança e do adolescente, articulando e divulgando as ações nas diversas regiões sobre aplicação e execução das medidas socioeducativas.

Promover a mobilização e a sensibilização da sociedade, por meio da efetivação de parcerias, acerca do caráter sociopedagógico das medidas socioeducativas, bem como sobre as ações de apoio e orientação das famílias.

AÇÕES

Articulação dos Conselhos de Direitos nos três níveis para a elaboração e aprovação de emenda constitucional e de leis estaduais e municipais que garantam a dotação orçamentária para os Fundos, de acordo com a estratégia 1.

Articulação do Conanda para alteração da legislação vigente sobre o Imposto de Renda:

- Possibilitar as doações até o momento das declarações;
- Possibilitar as doações de pessoas físicas e jurídicas em qualquer modelo e em qualquer modalidade.

Resolução do Conanda que estabeleça o repasse de recursos, fundo a fundo, para Conselhos de Direitos que, comprovadamente, estejam em efetivo funcionamento.

ESTRATÉGIA 2: Realizar as conferências municipais, estaduais e nacional antes do período de votação dos orçamentos públicos, em tempo hábil, estabelecendo-as como instrumento de elaboração.

AÇÕES

Implantar e implementar o SIPIA com os conselhos municipais, garantindo sua continuidade e com controle social dos núcleos de referência.

Criar e fortalecer os Fóruns de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, para que atuem no monitoramento e no acompanhamento da execução orçamentária dos FIA, nas deliberações das conferências e na atuação dos CEDCA.

Que o Conanda promova encontros regionais nos anos em que não ocorrerem conferências (Primeiro semestre), para elaboração de diagnósticos e para capacitação em orçamentos e fundos, com participação, sem exclusão dos demais atores sociais, do Fórum DCA, CEDCA, CMDCA, CT, representantes de OG, das Secretarias de Finanças Municipais e Estaduais, e do Poder Legislativo e Judiciário.

ESTRATÉGIA 3: Propor / criar lei federal que condicione o repasse de recursos aos municípios à existência e funcionamento dos Conselhos de Direitos, Tutelares e Fundos, bem como a regulamentação da função de Conselheiro Tutelar.

AÇÕES

Regulamentar a função de Conselheiro Tutelar, prevendo-se os direitos sociais, assegurando-se a ampla participação e discussão dos conselheiros quanto às formulações propostas.

Incluir, obrigatoriamente, nos orçamentos municipais e distrital, previsão de recursos para manutenção dos conselhos de direitos e tutelares.

Garantir que as contribuições previstas no orçamento, oriundas de pessoas físicas ou jurídicas e de multas, sejam efetivamente repassadas para os FIA, provocando a ação do Ministério Público, se necessária.

MECANISMOS DE EXIGIBILIDADE DE DIREITOS

8 - EIXO: MECANISMOS DE EXIGIBILIDADE DE DIREITOS - COMPROMISSO DO PACTO PELA PAZ

“Garantir a criação, a implementação e o funcionamento dos órgãos que compõem o sistema de garantia de direitos, por meio de mecanismos políticos, sociais e jurídicos”.

AVANÇOS	DIFICULDADES
1. Criação, reativação e fortalecimento de fóruns de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, bem como de erradicação do trabalho infantil e do combate à violência sexual, entre outros.	1. Inexistência ou insuficiência de varas especializadas em infância e juventude, defensorias públicas e promotorias para garantir o direito da criança e do adolescente de acesso à justiça.
2. Criação, implementação e/ou implantação dos Conselhos de Direitos e Tutelares.	2. Pouca mobilização e organização da sociedade civil para o exercício do controle social, bem como morosidade ou falta de atenção do Poder Judiciário e do Ministério Público, no sentido de criminalizar os governantes que não cumprem as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente.
3. Realização de conferências municipais, regionais e estaduais, assegurando a ampla participação do poder público, da sociedade civil e do protagonismo juvenil no esforço de implementação do sistema de garantia de direitos.	3. Insuficiência de recursos orçamentários e financeiros, nos três níveis, inclusive para o FCA, bem como de recursos materiais e humanos para o adequado funcionamento dos conselhos de direitos e tutelares, com vistas à efetivação das políticas públicas de garantia dos direitos da criança e do adolescente, além de dificuldades de repasse em decorrência da Lei de Responsabilidade Fiscal.

ESTRATÉGIA 1: Instituir Lei Federal de Inadimplência Social, aplicável às três esferas de governo no caso de não-cumprimento das leis que asseguram, como prioridade absoluta, os direitos da criança e do adolescente.

AÇÕES

Articular os operadores de direitos das crianças e dos adolescentes para criação dos Centros Integrados da Infância e da Juventude, na perspectiva do atendimento multidisciplinar e interssetorial, podendo-se utilizar os espaços públicos existentes.

Criar e implementar Centros Integrados da Infância e da Juventude, no âmbito municipal e/ou regional, a fim de garantir o atendimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, assegurando-se recursos financeiros suficientes para a adequada operacionalização dos programas.

Criar e implementar Centros de Integração Operacional de órgãos do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da área de Segurança Pública, Conselhos Tutelares e de Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, a fim de facilitar o acesso à justiça, a fiscalização das entidades governamentais e não-governamentais e a realização do atendimento inicial e dos processos de apuração e imposição de medidas a adolescentes a quem se atribua a autoria de ato infracional, conforme preconizado no artigo 88, inciso V, do ECA.

ESTRATÉGIA 4: Criar mecanismos que impeçam o repasse de recursos financeiros federais e estaduais aos municípios que não criarem ou não mantiverem os Conselhos de Direitos, Conselhos Tutelares e Fundos.

AÇÕES

Condicionar o repasse, a estados e municípios, de verbas federais destinadas às áreas de educação, saúde e assistência social ao cumprimento das leis que asseguram, como prioridade absoluta, os direitos da criança e do adolescente, especialmente no que se refere à implantação dos Conselhos de Direitos, Conselhos Tutelares e Fundos.

Rever a Lei de Responsabilidade Fiscal, a fim de assegurar repasse de recursos aos Fundos da Infância e da Adolescência.

Envolver os conselheiros de direitos e tutelares, promotores públicos e a sociedade na elaboração e no acompanhamento da execução orçamentária de recursos destinados às ações de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

ESTRATÉGIA 5: Fortalecer os mecanismos de exigibilidade de direitos, levando o Ministério Público a fiscalizar, denunciar e acionar, civil e criminalmente, os governantes, nos três níveis de governo e nas três esferas de poder, que não respeitem, como prioridade absoluta, os direitos contemplados no ECA; como também sensibilizar e exigir dos conselhos nacional, estaduais e municipais, por meio de mecanismos legais, o funcionamento do sistema de garantia de direitos sociais básicos, em todos os municípios, e a implantação imediata dos programas de proteção e de medidas socioeducativas, sob pena de perda de mandato, conforme previsto em lei.

EIXO MEIOS DE COMUNICAÇÃO

9 - EIXO MEIOS DE COMUNICAÇÃO – COMPROMISSO DO PACTO PELA PAZ*

“Implantar e implementar uma política de Comunicação Social dos Conselhos Tutelares e de Direito e entidades que atuam na promoção e defesa da criança e do adolescente e formentar o efetivo controle social da mídia”.

AVANÇOS	DIFICULDADES
1. Implementação do Conselho Nacional de Comunicação Social, criado em 2000, com a inclusão deste tema em fóruns e em conferências, em todos os âmbitos, e o início de um processo de controle social quanto à divulgação de questões pertinentes à infância e à juventude na mídia.	1. O Conselho Nacional de Comunicação Social não foi criado nos moldes de um controle social eficaz, dependendo, ainda, de articulação e mobilização da sociedade e dos poderes públicos, nas três esferas de governo, para funcionar de modo adequado e para estendê-lo às demais instâncias da federação.
2. Inclusão do tema “comunicação social” nos debates sobre a promoção e a defesa dos direitos da criança e do adolescente, bem como nas políticas e ações de alguns conselhos de direitos e tutelares.	2. Falta de formação dos conselheiros de direitos, dos conselheiros tutelares e das entidades que atuam junto à criança e ao adolescente na temática da “comunicação social”, assim como falta de informações técnicas para viabilizar a democratização dos meios de comunicação.
3. Interlocução entre conselhos de direitos, conselhos tutelares e profissionais da comunicação, promovendo a divulgação dos próprios Conselhos e do Estatuto, provocando aumento do interesse e do compromisso da mídia com a qualidade das informações sobre criança e adolescente.	3. Estender a interlocução entre conselhos de direitos, conselhos tutelares e mídia às universidades, sindicatos e outros segmentos da comunicação.

ESTRATÉGIA 1: Tornar o Conselho Nacional de Comunicação Social um instrumento eficaz de controle social dos meios de comunicação, articulando a sociedade civil e os poderes públicos para estendê-lo às demais instâncias da federação.

AÇÕES

Mobilizar as Frentes Parlamentares da Infância e da Adolescência, os gestores públicos estaduais e municipais, bem como a sociedade civil, e exigir destes apoio para a extensão dos Conselhos de Comunicação Social aos estados, municípios e ao Distrito Federal.

Mobilizar os diversos segmentos da sociedade para a revisão da lei que criou o Conselho Nacional de Comunicação, articulando para que na sua composição sejam garantidas vagas para representantes do Sistema de Garantia de Direitos.

AÇÕES

Exigir que o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e os conselhos de direitos estaduais e municipais viabilizem recursos financeiros e técnicos para a implantação do SIPIA e de outros sistemas de informação, bem como para a formação de conselheiros e demais operadores do Sistema de Garantia de Direitos nos temas “Comunicação” e “Mobilização Social”, buscando alianças com universidades, organizações não-governamentais, sindicatos, empresas, veículos, órgãos e profissionais da comunicação.

Criar incentivos para empresas e para profissionais da área de comunicação, em reconhecimento às produções e às matérias divulgadas, que contribuem para a defesa dos direitos da criança e do adolescente; bem como apoiar os cursos universitários de formação de comunicadores para a inclusão dos temas “cidadania, direitos humanos e direitos de crianças e adolescentes”.

Viabilizar a contratação de profissionais da comunicação nos conselhos de direito estaduais e municipais, ou garantir sua participação como conselheiros, para o desenvolvimento de planos de comunicação social que incluam o relacionamento com veículos de comunicação e a utilização de outros meios (como painéis, panfletos, mensagens e frases educativas) e espaços (como escolas, praças e espaços públicos), para a divulgação dos Conselhos e do Estatuto da Criança e do Adolescente na sociedade.

ESTRATÉGIA 4: Favorecer a democratização dos meios de comunicação social pela liberdade de organização e pelo funcionamento de veículos de comunicação comunitários.

AÇÕES

Mobilizar os conselhos de direitos e tutelares, os sindicatos, as universidades, os profissionais e veículos de comunicação, os operadores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, os gestores públicos, as organizações não-governamentais, as associações de veículos de comunicação comunitários, e os demais segmentos da sociedade, para a revisão do mecanismo legal que impõe o fechamento das rádios comunitárias com registros de funcionamento provisórios.

Criação de um fórum permanente de comunicação e mobilização social, integrado pelos diversos setores da sociedade, garantindo autonomia na comunicação sobre os direitos de crianças e adolescentes.

Estabelecer parcerias entre os conselhos de direitos (estaduais e municipais), conselhos tutelares e veículos de comunicação comunitários para a divulgação dos Conselhos e das ações de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente em cada município.

MOÇÃO DE APOIO

1. Os participantes da V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que estiveram presentes nas Conferências Municipais, Regionais e Estaduais, preliminarmente com o objetivo de avaliar a implantação do Pacto pela Paz e de propor diretrizes para seu aprimoramento, em que está incluso o combate à violência e à exploração sexual infanto-juvenil, apóiam a CPMI - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para Investigar a Violência e as Redes de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil, destacando a urgência de viabilizar formas de punição dos violadores e exploradores no sentido de acelerar a quebra do ciclo de impunidade.
2. Nós, delegados e delegadas da V Conferencia Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, tendo como lema “Pacto pela Paz: Uma Construção Possível”, realizada em Brasília, Distrito Federal, no período de 1º a 5 de dezembro de 2003, vêm por meio desta Moção apoiar o Comitê das Famílias e da Sociedade Organizada de Altamira, Pará, pelos treze anos de luta por justiça, pois foi devido a esta luta que o Comitê em Defesa da Vida das Crianças Altamirenses conseguiu a realização do julgamento no Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

MOÇÃO DE ENCAMINHAMENTO

3. Considerando a estratégia reafirmada na V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, no sentido de “implantar e implementar uma política nacional de prevenção e erradicação do trabalho Infantil e de proteção do adolescente trabalhador”, conforme diretrizes do Conanda, garantindo a interssetorialidade e a integração das ações e programas hoje existentes;

Considerando a conclusão dos trabalhos da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil – Conaeti, tendo sido elaborada a proposta do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil;

Considerando que a referida proposta já foi aprovada pelo Conanda;

DECIDE a plenária reunida na V Conferencia Nacional dos Direitos da

Parágrafo Único: O Conselho Municipal DCA deverá garantir os recursos necessários (alimentação, transporte e estada) para o educador acompanhante das crianças e dos adolescentes na conferência lúdica estadual.

9º Essa proposta entrará em vigor a partir da VI Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente.

MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO

5. Considerando que o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente é um instrumento precioso para garantir os direitos de crianças e adolescentes e que o Pacto pela Paz é uma construção possível, até no combate à violência, sem destruir os direitos daqueles que são as verdadeiras vítimas da exclusão e do abandono ao qual são submetidos;

Nós, delegados da V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada de 01 a 05 de dezembro de 2003, em Brasília, recomendamos aos conselhos, entidades, fóruns e agentes militantes na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes que se manifestem publicamente contrários à alteração do ECA e à redução da idade penal.

Recomendamos, ainda, que as instituições desenvolvam amplas campanhas de mobilização nas comunidades em que atuam.

6. Face à determinação do Ministério da Justiça de vincular o SIPIA à Secretaria de Segurança nos estados, os participantes da V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente vêm apresentar as suas preocupações com a utilização indevida das informações coletadas pelo Sistema, o que poderá findar a criminalização dos adolescentes, desde que a sua passagem pelo Sistema seja utilizada como “antecedente criminal”.

Desse modo, vêm os infra-firmados propor o reordenamento do SIPIA, visando resguardar os adolescentes frente à má condução da política protetiva da infância e da juventude.

MOÇÃO DE RECONHECIMENTO

7. Nós, participantes da V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, ocorrida no período de 01 a 05 de dezembro de 2003, em Brasília/

Frente ao exposto, esta plenária considera inadmissível a aprovação do Orçamento Criança – PPA 2004/2007 da forma proposta. Assim, conclamamos o Congresso Nacional a aprovar emendas orçamentárias com aporte de recursos suficientes à implantação e à implementação de políticas e programas que assegurem a efetivação do Pacto pela Paz.

11. A educação em nosso país precisa de atenção específica. O Pacto pela Paz contempla a educação infantil. Sabemos da necessidade de muito investimento e compromisso. No entanto, nós, adolescentes, percebemos que o ensino médio precisa, também, de específico investimento e atenção.

Para a melhoria da qualidade de ensino, entendemos que seria indispensável garantir transporte, material didático, merenda e inclusão digital e, para isso, é preciso definir os fundos de educação, para garantir na lei orçamentária das três esferas de governo a dotação devida para o ensino médio.

Salientamos que a escola, para atingir seu objetivo final, precisa, ainda, garantir a atuação psicopedagógica para familiares e para os corpos docente e discente, bem como a capacitação especial para o atendimento integral, visando à inclusão das pessoas com deficiência e com necessidades especiais.

Entendemos que um ensino médio de qualidade possibilitará que nossos adolescentes possam ter igualdade e condições para, assim, garantir acesso ao mercado de trabalho.

Assim garantiremos a efetivação do ECA em seu artigo 54.

12. Os participantes da V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – “Pacto pela Paz – Uma Construção Possível”, realizada em Brasília/DF, entre os dias 1º a 5 de dezembro de 2003, vêm manifestar a urgência na aprovação do Projeto de Lei 1300/99, que visa a ampliar e simplificar os mecanismos das doações de pessoas físicas e jurídicas aos fundos de direitos da criança e do adolescente, com redução do imposto de renda devido.

A aprovação deste projeto de lei possibilitará recursos mais significativos e mais dignos aos fundos, tornando a criança e o adolescente também uma prioridade orçamentária, como estabelece a Constituição Federal em seu artigo 227 e o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 4º.

federal, estadual e municipal, sendo que este é o processo legítimo da democratização e da parceria entre governo e sociedade civil.

Assim sendo, entendemos que os recursos do Programa Bolsa Família devem ficar sob a responsabilidade da assistência social, devendo ser repassados de fundo a fundo, respeitando a natureza do programa sob a supervisão da política de assistência social.

MOÇÕES DE REPÚDIO

16. (Nota: O documento abaixo foi originalmente apresentado aos representantes do Conanda e do Fndca, em 06 de outubro de 2003, com o intuito de publicar a situação de coerção e de autoritarismo vigente no estado de São Paulo, esperando mobilizar questionamento formal junto ao Condeca/SP, em apoio às lutas dos diversos atores que agem pela implementação dos princípios do ECA e da democracia participativa. Foi adaptado e atualizado para apresentação aos participantes desta Conferência).

a) Sobre o processo de escolha dos membros da sociedade civil no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de São Paulo – Condeca-SP:

Para a leitura deste documento, vale resgatar que o último processo eleitoral do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo ainda está sendo questionado judicialmente, sendo que, no ato da eleição, várias entidades retiraram-se do processo, numa ação política de denúncia e rejeição à manipulação do processo democrático. Estas entidades são: Pastoral do Menor, Pastoral da Criança, Fundação Abrinq, Fundação Orsa, CRESS SP, CRP SP, Institutos Salesianos, Movimento Nacional de Direitos Humanos e Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua. A OAB e a CUT tiveram suas inscrições indeferidas.

A Alegação central é: Por que tanta resistência em garantir a democracia participativa? Por que se insiste em rejeitar as propostas elaboradas por diversas entidades reconhecidas pela suas trajetórias na afirmação, defesa e ampliação dos direitos Humanos?

b) Sobre a Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo:

Com muita indignação, a delegação do estado de São Paulo vem relatar as várias ocorrências durante a Conferência Estadual DCA, realizada nos dias 26 e 27 de setembro, na cidade de Pederneiras, interior de São Paulo. O documento seria

DF, manifestam seu repúdio pela atitude desrespeitosa da Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Assistência Social, Benedita da Silva, quando, na manhã do dia 03 de dezembro, retirou-se da Mesa dos trabalhos sem, pelo menos, explicar os motivos que a levaram a sair, deixando os conferencistas à espera da abordagem do tema “Assistência Social – uma Ação Governamental na Construção do Pacto pela Paz”, deixando transparecer à plenária, assim, a fragilidade na construção efetiva da política de assistência social do Governo Federal.

20. Nós, delegados da V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, repudiamos a utilização dos estagiários adolescentes como mão de obra barata para substituição de funcionários nas empresas, nos Governos federal, estaduais e municipais, desrespeitando a Lei 6.497/77, regulamentada pelo Decreto nº 87.497, de 1982, constituindo evidente exploração e precarização do trabalho. Considerando que a lei que autorizou a admissão de estagiários tem objetivo pedagógico de exercício prático para completar o ensino, e que a atividade desempenhada deve necessariamente ser compatível com o conteúdo do curso frequentado por ele; considerando que para ser estagiário, o estudante deve estar cursando o nível médio profissionalizante ou o curso superior; considerando que temos presenciado em alguns órgãos do Governo Federal, em programas de governos estaduais e municipais, e em empresas privadas, o uso de estagiários que não estão em curso superior ou em curso médio profissionalizante, em um grave desrespeito à legislação federal vigente, inclusive com aprovação em âmbito estadual de lei que autoriza o estágio para quem cursa o nível médio, indiscriminadamente;

Repudiamos essa prática nas empresas privadas e exigimos maior fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego e maior ação do Ministério Público de Trabalho. Não podemos admitir que o próprio Estado, por meio de seus diversos governos, também adote esta prática, descumprindo a legislação vigente em nosso país e contribuindo para a precarização do trabalho.

Repudiamos esta prática governamental e exigimos a realização de concursos públicos para preenchimento destes cargos.

21. Nós, Conselheiros de Direitos, Conselheiros Tutelares e Adolescentes, delegados à V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, reunidos de 1º a 5 de dezembro de 2003, em Brasília/DF, aprovamos a moção de repúdio ao Governo do Estado de Ceará pela falta de apoio às ONG do

23. Os Delegados eleitos da V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente repudiam a ausência, na maioria dos estados brasileiros, de programas voltados ao apoio e ao acompanhamento dos adolescentes egressos do sistema de medidas socioeducativas, fato que contribui fortemente para a não-efetivação da almejada reintegração dos jovens à sociedade, segundo o processo pedagógico estabelecido pelo ECA e reforçando, assim, práticas de exclusão social, afrontando os direitos humanos e expondo, prejudicialmente, tais adolescentes a grande risco físico e social.

24. Considerando-se que:

a) delegados adolescentes e adultos da V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente vêm de estados distantes, de longas distâncias;

b) no primeiro dia, foi-nos entregue a programação do evento, com as dinâmicas e os conteúdos destas;

c) as Mesas foram coordenadas, salvo exceções, de maneira equivocada, com encaminhamentos também equivocados, prejudicando os objetivos da Conferência;

d) a comissão organizadora não agilizou os trabalhos das Miniplenárias, não garantindo reflexões, nem a qualidade das análises, reduzindo o tempo;

Nós, abaixo-assinados, sentindo-nos desrespeitados pelos atrasos diários e pela negligência das Mesas, chamamos a todos para que, na próxima Conferência, (a) haja uma organização responsável de fato e atuante, respeitando-se adolescentes nos limites de tempo/participação; (b) haja a garantia dos debates políticos, das trocas de experiências nas miniplenárias, ultrapassando o tempo destinados a palestras, quase todas expositivas, em monólogo; (c) haja a participação dos adolescentes na Comissão Organizadora da VI Conferência Nacional, uma vez que os adolescentes têm adquirido vivência na organização de conferências.

25. Considerando que o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente é um instrumento precioso para garantir os direitos das nossas crianças e adolescentes, que o “Pacto pela Paz” também se configura como documento de combate à violência, sem destruir os direitos daqueles que são as verdadeiras vítimas do abandono e da exclusão social a que foram submetidos, nós, delegados da V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada de 1º a 5 de dezembro de 2003, em Brasília/DF, repudia-



Anexos



1. PROGRAMAÇÃO

PROGRAMAÇÃO DA V CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

	Dia 01/12	Dia 02/12	Dia 03/12	Dia 04/12	Dia 05/12
MANHÃ	<p>10h00 Coletiva à Imprensa</p>	<p>08h00 Reinício do Credenciamento</p> <p>08h30 <u>Exposição:</u> • Análise da Conjuntura Nacional com ênfase na Criança e no Adolescente</p> <p><u>Expositores:</u> Prof. Francisco Oliveira Prof. Flávia Piovesan Prof. Marcio Pochmann</p> <p>11h00 <u>Mesa 1:</u> Ações do Conanda e do Fórum Nacional DCA na Construção do Pacto pela Paz</p>	<p>08h30 Ação Governamental na Construção do Pacto pela Paz</p> <p><u>Mesa 4:</u> • Assistência Social; • Proteção Especial (Violência e Trabalho Infantil); MAS, MTE, MJ e Min Turismo • Esclarecimentos</p>	<p>08h30 Plenária para discussão e votação das propostas apresentadas nas MP</p> <p>11h30 Miniplenárias e Plenarinhas (2º Momento)</p>	<p>08h30 Plenária Final</p>
TARDE	<p>12h00 Início do Credenciamento</p> <p>17h00 Abertura oficial</p> <p>18h00 Conferência Magna <u>Conferencista:</u> Prof. Dr. Emir Sader</p>	<p>12h00 Almoço</p> <p>13h30 Ação Governamental na Construção do Pacto pela Paz</p> <p><u>Mesa 2:</u> • Saúde; • Educação: MS e MEC • Esclarecimentos</p> <p>15h30 Coffee Break</p> <p>15h45 <u>Mesa 3:</u> • Cultura e Esporte: Min Cultura e Min Esportes • Comunicação: SECOM • Esclarecimentos</p> <p>18h30 • Encerramento dos trabalhos • Encerramento do credenciamento</p>	<p>12h30 Almoço</p> <p>13h30 Ação Governamental na Construção do Pacto pela Paz</p> <p><u>Mesa 5:</u> • Conselhos Tutelares e Fundos; • Mecanismos de Exigibilidade de Direitos; • Medidas socioeducativas - SEDH • Esclarecimentos</p> <p>1430 Miniplenárias e Plenarinhas (1º Momento)</p> <p>18h00 • Encerramento dos trabalhos.</p>	<p>12h30 Almoço</p> <p>13h00 Miniplenárias e Plenarinhas (2º Momento)</p> <p>18h00 • Encerramento dos trabalhos.</p>	<p>12h00 Almoço</p> <p>13h30 Plenária Final (Continuação)</p> <p>16h00 Coletiva para os meios de comunicação (apresentação dos resultados e das conclusões centrais)</p> <p>17h00 Encerramento da V CONFERÊNCIA NACIONAL DCA</p>
NOITE	<p>19h00 Leitura, discussão e aprovação do Regimento Interno</p> <p>20h00 Encerramento do Credenciamento</p>	<p>19h30 • Reunião: Conselheiros de Direitos • Reunião: Conselheiros Tutelares • Reunião: Adolescentes</p>	<p>19h30 • Reunião: Fórum DCA com as Entidades Não-Governamentais • Oficina sobre Fundos DCA</p>		

**REGIMENTO INTERNO DA V CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Art. 1º - A V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, convocada pela Resolução nº 86 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda, realizar-se-á no período de 1º a 5 de dezembro de 2003, no Colégio Militar, Brasília - DF, e terá como tema central o “acto pela Paz: Uma Construção Possível”.

Parágrafo único - Instalada a V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conanda reunir-se-á, extraordinariamente, em Assembleia Permanente, até o seu término.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 2º - A V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente tem por objetivo geral promover ampla reflexão sobre o protagonismo social na implementação do Pacto Pela Paz, no contexto das relações Estado e sociedade.

Art 3º - Como objetivos específicos, a V Conferência pretende:

I - Avaliar a implementação do Pacto Pela Paz nos âmbitos municipal, distrital, estadual e nacional;

II - Possibilitar à sociedade brasileira o conhecimento das propostas e ações do Governo Federal na implementação do Pacto pela Paz;

III - Definir as diretrizes e ações futuras para a implementação do Pacto Pela Paz, reafirmando os compromissos e as estratégias de ações dos integrantes do Sistema de Garantias de Direitos.

CAPÍTULO VI

DAS MINIPLENÁRIAS TEMÁTICAS E “PLENARINHAS”

Art 8º - As miniplenárias temáticas e as “plenarinhas” reunir-se-ão no dia 3 de dezembro, das quatorze horas e trinta minutos às dezoito horas e, no dia 4 de dezembro, das onze horas e trinta minutos às dezoito horas, conforme a programação, dividindo-se de acordo com os nove temas do “Pacto pela Paz”, ou seja:

- I - Saúde;
- II - Educação;
- III - Assistência Social
- IV - Cultura, Esporte e Lazer;
- V - Proteção Especial – Trabalho Infantil e Violência, Abuso e Exploração Sexual;
- VI - Medidas Socioeducativas;
- VII - Conselhos de Direitos, Conselhos Tutelares e Fundos
- VIII - Mecanismos de Exigibilidade de Direitos
- IX - Comunicação

Art. 9º – Os trabalhos das Miniplenárias e das “Plenarinhas” obedecerão metodologia própria, que será apresentada no início dessas atividades.

Art. 10º – A síntese das propostas e as moções das miniplenárias temáticas serão distribuídas aos delegados e convidados antes da plenária final.

CAPÍTULO VII

DAS MOÇÕES

Art. 11 – As miniplenárias temáticas podem propor moções que devem ser elaboradas em formulário próprio, fornecido pelo Conanda.

Parágrafo único - Também poderão ser apresentadas moções que contêm no mínimo 10 % (dez por cento) de assinaturas dos delegados presentes na V Conferência Nacional, devendo estas ser entregues à Coordenação Geral da V Conferência, impreterivelmente, até as dezoito horas do dia 4 de dezembro de 2003.

METODOLOGIA DE TRABALHO

A programação foi desenvolvida a partir de:

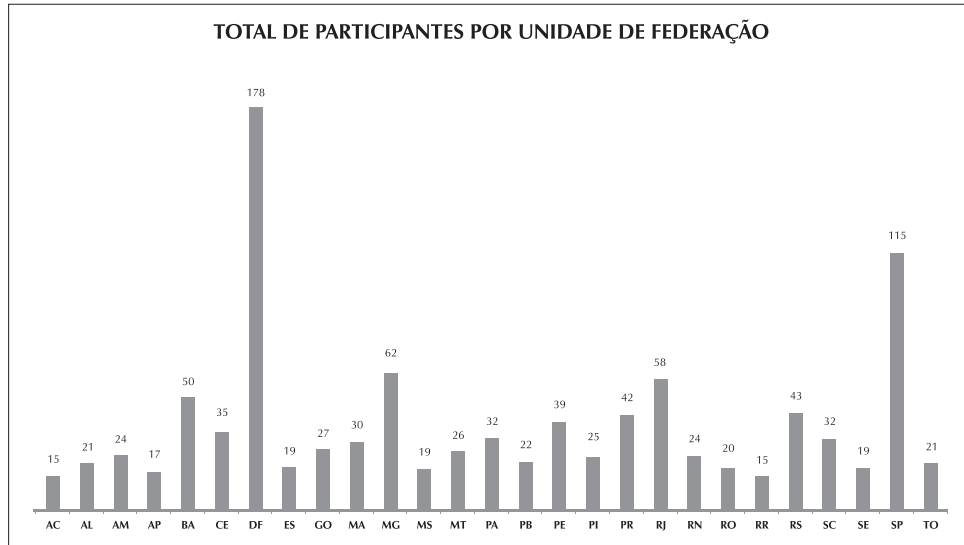
- Conferência Magna;
- Mesas de exposições seguidas de debates;
- Discussão dos avanços e das dificuldades de implementação do “Pacto Pela Paz” e indicação de perspectivas para efetivação deste a partir de Miniplenárias (MP) e “Plenarinhas” (PL), que funcionaram da seguinte forma:
 - a. *Da Plenária Geral (P), formaram-se nove Miniplenárias (MP). Estas Miniplenárias dividiram-se de acordo com os nove eixos do “Pacto pela Paz”, a saber: Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Lazer, Assistência Social, Proteção Especial - Trabalho Infantil e Violência -, Medidas Socioeducativas, Mecanismos de Exigibilidade de Direitos, Conselhos de Direitos, Tutelares e Fundos, e Comunicação.*
 - b. *Cada MP contou com a presença de um assessor técnico com reconhecido conhecimento dos eixos temáticos, o qual buscou orientar as discussões a partir da síntese das conferências estaduais.*
 - c. *Cada MP se dividiu em PL, objetivando aprofundar as discussões em grupos menores.*
 - d. *Das PL, voltou-se, após tempo de debates e síntese, à MP, para a exposição das discussões e a aprovação de uma conclusão que foi apresentada à Plenária Final. A síntese de todas as Miniplenárias foi para a Plenária Geral.*

Houve dois momentos de miniplenária e de “plenarinhas”:

No primeiro momento, obteve-se como resultado:

- *Nas Plenarinhas, três avanços e três dificuldades na implementação do Pacto pela Paz, nos últimos dois anos, e a avaliação da necessidade de atualização ou de modificação de cada estratégia dos eixos.*
- *Nas Miniplenárias, três avanços e três dificuldades, daquelas definidas nas “plenarinhas”, na implementação do Pacto pela Paz, nos últimos dois anos, e avaliação da necessidade de atualização ou de modificação de cada estratégia dos*

METODOLOGIA DAS MINIPLENÁRIAS E “PLENARINHAS”



andi.empauta.com

Brasília, 01 de dezembro de 2003

O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Garantia de direitos | Instituições

Lula anuncia plano para menores infratores

Rodrigo Rangel

BRASÍLIA. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresenta hoje um plano para combater os principais problemas por que passam **crianças** e **adolescentes** brasileiros. Resultado de um compromisso de campanha, as metas incluirão projetos que vão da área de **educação** ao combate violência, ao abuso e à exploração de menores. O anúncio será feito na abertura da V Conferência Nacional dos Direitos da **Criança** e do **Adolescente**, que reunirá até sexta-feira, em Brasília, 780 representantes do governo, Judiciário, Ministério Público e organizações não-governamentais que tratam da situação da **infância**.

Como parte das metas, o secretário nacional de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, anunciará um plano nacional para melhorar o atendimento nas unidades de internação de **adolescentes** infratores, que em muitos casos funcionam como escolas do crime. A intenção do governo é multiplicar por 15 os recursos do fundo do Conselho Nacional dos Direitos da **Criança** e do **Adolescente (Conanda)**, o que permitirá repassar recursos aos estados para reformar unidades de internação e capacitar os profissionais que lidam diretamente com os **adolescentes** que cumprem medidas educativas e de socialização.

— Hoje temos 11 mil internos no Brasil. É

inadmissível que não consigamos cumprir o que determina o Estatuto da **Criança** e do **Adolescente**, tratando cada caso como manda a lei. Ampliando os recursos do fundo, poderemos ajudar os estados, os responsáveis pelas unidades de internação — disse o ministro, que preside o **Conanda**.

.....

andi.empauta.com

Brasília, 01 de dezembro de 2003

Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Terceiro Setor/OOIs | Fundação Abrinq

Retrato desamparado da infância no Brasil

Beto Novaes **Decisão** - *Joseph Santos e Jardel Pereira pretendem monitorar as metas do plano através da Rede Sou Atitude* O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lança hoje, às 17h, durante a abertura da V Conferência Nacional dos Direitos da **Criança** e do **Adolescente**, em Brasília, um plano de ação para começar a cumprir 21 metas para a **infância** e **adolescência** assumidas pelo País no ano passado, durante a Sessão Especial pela **Criança** da Organização das Nações Unidas (ONU). Entre elas, a redução, até 2015, da taxa de **mortalidade infantil**, que hoje é de 28,7 **crianças** a cada mil nascidas vivas, para 19,2, e a redução, em dois anos, de 25% de jovens de 15 a 24 anos infectados por HIV. Há metas nas áreas de saúde, **educação**, cultura e desenvolvimento social.

A análise dos indicadores socioeconômicos para **crianças** e **adolescentes** no País revela que, embora sejam 61 milhões de brasileiros, quase 40% da população do País, e figurem como prioridade absoluta na Constituição Federal, são sempre esquecidos nas

O objetivo é diminuir em 10,7% a taxa de mortalidade por causas externas, na população de 10 a 19 anos.

— São metas perfeitamente factíveis.

Acho que elas serão superadas — disse o secretário de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, responsável por gerenciar as ações do governo na área de **infância e adolescência**.

Uma meta ambiciosa prevê que nenhuma **criança** entre 7 e 14 anos estará fora da **escola** em 2007 — hoje são 3,5% do total.

O plano é dividido em quatro eixos: Promovendo Vidas Saudáveis, Promovendo **Educação** de Qualidade, Proteção contra Abuso, Exploração e Violência e Combatendo HIV/Aids.

A proposta orçamentária, prevista no Plano Plurianual 2004-2007, está em fase de aprovação no Congresso. O valor de R\$ 55,9 bilhões é baseado numa projeção de crescimento de 3,5% em 2004, 4,5% em 2005, 4,5% em 2006 e 5,5% em 2007. A maior verba — quase R\$ 18 bilhões — será para segurança alimentar e combate à **desnutrição**.

A novidade é que as promessas do governo serão fiscalizadas pela Rede de Monitoramento Amigo da **Criança**, formada por 25 instituições nacionais e internacionais, como o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), a **Unesco** e a Save the Children da Suécia e do Reino Unido.

Como parte da rede, foi criado o portal Sou de Atitude (www.sou-deatitude.org.br), no qual jovens poderão monitorar as ações governamentais.

— Não permitam que eu cometa os mesmos erros, os mesmos desatinos que, ao longo de tantos anos, foram cometidos com as **crianças e adolescentes**. Um político precisa ser cobrado — disse Lula em seu discurso.

As ONGs se dizem prontas para fiscalizar.

— É importante porque o governo lançou ações que são mensuráveis. E são medidas realistas — diz o presidente da **Fundação**

Abrinq, Rubens Naves.

Emir Sader, coordenador do laboratório de políticas públicas da Uerj, porém, discorda: — Há uma esquizofrenia entre o Orçamento de 2004 e a prioridade social, da qual o plano faz parte. Sem sair do modelo econômico, não há prioridade para o social.

Lula volta a dizer que é contra a redução da maioria penal

Foi a primeira vez que um presidente esteve presente à conferência, que este ano tem como tema “Pacto pela paz — Uma construção possível”.

Com a participação de quase mil delegados, o encontro se transformou numa manifestação contra a redução da **maioridade penal**. Em seu discurso, Lula disse que entende a emoção das famílias vítimas da violência, mas ressaltou que o Estado não pode reagir com essa mesma paixão.

(* O repórter viajou a convite da **Fundação Abrinq**

.....

andi.empauta.com

Brasília, 02 de dezembro de 2003

Jornal de Brasília - Brasília/DF

Educação

Crianças ganham plano

Promoção de vidas saudáveis e da **educação** de qualidade e proteção contra a violência. Esses são os pilares do Plano Presidente Amigo da **Criança**, lançado ontem pelo presidente Lula, em Brasília, na 5ª Conferência Nacional da **Criança** e do **Adolescente**, que reuniu representantes de entidades governamentais e ONGs que trabalham com direitos da **infância** e juventude. Luana Raquel, presidente dos delega-

andi.empauta.com

Brasília, 02 de dezembro de 2003
O Estado de S. Paulo - São Paulo/SP
Educação

Lula condena redução da maioridade penal

Quase em lágrimas, presidente critica punição aos 16 anos e a pena de morte

Tânia Monteiro

BRASÍLIA - Em um discurso emocionado, quase chorando, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva condenou ontem a redução da **maioridade penal** para 16 anos e a pena de morte.

Ele participou da cerimônia da 5.^a Conferência Nacional dos Direitos da **Criança** e do **Adolescente**.

Depois de ressaltar que só a sociedade organizada poderá ajudar a resgatar a dívida social com a juventude, ele pediu que a população cobre soluções.

“Político tem de ser cobrado como um filho na **escola**, porque, senão, outras prioridades tomam conta.”

Emocionado, com os olhos cheios de lágrimas, Lula fez um pedido: “Não permitam que eu cometa o mesmo desatino, mesmo erro, mesmo esquecimento, que tenha a mesma má vontade com a **criança** e o **adolescente**”. E acrescentou: “Em vez da arrogância de um presidente, que poderia ter toda a sabedoria, sobre todos os problemas, eu queria, humildemente, pedir a vocês que nos ajudem a ajudar as **crianças** e **adolescentes**”. O presidente afirmou que o Estado pode menos do que as pessoas imaginam e a sociedade pode muito mais.

Coro - No auditório do Colégio Militar, em Brasília, onde havia cerca de mil pessoas, um coro gritava: “Não à maioridade (pe-

nal)”. Lula se emocionou com o discurso de Luana Costa, que representou os jovens, condenando a redução da idade penal.

O presidente abandonou o discurso escrito e falou de improviso. “Até entendo que um pai e uma mãe machucados com a morte brutal de uma filha possam reagir emocionalmente.

Todos que estamos aqui poderemos reagir emocionalmente e querer vingança.

Agora, o Estado, não. O Estado tem de fazer Justiça e precisa julgar sem nenhuma paixão, porque, senão, continuaremos a cometer erros neste País.”

Em seguida, o presidente classificou como uma “luta inglória” a defesa da redução da maioridade e criticou os que acham que, se for decretada a pena de morte, os crimes acabam. “Será que as pessoas pediram pena de morte para os policiais que praticaram a chacina da Candelária? Será que as pessoas pedem pena abrupta quando um adulto estupra uma **menina** ou quando faz sexo com ela nesses bordéis, tirando proveito da situação financeira delas?”, prosseguiu, perguntando se esses casos também não são “bárbaros”.

Na avaliação dele, há um grande número de fatores que leva **crianças** às ruas, inclusive as condições das famílias.

“Tão ou mais grave que a questão econômica é a degradação da estrutura da nossa sociedade, a começar pela família”, disse, questionando se não seria a família que está precisando de conselho e reeducação. Lula criticou o papel da televisão na formação dos jovens.

Ao avisar que quer estar no próximo encontro para apresentar resultados, Lula disse que a solução não virá de leis, mas da solidariedade. A cerimônia lançou o Plano Presidente Amigo da **Criança** e do **Adolescente**, com metas até 2007 e atuação na saúde, **educação**, segurança e prevenção à Aids.

contemplar um partido que precise estar dentro do governo”, disse Lula. E se a reforma vier só para abrigar o PMDB, os ministérios menores estão mesmo fora de cogitação. A base aliada está de olho grande em pastas como a da Saúde, da **Educação**, das Comunicações ou das Cidades.

O presidente garantiu que já tem os nomes da substituição na cabeça, mas só vai divulgá-los “quando for a hora”.

É sabido que esse prazo não acabará antes da aprovação da reforma tributária no Senado. Na semana passada, o presidente defendeu os ministros à frente das pastas recém-inauguradas na Esplanada dos Ministérios. Foram elogiados publicamente os ministros do Esporte, Agnelo Queiroz, da Aqüicultura e Pesca, José Fritsch, e do Turismo, Mares Guia. No domingo, Lula reforçou o recado aos que insistem na necessidade de emagrecer a Esplanada.

O presidente justificou um a um os ministérios criados.

Para o do Turismo disse que existe uma necessidade de se ter políticas que vendam o país no exterior. “É verdade que o Brasil tem violência, futebol e carnaval. Mas o Brasil tem muita coisa que precisa ser mostrada.

E quem vai mostrar isso, são os nossos concorrentes? ”, provocou. A pasta de Igualdade Racial, por sua vez, foi um compromisso com o movimento negro. “Não existe preconceito maior do que a própria sociedade não se reconhecer”, avaliou, ao citar pesquisa do IBGE em que apenas 6% da população se auto-define como negra.

O que não foi lembrado pelo presidente é a baixíssima execução orçamentária dos pequenos ministérios o que reflete uma também minúscula atuação na prática. A Secretaria Especial de Promoção de Política para Mulheres, por exemplo, chega ao 12º mês de governo sem ter gasto 2% do orçamento de 2003. Dos R\$ 21,4 milhões, foram usados

apenas R\$ 353 mil. No caso da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, até hoje essa pasta trabalha sem recursos próprios.

Enquanto as políticas não aparecem, a oposição aproveita para questionar o método de contenção do governo para garantir o superávit primário definido com o Fundo Monetário Internacional (FMI). “Na prática, não há ministério importante neste governo, a não ser o da Fazenda e da Casa Civil. Esses (os recém-criados) foram uma necessidade

do presidente de abrigar os amigos”, ataca o deputado Pauderney Avelino (PFL-AM). Ontem o presidente participou da cerimônia de abertura da 5ª Conferência Nacional dos Direitos da **Criança** e do **Adolescente**, no Colégio Militar de Brasília, em seguida foi para São Paulo, de onde embarcará para uma viagem aos países árabes.

.....

andi.empauta.com

*Brasília, 02 de dezembro de 2003
Correio Braziliense - Brasília/DF
Garantia de direitos Instituições*

Naves quer reformas de internatos

Contrário às mudanças no Estatuto da **Criança**, presidente do Superior Tribunal de Justiça defende aparelhamento de centros de recuperação como o **Caje**. Lula lança plano contra violência entre jovens.

Da equipe do Correio

O presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Nilson Naves, defende uma reforma no **Caje** e em todas as unidades de internação de menores infratores. Durante a abertura da V Conferência Nacional dos Direitos da **Criança** e do **Adolescente**, Nilson Naves criticou a União, estados e

Plano para adolescentes

Fabiola Góis

Da equipe do Correio

O governo federal quer unificar o regimento de todas as unidades de internação do país. Essa é uma das medidas do Plano Presidente Amigo da **Criança** anunciadas ontem durante a abertura da V Conferência Nacional dos Direitos da **Criança** e do **Adolescente**. O evento, no Colégio Militar, atraiu 138 delegados de todas as unidades da federação e serviu como palco para a defesa da manutenção da idade penal.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva entrou no auditório por volta de 20h. Foi aplaudido por mais de 300 jovens contrários à redução da idade penal. A representante dos participantes, a piauiense Luana Raquel Costa Porto, alertou para a necessidade de políticas para ressocializar **adolescentes** em conflito com a lei e para a aplicação do Estatuto da **Criança** e do **Adolescente**. “Se a lei for cumprida, não precisa aprisionar os jovens”, disse.

O plano, coordenado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, prevê 200 ações na área da **infância** e da **adolescência** divididas em quatro grupos: saúde, **educação**, proteção contra a violência, e combate ao HIV/AIDS. A proposta orçamentária, prevista no Plano Plurianual 2004/2007, totaliza R\$ 55,9 bilhões.

A estimativa é que 11 milhões de jovens sejam atendidos.

Discurso de Lula

Lula iniciou o discurso de improviso. Comentou a morte de Liana Friedenbach e Felipe Caffé, assassinados em São Paulo por um menor. Para o presidente, é compreensível que um pai que perdeu um filho defenda a redução da idade penal, mas o Estado deve

primar pela manutenção. “Tão grave ou até mais grave do que as questões econômicas desse país é o processo de desagregação da estrutura da sociedade, a começar pela família”, afirmou. Lula disse que uma das saídas para a redução dos crimes cometidos por jovens não são medidas mais duras, mas **educação** e emprego.

A pobreza, na opinião do presidente, não é motivo para que um **adolescente** se torne um marginal.

Ele citou o próprio exemplo para ilustrar a situação de **crianças** que têm família de origem pobre e conseguem fugir do mundo do crime. “Somos oito irmãos. Nenhum tem nível superior, mas um chegou a presidente”, comparou.

Nilmário Miranda defende a reformulação das instituições que abrigam **adolescentes** em conflito com a lei, **educação profissional** voltada ao **ensino médio** e projetos na área de saúde. “Todas as medidas já foram aprovadas pelo **Conanda** (Conselho Nacional dos Direitos da **Criança** e do **Adolescente**).”

O vice-presidente do **Conanda**, José Fernando da Silva, ressaltou que as atuais instituições de **privação de liberdade** não conseguem ressocializar os jovens infratores. “O **Conanda** defende que as instituições tenham até 40 **adolescentes**. Não pode haver mais sistema prisional.”

As metas do governo Redução da **mortalidade infantil** de 27 para 24 óbitos por mil nascimentos.

O governo pretende reduzir também a taxa de mortalidade por causas externas entre a população de 10 a 19 anos, de 46,7 para 41,7 para cada cem mil.

Educação: A meta para 2007 é que nenhuma **criança** de 7 a 14 anos esteja fora da **escola**. No **ensino médio**, a intenção é alcançar uma taxa de **escolarização** de 69,3% em quatro anos.

chácara foi objeto de uma sindicância no Ministério do Trabalho. Vamos aguardar a sentença em primeira instância, o esgotamento de todos os recursos e, transitada e julgada uma decisão contra ele, então nosso pronunciamento será feito no sentido de condená-lo, é claro, como também será feito no sentido de absolvê-lo, caso a Justiça o absolva', disse Fausto.

Já o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Nilson Naves, afirmou que a reportagem publicada pela 'Veja' não aponta provas contra Corrêa. 'Eu li e não me pareceu assim tão significativa a acusação. Não vi a indicação de provas. E o próprio presidente do Supremo já deu as explicações devidas', disse. As autoridades deram as declarações na 5ª Conferência Nacional dos Direitos da **Criança** e do **Adolescente**, no Colégio Militar de Brasília. Procurado, o ministro do Trabalho, Jaques Wagner, não quis conceder entrevistas.

Outro lado Acusado em reportagem da revista 'Veja' de praticar uma série de irregularidades em chácara que arrenda do Governo do Distrito Federal, o presidente do STF, ministro Maurício Corrêa, divulgou nota à imprensa na qual atribui toda a responsabilidade a seu genro Joabason Martins, que desde 1990 utilizaria o imóvel. Conforme a revista, uma vistoria de fiscais do trabalho identificou nove funcionários sem carteira assinada. Outros receberiam menos que o salário mínimo, de R\$ 240. Um **garoto** de 15 anos trabalharia com remuneração de R\$ 125, embora a legislação proíba o trabalho de menores de 16 anos.

Corrêa diz que 'raramente frequenta a chácara' e que só tem um empregado, devidamente registrado. Os outros seriam funcionários do genro. Ele afirmou ainda que a fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho expediu notificação ao genro. 'Nenhum documento foi expedido em nome de

Maurício Corrêa.' O ministro sugere a possibilidade de uso político do fato.

Ele 'lamenta a forma como foi realizada a inspeção, no mínimo estranha', relatando que 'cinco pessoas em três carros, munidas de máquinas fotográficas, entraram na chácara, sem permissão, e passaram a inquirir os ali presentes'. Ele anunciou que pedirá esclarecimentos ao Ministério do Trabalho sobre as circunstâncias da fiscalização e a função das outras pessoas que acompanhavam os dois auditores fiscais do trabalho.

.....

andi.empauta.com

*Brasília, 02 de dezembro de 2003
Folha de São Paulo - São Paulo/SP
Andi*

Lula anuncia pacote de ações de R\$ 55,9 bi

Entidades que atuam no setor dizem que as metas estabelecidas só serão alcançadas se não houver corte de verbas

*Wilson Silveira
Gabriela Athias*

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Em clima de ceticismo e de cobrança de recursos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou ontem o "Plano Presidente Amigo da **Criança** e do **Adolescente**", ao abrir a 5ª Conferência Nacional dos Direitos da **Criança** e do **Adolescente**, no Clube Militar de Brasília, na presença de 1.200 pessoas.

O plano prevê ações nas áreas de saúde, **educação**, segurança e prevenção à Aids entre **crianças** e **adolescentes**.

As metas foram fixadas para 2007, um ano depois do fim do atual mandato de Lula, coin-

do **Adolescente**, realizada ontem, virou um ato contra a redução da **maioridade penal**. Ao chegar na conferência, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi saudado por um coro formado pelas 1.200 pessoas presentes que dizia: “Não, não à redução”. A redução da maioridade voltou a ser discutida com mais intensidade após o assassinato dos **estudantes** Liana Friedenbach, 16, e Felipe Caffé, 19, no início do mês. O crime, segundo a polícia, foi arquitetado por um menor. A primeira a falar contra a redução foi Luana Raquel Costa Porto, do Movimento Nacional de **Meninos e Meninas de Rua**, representante dos adolescentes. “Se a lei for cumprida, não vamos mais precisar aprisionar as **crianças e adolescentes** do Brasil”, disse, referindo-se ao ECA (Estatuto da **Criança e do Adolescente**).

Lula afirmou entender pais e mães que, machucados pela morte dos filhos, peçam o endurecimento penal.

Mas ressaltou que o Estado não pode ter a mesma atitude. Também reconheceu que a sociedade vive num estado de comoção que, se fosse feita uma pesquisa, as pessoas seriam a favor do endurecimento penal.

Para o presidente, que na semana passada chegou a defender penas mais rigorosas “aos jovens que matam”, crimes envolvendo menores causam mais comoção do que aqueles cometidos por adultos: “Pediram pena de morte aos policiais quando houve a chacina da Candelária?”

Em julho de 1993, policiais civis e militares atiraram contra um grupo de 72 menores que dormiam em frente à igreja, no Rio, matando oito **crianças**.

.....

andi.empauta.com

*Brasília, 02 de dezembro de 2003
Correio do Povo - Porto Alegre/RS
Direitos Violados | Desnutrição*

Brasil discute os direitos do menor

Até sexta-feira, a capital federal vai sediar a V Conferência Nacional dos Direitos da **Criança** e do **Adolescente**, cuja abertura oficial foi feita ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Colégio Militar de Brasília. Lula anunciou o plano ‘Presidente Amigo da **Criança**’, com as principais ações do governo federal para atingir as 21 metas estabelecidas pela ONU, em 2002, para **crianças** e jovens de todo o mundo. O plano, já aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da **Criança e do Adolescente**, vai beneficiar diretamente 60 milhões de **crianças e adolescentes** de todo o Brasil. Entre as principais metas do projeto estão a redução das taxas de **mortalidade infantil** e materna, o aparelhamento e a expansão das redes de saúde, além da melhora do ensino público. *Correio do Povo*

.....

andi.empauta.com

*Brasília, 02 de dezembro de 2003
Estado de Minas - Belo Horizonte/MG
Direitos Violados | Desnutrição*

Renovação de compromissos

O lançamento de um amplo programa para cumprir as 21 metas para a **infância e adolescência** assumidas pelo Brasil, no ano passado, perante as Nações Unidas, foi o principal item do discurso que o presidente da República pronunciou em Brasília,

al que pode garantir o sucesso do plano. “O Estado pode menos do que vocês imaginam, e a sociedade civil organizada pode muito mais”, afirmou.

As metas previstas no plano, como a redução da **mortalidade infantil** de 27 para 24 a cada 1 mil nascidos vivos, e de 5,7% para 3,7% para a taxa de **desnutrição** entre **crianças** menores de 5 anos, são consideradas modestas pelo secretário Especial dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, presidente do Conselho Nacional de Direitos da **Criança** e do **Adolescente (Conanda)** e coordenador do plano. “Mas são as metas que podemos alcançar com a projeção de crescimento econômico que temos, de 3,5% para 2004 e 5,5% para 2007”, justifica.

O lançamento do plano divide opiniões. Coordenador do Laboratório de Políticas Públicas da **Universidade** Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Emir Sader afirma que “não é possível a prioridade social com as metas de ajuste fiscal do governo. Há uma esquizofrenia entre o orçamento apertado do ano que vem, com a projeção de superávit fiscais superiores ao que o FMI pede, e a prioridade social. As duas coisas são incompatíveis”, afirma.

Para ele, o contingenciamento de R\$ 14 bilhões dos ministérios sociais este ano é sinal de quem define as prioridades do governo é a área econômica. “Sem sair desse modelo econômico, não há prioridade para o social”.

Mas a assessora técnica do Instituto de Estudos Socioeconômicos, Jussara de Goiás, afirma que o grande avanço do plano é colocar a **infância** e **adolescência** no centro das articulações das políticas públicas. “A construção do plano fez os ministérios, pela primeira vez, perceberem que suas ações precisam chegar a **criança**. É a primeira vez que se percebe que a **criança**

precisa de terra, saneamento básico, açudes e barragens. Até então, as políticas para a **infância** eram pensadas só no âmbito da assistência social.”

Por Tacyana Arce de Brasília

.....

andi.empauta.com

Brasília, 02 de dezembro de 2003

A Gazeta - Vitória/ES

Educação | Programas de assistência | Bolsa Escola

Ajuda a crianças terá R\$ 55,9 bilhões

Brasília – O Governo federal pretende investir R\$ 55,9 bilhões nos próximos quatro anos para melhorar a vida das mais de 60 milhões de **crianças** e **adolescentes** brasileiros até 17 anos.

O plano de ação Presidente Amigo da **Criança** e do **Adolescente**, anunciado ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, prevê 200 ações e inclui metas como a redução de 11,1% na taxa de **mortalidade infantil**, de 25% na taxa de mortalidade materna nas capitais e de 35,1% na taxa de **desnutrição** entre **crianças** menores de cinco anos.

A queda da violência também está contemplada no plano, lançado na abertura da V Conferência Nacional dos Direitos da **Criança** e do **Adolescente**, que acontece até sexta-feira em Brasília. O objetivo é diminuir em 10,7% a taxa de mortalidade por causas externas na população de 10 a 19 anos. “São metas perfeitamente factíveis. É o mínimo que podemos alcançar. Acho que elas serão superadas”, disse o secretário nacional de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, responsável por gerenciar as ações do Governo na área de **infância** e **adolescência**.

Uma meta ambiciosa prevê que nenhuma

taxa de **alfabetização** de pessoas acima dos 15 anos de 87,70% para 90,10% - Municipalizar as **medidas socioeducativas** em municípios com mais de 200 mil habitantes- Garantir proteção, nas capitais mais violentas, para 6 mil **crianças** e **adolescentes** sob ameaça de morte- Reduzir a taxa de incidência de HIV em **bebês** de 3,7% para 2%Os investimentos serão R\$ 55,9 bilhões até 2007:- Saúde: R\$ 35,3 bilhões. **Educação:** R\$ 19 bilhões- Proteção contra o abuso e a violência: R\$ 1,2 bilhão- HIV/Aids: R\$ 337 milhões.

.....

andi.empauta.com

*Brasília, 02 de dezembro de 2003
Zero Hora - Porto Alegre/RS
Garantia de direitos / Maioridade Penal*

Lula volta a criticar a redução da maioridade

Presidente foi ovacionado em Brasília Em um discurso emocionado, que quase o levou às lágrimas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reafirmou ontem sua posição contrária à redução da **maioridade penal**, ao discursar para cerca de 1,5 mil pessoas, na abertura da 5ª Conferência Nacional dos Direitos da **Criança** e do **Adolescente**, em Brasília. A cerimônia acabou se transformando em ato contra a redução da **maioridade penal**.

Lula afirmou que um pai e uma mãe que vêem um filho assassinado brutalmente podem reagir emocionalmente, mas o Estado não. O presidente disse entender a comoção de pais e mães machucados com a morte brutal dos seus filhos e desejar vingança, mas deixou claro que o governo deve “julgar sem nenhuma paixão” para não conti-

nuar a cometer erros no Brasil.

- Já vi pessoas cristãs na beira do caixão, dizendo que não acreditam mais em Deus depois de perder um filho ou a mãe. É o mesmo estado emocional de alguém que acha que vamos resolver o problema da violência reduzindo a idade penal - enfatizou. Lula foi ovacionado pela platéia, composta, em sua maioria, por **crianças** e jovens contrários à redução de 18 para 16 anos na idade penal. O presidente chegou a receber da representante dos jovens um documento que pede a manutenção dos 18 anos como a idade mínima para uma pessoa ser presa.

Campanha na TV abordará plebiscito

Esta semana, os brasileiros devem começar a ver na TV e no rádio uma campanha para discutir um plebiscito sobre a redução da maioridade em crimes hediondos, segundo o advogado Ari Friedenbach, pai da jovem Liana - morta com o namorado Felipe Caffé pelo grupo liderado por um **adolescente**. O advogado está coletando assinaturas em defesa da mudança.

Ontem, Friedenbach se encontrou com o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), mas não conseguiu convencê-lo a assinar o documento. Alckmin é contra a redução da maioridade.

.....

andi.empauta.com

*Brasília, 02 de dezembro de 2003
Diário Catarinense - Florianópolis/SC
Termos gerais | Jovens e crianças*

Lula lança plano ‘amigo’ das crianças

Nos próximos cinco dias, Brasília vai ser palco de debates entre o governo e a sociedade civil

do índice de mortalidade materna, visando atingir a taxa de 55,9 óbitos por 100 mil nascimentos em 2007.

Outra meta é reduzir a taxa de **desnutrição** entre **crianças** menores de cinco anos, dos atuais 5,7% para 3,7%, e diminuir de 7,7% para 5,7% da incidência de baixo peso ao nascer.

Também busca menor taxa de mortalidade de **adolescentes** por causas externas, de 46,7 para 41,7 para cada 100 mil, além de 19,1% para 15% do número de famílias sem acesso à rede de distribuição de água e de 36% para 31% no número de famílias sem acesso a coleta de esgotos.

O plano propõe ampliar a inclusão **escolar** das **crianças** de zero a seis anos dos atuais 35% para 65% até 2007, assim como de 96,5% para 100% o acesso à **escola** de **crianças** de sete a 14 anos.

Igualmente busca evitar a progressão do HIV/Aids entre **adolescentes**. Entre 91 e 2001, foram notificados 9.704 casos no Brasil. Também prevê ampliar de 50% para 100% do fornecimento de suprimento lácteo para filhos de portadoras de HIV, até os seis meses de idade. *(Colaborou Cristiane Parente)*

REPERCUSSÃO

“Acho esse plano de fundamental importância porque definitivamente esse tema da **criança** e do **adolescente** está na agenda do Brasil e a gente tem recebido o apoio de nosso principal aliado que é o presidente da República.

Já na primeira reunião com seus ministros, o Lula disse que seria uma prioridade de seu governo o combate à **exploração sexual** de **crianças** e **adolescentes** e recentemente manifestou-se contra a redução da **maioridade penal**. Esse plano mostra também uma das características mais importantes do governo Lula que é chamar a

sociedade para participar” – *Patrícia Saboya*, senadora.

“Um plano social que se volte para as **crianças** e **adolescentes** pobres das periferias das grandes cidades deveria ser o programa social por excelência do governo. Há uma esquizofrenia entre o orçamento apertado do ano que vem e a projeção de superávits fiscais superiores ao que o Fundo Monetário pede e a prioridade social da qual esse plano deve fazer parte” - *Emir Sader*, coordenador do Laboratório de Políticas Públicas da UERJ.

.....

andi.empauta.com

Brasília, 02 de dezembro de 2003

Jornal Correio - Uberlândia/MG

Garantia de direitos | Maioridade Penal

Lula discursa sobre mudanças na maioridade penal

Criminalidade está ligada à desestruturação da família.

Ao discursar ontem para cerca de 1.500 pessoas, na abertura da V Conferência Nacional dos Direitos da **Criança** e do **Adolescente**, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, enfatizou que o Estado não pode “reagir emocionalmente” por mudanças na **maioridade penal**. Lula afirmou entender o estado emocional de pais e mães machucados com a morte brutal dos seus filhos e desejar vingança, mas deixou claro que o governo deve “julgar sem nenhuma paixão” para não continuar a cometer erros no Brasil.

“Já vi pessoas cristãs na beira do caixão, dizendo que não acreditam mais em Deus depois de perder um filho ou a mãe. É o mesmo estado emocional de alguém que acha que vamos resolver o problema da violência

to de 3,5% em 2004, 4,5% em 2005, 4,5% em 2006 e 5,5% em 2007. A maior verba – quase R\$ 18 bilhões – está destinada à segurança alimentar e ao combate à **desnutrição**.

A novidade é que as promessas serão fiscalizadas pela Rede de Monitoramento Amigo da **Criança**, formada por 25 instituições nacionais e internacionais. Foi criado também o portal Sou de Atitude (www.soudeatitude.org.br), onde as ações governamentais poderão ser monitoradas. “Não permitam que eu cometa o mesmo erro que ao longo de tantos anos foram cometidos com **crianças e adolescentes**. Um político precisa ser cobrado”, disse Lula em seu discurso.

.....

andi.empauta.com

Brasília, 02 de dezembro de 2003
Jornal do Commercio - Recife/PE
Terceiro Setor/OOIs | *Fundação Abrinq*

EXCLUSIVO ONLINE:

Leia íntegra do discurso de Lula

02/Dez/2003

“Meu caro companheiro Nilmário Miranda, secretário especial de Direitos Humanos; almirante-de-esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, ministro interino da Defesa; Cristóvam Buarque, ministro da **Educação**; Gilberto Gil, ministro da Cultura; Jacques Wagner, ministro do Trabalho; Benedita da Silva, ministra de Assistência Social; Agnelo Queiroz, ministro do Esporte; Luiz Dulci, secretário-geral da Presidência da República, “Matilde Ribeiro, secretária especial de Política para as Mulheres; senadora Patrícia e a nossa companheira deputada Maria do Rosário, coordenadoras da Frente Parlamentar Mista em

Defesa dos Direitos da **Criança** e do **Adolescente**; ministro Nilson Naves, presidente do Superior Tribunal de Justiça; senador Arthur Virgílio; deputados Guilherme Menezes e Luiz Couto; ministro Francisco Fausto de Medeiros, presidente do Tribunal Superior do Trabalho; senhora Sandra Simon, procuradora-geral do Trabalho; senhor José Fernando da Silva, vice-presidente do Conselho dos Direitos da **Criança** e do **Adolescente**; general Francisco Albuquerque, comandante do Exército; senhor Rubos Naves, representante da Rede de Monitoramento Amigo da **Criança** e presidente da **Fundação Abrinq** para os Direitos da **Criança** e do **Adolescente**; minha querida Luana, meus amigos, minhas amigas, “Eu não vou ler um discurso, porque o clima não está para leitura. Eu estava ouvindo a Luana falar e estava pensando o que aconteceu, no nosso país, nesses últimos 30 anos, pelo menos.

“Eu não acredito que tenha um presidente mais amigo da **criança** do que outro, ou uma mulher mais amiga da **criança** do que outra, ou um deputado mais amigo da **criança** do que outro. Porque, no fundo, no fundo, todos nós, que temos filhos, sabemos qual é a importância das nossas **crianças**, dentro da nossa casa e fora da nossa casa.

“Eu, simplesmente, ao invés de fazer crítica a quem quer que seja, gostaria que o nosso querido Brasil – e vocês terão mais uma oportunidade – entrasse num processo de reflexão, para a gente descobrir, eu diria, sem nenhuma paixão, o que está acontecendo neste país.

“Eu até entendo que um pai – ou uma mãe – machucado com uma morte brutal de uma filha ou de um filho possa reagir emocionalmente e querer vingança. Todos nós, que estamos aqui, poderemos, um dia, reagir emocionalmente. Se acontecer alguma coisa conosco, com um filho nosso, com um

dos viraram chefes-de-família e tem até um que virou presidente da República. E estou dizendo isto para tentar dizer para vocês que não é apenas a questão da pobreza; também, tem outra coisa, quem sabe, mais séria.

“Eu venho discutindo, já há algum tempo e, possivelmente, algumas de vocês, ou alguns de vocês, em algum lugar desse Brasil, já me ouviram dizer o que vou repetir aqui: tão grave ou até mais grave do que as questões econômicas deste país é o processo de desagregação da estrutura da nossa sociedade, a começar pela família.

“O governador Mário Covas, um dia, me disse que na **Febem**, em São Paulo – já faz um tempo isso –, cada **criança** custava por volta de mil e oitocentos reais, por mês. Isto, estou falando de quase quatro anos atrás. E eu fiquei imaginando: “Será possível recuperar uma **criança** fora do convívio da família?” Será que quem está precisando de conselho e de reeducação não é a própria família e a **criança** ou o **adolescente**? Porque muitas vezes não discutimos as causas, discutimos apenas os efeitos. E outra vez cuidando dos **adolescentes**.

“Eu sou do tempo da palmatória nas escolas. Depois saiu a palmatória e, quando a gente fazia uma arte, apanhava na palma da mão, até a mão ficar inchada; era o tempo da garrafinha, da tampa de garrafa e do caroço de milho, em que a gente se ajoelhava quando fazia alguma coisa errada. Ou, às vezes, era o servente que tinha autorização para meter a régua na cabeça da gente, e era uma régua de um metro, daquelas grossas, e que a gente, bem ou mal, ia aprendendo a ficar com medo e a respeitar as pessoas que entravam na sala de aula. O que a gente percebe? O castigo não fazia o aluno ser mais inteligente ou menos inteligente; pelo contrário, ele transformava a **escola** numa coisa menos prazerosa do que ela deveria ser.

“Da mesma forma que uma pessoa que mora

num quarto de três por três com pai, mãe, cinco ou seis filhos, dormindo todo mundo junto. Lógico que uma **criança** não tem vontade de voltar para casa, tem vontade de sair e nunca mais aparecer.

“Outro dia, eu vi uma pesquisa da Clarice Herzog – sobre um tema que eu venho discutindo, essa questão de desagregação da estrutura familiar e da sociedade. Ela fez uma pesquisa mostrando a diferença entre a pobreza de uma grande metrópole e a pobreza no interior. Numa cidadezinha, Arthur Virgílio, como Maués, lá no Estado do Amazonas, as pessoas, por mais pobres que sejam, ainda têm uma estrutura familiar na cidade. Às vezes têm o pai e mãe, às vezes um tio e uma tia, às vezes um padrinho, e numa pequena cidade isso vale muito, até uma relação de amizade vale muito.

Então essa pessoa é uma pessoa tranqüila, que está pobre, está passando necessidades, mas ainda tem a esperança, a fé, tem uma estrutura de sociedade que lhe permite um mínimo de expectativa.

“Mas quando essa mesma pessoa pobre e tranqüila, que mora com quatro ou cinco filhos na casa do sogro ou da sogra, vem para um grande centro urbano, vai morar numa situação totalmente degradada, em que não se sabe onde é o espaço do banheiro ou o espaço da cozinha, muitas vezes dormindo juntos cinco ou seis pessoas. Eu digo isto porque eu tinha 10 anos de idade e dormiam 13 pessoas, num quarto-e-cozinha.

Treze! E, hoje, as pessoas não têm nem um quarto-e-cozinha, na maioria dos lugares em que a gente vai, por essa periferia afora.

“Quem é que conhece como é que se mora numa palafita, seja na Bahia, seja em Pernambuco, seja no Maranhão, seja no estado do Amazonas, em situação totalmente degradante, em que uma **criança** não tem uma única razão, um único motivo para dizer: “Eu quero morar aqui”? Então, a rua

blica, o prefeito da cidade, o governador do Estado ou o delegado de polícia ou a Justiça da cidade.

“Eu acho que vai acontecer um dia, neste país, em que cada um de nós vai levantar e perguntar: “Eu vou criticar o Lula? Eu vou criticar o Congresso Nacional? Eu vou criticar as Forças Armadas? Eu vou criticar os ministros? Eu vou criticar o prefeito e o governador?” Dedique um minutinho só para perguntar: “E eu? O que eu fiz hoje por aquilo em que acredito?” “Se todos nós assumirmos a responsabilidade e fizermos o que vocês estão fazendo por este país afora, acho que a chance é muito maior.

“A Luana é um exemplo. Quem não é do Piauí não sabe. Ela mora num lugar chamado Irmã Dulce. Foi a primeira vila que fomos visitar depois da posse. E a situação da maioria das pessoas era uma situação degradante.

Pessoas que moravam realmente muito mal. Se não se apresenta para ela e para outros milhões de **crianças** uma perspectiva de que o depois de amanhã vai ser melhor do que o amanhã, que será melhor do que o hoje e melhor do que o ontem, quem é que pode segurar a impetuosidade de um **adolescente**, de uma **criança**?

“Nesses dias, num comício, me entregaram um bilhete, que entreguei para o general Albuquerque. Um pai pedindo: “Pelo amor de Deus, presidente, arrume um jeito de o meu filho servir ao Exército”. E é engraçado:

quarenta anos antes, era o que minha mãe pensava. Minha mãe achava que todos nós deveríamos servir ao Exército, para aprendermos a a ser homens. Passados quarenta anos, ainda tem uma enorme gama de brasileiros por este país que quer um lugar.

Hoje, essas **crianças** não têm nem um Senai, como eu tive. Não têm nem o Senai, que foi uma das melhores coisas que aconteceram na minha vida.

“Por isso, quero dizer a vocês: nesses dias em que vocês estarão aqui, vários ministros virão aqui, assumir compromissos, assinar protocolos de coisas que cada Ministério vai fazer.

Mas eu quero dizer para vocês desde já: eu espero, no ano que vem, ser convidado por vocês para voltar na VI conferência que vocês vão fazer.

Eu gostaria de vir aqui, não para ser aplaudido por tanta gente que conheço de tantos anos e de tantos lugares, mas vir aqui para que vocês, com a mesma honestidade, com o mesmo carinho com que me aplaudiram e gritaram o meu nome, me digam: “Presidente, ainda falta fazer muita coisa. Por que não fez?” “Que vocês me cobrem, porque um político precisa ser cobrado, como um filho tem que ser cobrado pela mãe ou pelo pai para estudar, para fazer as coisas certas, para fazer aquilo que tem que ser feito, porque, senão, outras prioridades vão tomando conta da cabeça das pessoas.

“E quero dizer para vocês, em nome do meu governo: acho que muitos presidentes que eu conheço, quem sabe, tiveram a mesma preocupação que eu tenho. Quem sabe, a diferença seja na nossa formação política, na nossa origem de classe. Mas, para que a gente não cometa os erros que outros cometeram, tenham consciência de uma coisa: nós não sabemos de tudo e nós não podemos tudo.

“Somente a garra de vocês, companheiros que se dispõem a sair, de ônibus, dos mais diferentes lugares deste país, e vêm, quem sabe, comendo pão com mortadela no ônibus.

Melhor do que eu, que vim comendo farinha e rapadura, de Garanhuns para cá.

“Somente vocês é que podem ajudar a consertar este país. Essa dívida com as nossas **crianças** e os **adolescentes** não é de nenhum de nós, individualmente, é de muita gente deste país. E, portanto, eu gostaria que vocês não permitissem que eu cometesse o

ciais do IBGE, Luís Antônio de Oliveira. Segundo ela, a diferença na esperança de vida, entre homens e mulheres, que no Brasil é de 7,6 anos, serve como um alerta, principalmente porque está relacionada a situações externas e não apenas a fatores biológicos ou ambientais.

Em quase todos os países do mundo as mulheres vivem mais do que os homens, mas no caso brasileiro a diferença é um pouco elevada e explicada pelos altos índices de mortalidade por violência entre jovens de 20 a 24 ou de 20 a 29 anos, do sexo masculino.

Outra observação, agora do gerente da Coordenação de População e Indicadores Sociais do IBGE, Fernando Albuquerque. Ele ressalta que, apesar dos números terem melhorado, “ainda há muito o que fazer”. Países com economias menos desenvolvidas apresentam indicadores mais positivos. “É um progresso, assinala, mas um progresso como o da nossa economia, que cresceu 0,4% – variação do Produto Interno Bruto no terceiro trimestre ante o segundo trimestre”.

Mais incisivo, o médico Eduardo Costa, epidemiologista da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), não vê muito o que comemorar. Para ele, a principal causa do aumento da expectativa de vida, até mais importante do que a própria redução da mortalidade, foi a queda na taxa de fecundidade nos últimos anos. Essa é também a razão predominante para o declínio da **mortalidade infantil**, segundo o médico.

Pelos dados do Censo 2000, cada mulher tem em média 2,3 filhos.

Em seu entender, o acesso à saúde ainda é precário e é preciso alterar o foco dos programas. “Gasta-se muito com procedimentos complexos e muito pouco com a atenção primária e com os cuidados básicos, que são os fatores que, de fato, surtem efeito”, assinala. Nesse sentido, de atenção primária e cuidados básicos, o Plano Presidente Amigo das

Crianças, lançado esta semana na abertura da 5.^a Conferência Nacional dos Direitos da **Criança** e do **Adolescente**, em Brasília, soma-se a outras iniciativas, como a da vitoriosa Pastoral da **Criança**, da médica Zilda Arns. Entre as propostas, na área de saúde, o novo plano do presidente Lula prevê a ampliação do Programa Saúde da Família, do Bolsa-Família e de campanhas de imunização, sem esquecer as obras de infra-estrutura. Paralelamente, deve ser seguida a lição da Pastoral, citada por Zilda Arns em entrevista à Gazeta do Povo: “Organizamos as comunidades e abençoamos as líderes, que multiplicam saber e solidariedade”.

.....

andi.empauta.com

*Brasília, 03 de dezembro de 2003
Jornal do Commercio - Recife/PE
Educação | Ensino Profissionalizante*

Cláudia Parente

A segunda morte

A comprovação de que Pernambuco já está na rota do tráfico internacional de órgãos de seres humanos não chega a ser surpreendente. No ano passado, a professora americana Nancy Scheper-Hughes, fundadora da Organs Watch, organização que mapeia a rota do tráfico em todo o planeta, esteve no Estado para investigar as adoções internacionais irregulares em Timbaúba, onde já tinha estado no início da década de 90.

Ela constatou que, em alguns casos, as **crianças** não foram encontradas nos endereços constantes nos processos de adoção. Ela recebeu denúncias de que os menores executados por grupos de extermínio do município tinham os órgãos retirados e estavam

mento **Juvenil Especializado (Caje)**. A maioria dos motivos que serviram de estopim para a rebelião de mais de 100 internos ainda faz parte da rotina. A comida melhorou e as denúncias de maus tratos diminuíram, mas as dificuldades provocadas pela superlotação ainda persistem.

Depois de visitar o **Caje**, ontem à tarde, representantes de organizações não-governamentais, do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da **Criança** e do **Adolescente (Conanda)**, do Ministério Público e das comissões de Direitos Humanos da Câmara Legislativa e da Câmara dos Deputados voltaram a denunciar a situação precária da instituição. “O lugar é insalubre. O ideal era que esses **meninos** fossem internados em um local bem longe daqui”, condenou a vice-líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Sandra Rosado (PMDB-RN).

Integrante da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Sandra defendeu a contratação e o treinamento de pessoal. “Com o atual quadro de funcionários, o **Caje** não consegue fazer um atendimento adequado”, reforçou a deputada Érika Kokay (PT), representante da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa. Segundo a comissão, o centro tem cerca de 200 agentes sociais, divididos em pelo menos três turnos, e cerca de 340 internos, para uma capacidade de apenas 190.

Por causa de denúncias como essas, o juiz titular da Vara da **Infância** e da Juventude (VIJ) de Brasília, Renato Rodovalho Scussel, deu um prazo de 90 dias para que o **Caje** cumpra as exigências do Estatuto da **Criança** e do **Adolescente** (ECA). Se a determinação judicial não for atendida, será fechado. A decisão se baseou em irregularidades constatadas por técnicos da VIJ nas alas de internação provisória e de internação estrita (sentenciados) depois da rebelião de 18 de julho. No motim, cerca de 100 internos, ar-

mados com facas artesanais e barras de ferro, fizeram oito monitores reféns e destruíram dois pavilhões. O saldo foi de 40 internos feridos, 120 colchões queimados, 40 aparelhos de TV destruídos e 36 jovens transferidos para o Departamento de Polícia Especializado (DPE) da Polícia Civil.

Incapacidade

Na avaliação do promotor de Defesa da **Infância** e Juventude Anderson Pereira de Andrade, quase nada mudou dentro do **Caje** desde a rebelião.

“A medida da Vara da **Infância** e Juventude foi acertada”, comentou.

Andrade frisou que é preciso voltar a atenção também para outras **medidas socioeducativas**. Segundo ele, não adianta defender a semi-liberdade ou a **liberdade assistida** para menores que cometeram ato infracional de menor potencial de gravidade como forma de desafogar instituições como o **Caje**. “Esses sistemas também enfrentam sérias dificuldades.”

O advogado Ariel de Castro Alves, da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, seção São Paulo (OAB-SP), disse que não encontrou no **Caje** situação muito diferente das Febens de São Paulo, como Franco da Rocha, onde há mil infratores. “Elas se assemelham muito e denotam a incapacidade dos governos em prestar o atendimento previsto no Estatuto de **Criança** e do **Adolescente** (ECA).”

Os detalhes da vistoria de ontem no **Caje** serão apresentados amanhã, último dia da V Conferência Nacional dos Direitos da **Criança** e do **Adolescente**, que está sendo realizada no Colégio Militar. O relatório conterà sugestões à direção, para que o ECA seja cumprido. Procurada ontem pelo Correio, a diretora do **Caje**, Maria Aparecida

Direitos da **Criança**, em Brasília, o plano de ação do seu governo para fazer valer os direitos das **crianças e adolescentes** e melhorar a vida de milhões de brasileiros. É a primeira vez na história do País que um presidente lança um plano especificamente para esse público.

O Plano Presidente Amigo da **Criança** (idéia da **Fundação Abrinq** pelos Direitos da **Criança**) é assim chamado por causa do compromisso que Lula assumiu ainda candidato, se comprometendo a dar prioridade às **crianças** e aos **adolescentes** em seu governo. Ele terá recursos (dinheiro) equivalentes a R\$ 55,9 bilhões entre os anos de 2004 e 2007 para executá-lo.

Para você, pode parecer muito dinheiro, difícil até de contar, mas os problemas que as **crianças e adolescentes** pobres do País passam são tantos e tão grandes que talvez isso ainda nem seja suficiente, quer ver? É só começar a pensar na quantidade de **crianças e adolescentes** nas ruas; sem uma casa legal pra morar; sem escolas para estudar; postos de saúde e hospitais lotados que não atendem bem; **crianças e adolescentes** vítimas de violência sem ter para onde ir...ufa!!! São tantos problemas para resolver e direitos sendo desrespeitados, não é mesmo?

O Plano Presidente Amigo da **Criança** vai tentar dar conta desses problemas e cumprir o que foi acordado na Convenção Internacional dos Direitos da **Criança**, em 1989 e na Sessão Especial pela **Criança**, da ONU (Organização das Nações Unidas), em 2002. O Brasil se comprometeu a: promover vidas mais saudáveis; promover **educação** de qualidade; promover proteção contra abuso e violência e combater o HIV/Aids.

.....

andi.empauta.com

Brasília, 06 de dezembro de 2003
Diário Catarinense - Florianópolis/SC
Garantia de direitos | Instituições

Inferno

“Isso é um inferno doutor, me tira daqui.” Esta foi uma das primeiras frases ouvidas por membros da comitiva formada por representantes da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Distrital de Brasília e participantes da V Conferência Nacional dos Direitos da **Criança** e do **Adolescente**, que realizou visita, esta semana, ao Centro de Atendimento **Juvenil** Especializado (**Caje**), na capital do país.

O grupo checkou as condições de mais de 300 **meninos e meninas** e entrevistou dezenas de **adolescentes**.

Segundo eles, há praticas de agressões rotineiras nas celas. E nessas condições, onde agentes penitenciários estão completamente despreparados para reeducar os **adolescentes**, só o que se pode esperar é mais violência.

No Pavilhão Disciplinar, uma frase pichada em grandes letras de carvão no interior da cela 2 revela o sentimento de revolta e o futuro que nos espera, se não cuidarmos de nossas **crianças e adolescentes**: “Se Deus vier, que venha armado. Se não há paz para os pobres, que não haja paz para os ricos.” Foto(s): Marco Cezar, divulgação/DCAmor Aninha Meira, uma doçura de filha, recebendo o carinho do alegre papai Vencedores Final de ano feliz para Adriano Zanotto, Lúcio Botelho e Jorge Mussi.

Os três elegeram-se presidente. Zanotto foi reeleito na OAB; Lúcio Botelho ganhou a eleição na UFSC e agora vai ser reitor; e Jorge Mussi foi o eleito no Tribunal de Justiça. A eleição do desembargador Jorge Mussi

Presidente Amigo da **Criança**, da **Fundação Abrinq** pelos direitos da **Criança** e do **Adolescente**.

No termo de compromisso assinado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se comprometeu a elaborar um plano de ação para alcançar metas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), garantindo orçamento para as ações e cumprindo a Constituição Federal e a Convenção Internacional sobre os direitos da **criança**.

O plano, que objetiva melhorar a vida de mais de 60 milhões de **crianças** e **adolescentes**, foi lançado no último dia 1º, na abertura da V Conferência do Conselho Nacional dos Direitos da **Criança** e do **Adolescente (Conanda)**, realizada em Brasília.

O documento já passou pela aprovação do Conselho Nacional dos Direitos da **Criança** e do **Adolescente (Conanda)** e é uma importante vitória para a causa da **infância**, já que é a primeira vez na história que o Governo brasileiro se senta junto com a sociedade civil organizada para estruturar propostas de combate aos problemas da **infância** brasileira.

Se o presidente Lula vai ou não cumprir o que prometeu, não se pode ter certeza. A única garantia que se tem é que ele terá uma turma engajada para cobrar tudo aquilo que hoje está no papel. Além do trabalho da rede “Sou de Atitude”, que irá monitorar as ações em suas cidades, há também o pessoal da Rede de Monitoramento Amiga da **Criança**, formada por 25 organizações nacionais e organismos internacionais da área da **infância** e da **adolescência**, que vai elaborar análises, recomendações e atuar na interlocução com as instâncias governamentais.

Sempre sugerindo mudanças no plano de ação federal, se isso for necessário.

Para quem se interessa por este assunto e quer acompanhar o trabalho dessa turma, todas as análises do “Sou de Atitude” estarão disponíveis no site www.soudeatitude.org.br. A rede conta com a participação de 24 instituições de todo o Brasil. Em Minas Gerais, a representante é a **Oficina de Imagens**.

.....

andi.empauta.com

Brasília, 25 de dezembro de 2003

Gazeta de Sergipe - /SE

Andi | Rede Andi | Cipó

Direitos da Criança e do Adolescente em avaliação

CIDADES

Conselheiros tutelares e de direitos discutem questões sobre o Conselho Estadual dos Direitos da **Criança** e do **Adolescente** durante a V Conferência Estadual dos Direitos da **Criança** e do **Adolescente**.

.....

andi.empauta.com

Brasília, 26 de dezembro de 2003

O Norte - João Pessoa/PB

Terceiro Setor/OOIs | Unicef

Ameaça à soberania

O drama das **crianças** e **adolescentes** no Brasil, verdadeira tragédia, constitui um dos mais graves problemas do governo Luiz Inácio Lula da Silva, de difícil solução. Mas, há um esforço muito grande para, pelo menos minimizar esta questão que, inclusive,

EMPRESAS QUE FIZERAM A COBERTURA DA V CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:

• RÁDIOS E TVS:

Band Brasília, CBN, Radiobrás, Rede Cultura, Rede Globo, Rede Rádio Católica, TV Brasília, TVE.

• MÍDIA ELETRÔNICA:

- Pastoral da Criança

(www.rebidia.org.br/imprensa/noticias/noticias)

- Prefeitura de São Paulo

(http://portal.prefeitura.sp.gov.br/cidadania/conselhosecoordenadorias/cmdca/textos_extras/0001)

- Conselho Regional de Serviço Social – 12ª Região

(<http://www.cress-sc.org.br/servicos/eventos/2003/dezembro.htm>)

- Abong - Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais

(http://www.abong.org.br/novosite/publicacoes/informes_pag.asp?cdm=1332)

- Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua

(<http://www.mnmmr.org.br/index.php?mod=1&id=2945>)

- Childhope Brasil

(<http://www.childhope.org.br/entrevista/entrevista1.htm>)

- Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB-SP

(<http://www.oab.org.br/comissoes/cndh/informedh.htm>)

- Oficina de Imagens

(<http://www.oficinadeimagens.org.br/rede/midia.htm>)

- Cecria

(http://www.cecria.org.br/recrria/P%E1gina%20da%20RECRRIA/www.cecria.org.br-recrria/DBDADOS/RECRRIA/Setembro/bol_setembro.htm)

6 . AVALIAÇÃO





O segundo diz respeito ao drama crônico brasileiro, expresso, desta vez, por meio do projeto neoliberal, fundado na macroeconomia do Plano Real, no qual as expressões da questão social foram “enfrentadas” por meio de políticas focalizadas, seletivas e compensatórias, afastando-se do conceito constitucional de seguridade (BEHRING –2003).

Neste sentido, o alcance e as possibilidades de ação da política de assistência social como mediadora fundamental no resgate da cidadania junto às crianças, aos adolescentes e a suas famílias, ficam comprometidos. Os dados indicam que mesmo programas como o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que obteve crescimento considerável, não atingiu, no ano de 2002, 30,5% do universo possível (BOSCHETTI, 2003 – BEHRING, 2003).

O Pacto pela Paz, no eixo Assistência Social, reafirmou a LOAS como uma das políticas do campo da Seguridade Social, cujo foco é o enfrentamento da pobreza por meio da proteção social às crianças, aos adolescentes e às suas famílias. Reafirmou-se, assim, a centralização das políticas de atendimento na família, conforme preconizam o ECA e a LOAS.

Segundo SALES (2001), vê-se, assim, que a família, como centro de *políticas e programas*, constitui, ainda, um desafio neste início de milênio. Mas o fato é que o potencial protetivo e relacional das famílias só pode ser assegurado se ela conta com atenção básica, traduzida em uma rede de serviços, tendo como objetivo final a autonomia e o fortalecimento emancipatório do grupo familiar. Cuidados, proteção, aprendizado dos afetos, socialização e construção de identidades são possibilidades da família e não atributos naturais. O respeito à criança e ao adolescente e aos seus direitos exige, portanto, a garantia de condições familiares, sociais, ambientais e educacionais, de forma a expandir as capacidades individuais e a sociabilidade.

Assim, na perspectiva de aprofundarmos nossa análise sobre as possibilidades de avanços obtidos pelo Pacto pela Paz no eixo Assistência Social, nestes dois últimos anos, faz-se necessário verificarmos duas grandes questões na atualidade: Primeiro, quais são as tendências do financiamento da política de Assistência Social no Governo Lula? E quais as perspectivas no Governo Lula de implementação, à luz das orientações da LOAS, do Sistema Nacional da Política de Assistência Social?

Segundo BEHRING (2003), na análise do desempenho do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, de 1996 até a LOA 2004, percebeu-se um crescimento do volume de recursos, com um salto de R\$5,7 bilhões, em 2003, para R\$8,8 bilhões, em 2003. No entanto, antes de comemorar, é necessário compreender este dado que significa a transferência para o Fundo de ações que envolvem a unificação das bolsas que resultou no Bolsa Família (transferência de renda com

que as propostas do eixo Assistência Social no Pacto pela Paz estão atuais. Vale, no entanto, aprofundarmos sobre:

- Financiamento - uma vez que a Assistência Social é um mecanismo intrínseco à lógica das necessidades sociais, destinado a impor limites à lógica da rentabilidade econômica. O financiamento, portanto, não deve estar atrelado à lógica fiscal;
- Sistema Único Descentralizado e Participativo da Assistência Social – normatização das ações da política de Assistência Social que, além do controle social, deve assegurar a descentralização, bem como a matricialidade do atendimento à família e, ainda, organizar os serviços de acordo com sua complexidade e objetivos: prevenir, proteger e promover.

Neste sentido, urge avançarmos na implementação da LOAS para sepultarmos o assistencialismo. A saída é pela descentralização, controle social e interssetorialidade. Assim, **a LOAS é 10 e o Pacto é pela Paz.**